

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

ANDRESSA SANTOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: DA OBRIGATORIEDADE A
UMA PROPOSTA PELA EDUCAÇÃO SENSÍVEL**

**Campo Grande/MS
2017**

ANDRESSA SANTOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: DA OBRIGATORIEDADE A
UMA PROPOSTA PELA EDUCAÇÃO SENSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Educação, da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária
de Campo Grande, como exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre em educação.

Área de concentração: Formação de Educadores.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão.

Co-orientadora: Prof. Dra. Gabriela Salvador Di Donato
Santinho.

**Campo Grande/MS
2017**

M181e Mahlow, Andressa Santos

A educação ambiental escolar: da obrigatoriedade a uma proposta pela educação sensível/ Andressa Santos Mahlow. – Campo Grande, MS: UEMS, 2017.

129p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão.

1. Educação ambiental 2. Educação sensível 3. Manual didático I. Título.

CDD 23. ed. 304.2

ANDRESSA SANTOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: DA OBRIGATORIEDADE A UMA
PROPOSTA PELA EDUCAÇÃO SENSÍVEL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em 24/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão(Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Walter Guedes da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Aos meus pais, filhos e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por ter me sustentado e dado forças em todos os momentos.

Aos meus pais, Jane e Doli, responsáveis pela minha vinda ao mundo e incentivadores do meu progresso como ser humano.

Aos meus filhos, Victória e Matheus, fontes de inspiração em minha existência.

À Janis Faker que me acompanhou e apoiou durante todo o tempo neste mestrado, como profissional (psicóloga) e também como amiga.

Ao companheiro que chegou em meio a esta caminhada, Júlio Cesar.

Aos Professores Paulo Fernando Jurado da Silva e Walter Guedes da Silva pelo incentivo, compreensão e amizade.

Ao orientador Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão pelas orientações e confiança em mim depositada ao longo da realização deste trabalho e pela amizade.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por proporcionar um curso de relevante contribuição profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.” (FREIRE, 1996).

RESUMO

A problemática ambiental tem sido uma preocupação ao longo da história, se no “Velho Mundo” as condições de higiene provocavam doenças e mortes, no presente, o capitalismo industrial, tem degradado o meio ambiente. Em 1960, a partir de catástrofes naturais causados pelo aquecimento global, é que organismos governamentais e não-governamentais começam a discutir e enfrentar as questões ambientais, e inicia a sua participação nos currículos escolares. No Brasil, a Educação Ambiental escolar está garantida pela Lei Nº. 9.795/1999, e deve estar presente em todos os níveis e modalidades, de forma articulada nas disciplinas, do ensino formal e não-formal. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou diagnosticar como a EA – Educação Ambiental está acontecendo no contexto escolar e como está posta sua operacionalização. Assim, utilizando como categoria analítica a OTD – Organização do Trabalho Didático, na investigação por documentos como o Projeto Político Pedagógico, Planejamentos Anuais e Livros Didáticos de três áreas do conhecimento, Geografia, Língua Portuguesa e Arte, no 6º Ano do Ensino Fundamental, séries finais, em escolas públicas e particulares da cidade de Campo Grande – MS, foi observado se o cumprimento da Lei, acima citada, estaria contemplado. Também, foi feita a discussão sobre o domínio dos manuais didáticos no cotidiano escolar e do Projeto Águas que Educam, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a organização de Gilberto Luiz Alves, publicado sob o título “O Pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense”, exemplificando uma alternativa educativa ambiental para além dos manuais didáticos. Como os resultados alcançados pelas análises demonstraram-se desfavoráveis a aplicabilidade da normativa e mostraram o imperativo do uso dos manuais no contexto escolar, atendendo exigência do Programa Mestrado Profissional em Educação da UEMS, apresentamos proposta de intervenção pela Educação Sensível na Educação Ambiental, de forma que se associem as áreas de conhecimento elencadas nas análises, para o ano pesquisado, sugerindo alternativa que se sobreponha o livro didático e que contemple a obrigatoriedade dessa discussão no currículo escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Sensível. Manual Didático.

ABSTRACT

The environmental problem has been a concern throughout history, if in the "Old World" hygiene conditions caused diseases and deaths, at present, industrial capitalism has degraded the environment. In 1960, as a result of natural disasters caused by global warming, government and nongovernmental organizations began to discuss and address environmental issues, and began to participate in school curricula. In Brazil, School Environmental Education is guaranteed by Law N°. 9.795/1999, and should be present at all levels and modalities, in articulated form in the disciplines, of formal and non-formal education. In this sense, this research aimed to diagnose how EA - Environmental Education is happening in the school context and how it is put into operation. Thus, using as an analytical category the OTD - Didactic Work Organization, in the investigation by documents such as the Political Pedagogical Project, Annual Planning and Didactic Books of three areas of knowledge, Geography, Portuguese Language and Art, in the 6th Year of Elementary Education, series Final results, in public and private schools in the city of Campo Grande - MS, it was observed whether compliance with the Law, mentioned above, would be contemplated. Also, the discussion about the mastery of didactic manuals in school life and the Projeto Águas que Educam, from the Federal University of Mato Grosso do Sul, under the organization of Gilberto Luiz Alves, published under the title "The Pantanal and its history in the Painting south-mato-grossense", exemplifying an alternative environmental education in addition to textbooks. As the results obtained by the analyzes were unfavorable to the applicability of the regulations and showed the imperative of the use of the manuals in the school context, meeting the requirements of the UEMS Professional Master's Program in Education, we present a proposal for intervention by Sensitive Education in Environmental Education, That associate the areas of knowledge listed in the analyzes for the year researched, suggesting an alternative that overlaps the textbook and that contemplates the obligatoriness of this discussion in the school curriculum.

Keywords: Environmental Education. Sensitive Education. Teaching Manual

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Áreas de Conhecimento dos PCN.....	35
Tabela 02 – Síntese Analítica para a Educação Ambiental nas Escolas – 6º Ano do Ensino Fundamental (Séries Finais).....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização

CMCG – Colégio Militar de Campo Grande

COGEAM – Coordenação Geral de Materiais Didáticos

COP – Conferência das Partes

COP 13 – Conferência de Bali

EEA – Escola Estadual “A”

EEB – Escola Estadual “B”

EEC – Escola Estadual “C”

EMA – Escola Municipal “A”

EMB – Escola Municipal “B”

EMC – Escola Municipal “C”

EPA – Escola Particular “A”

EPB – Escola Particular “B”

EPC – Escola Particular “C”

EA – Educação Ambiental

ES – Educação Sensível

EPA – Agência de Proteção Ambiental

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OTD – Organização do Trabalho Didático

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNEB – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PPP – Projetos Políticos Pedagógicos

PREAE – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

PREG – Pró-Reitoria de Graduação

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

REME – Rede Municipal de Ensino

SAEMS – Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

	Introdução	13
1	História da Educação Ambiental	23
2	Políticas Públicas para a Educação Ambiental na Educação Básica e seus desdobramentos	39
2.1	Projeto Político Pedagógico	41
2.1.1	Planejamento Docente	43
2.1.2	Materiais Didáticos	46
2.1.3	Programa Nacional do Livro Didático	49
3	A Educação Sensível na Educação Ambiental.....	52
4	Análise de Materiais	57
	Considerações Finais	87
	Referências.....	95
	Apêndices.....	99
	Apêndice A – Proposta de Intervenção.....	100
	Apêndice B – Imagens.....	110
	Apêndice C – Diretrizes Curriculares.....	114

INTRODUÇÃO

No fazer educacional os anos e as práticas nos capacitam, a cada dia, através da experiência e do contato com o outro. O ambiente, as pessoas, os materiais, as legislações, a pesquisa, as diferentes áreas do conhecimento, constituem-se ferramentas necessárias para o aprimoramento das atividades docentes para que as trocas e interações transformem-se em aprendizado.

Assim, no exercício profissional, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como Técnica Administrativa de Nível Superior, atuando como Secretária Acadêmica nos Cursos de Licenciatura Plena de Geografia e Artes na Unidade Universitária de Campo Grande – MS, no ano de 2014, fui convidada e aceitei colaborar nas atividades do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência¹, pela formação em Letras e suas literaturas como corretora ortográfica nos trabalhos dos acadêmicos a serem enviados para publicação e apresentação em eventos.

Desta forma, entrei em contato, pela primeira vez, com a Lei nº. 9.795², de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental escolar e prevê que a mesma aconteça em todos os níveis de ensino de forma articulada, tanto para o ensino formal como para o não-formal.

Neste momento de descoberta, a prática docente como professora de Língua Portuguesa e suas Literaturas foram postas em cheque frente ao desconhecido. Descortinava-se a relevante importância da Educação Ambiental que, no contexto atual, em que somos acometidos pelas conseqüências do uso dos recursos naturais, com alterações diretas e

¹ O Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em 11 fev 2017.

² Artigo 1º “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, Lei Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999).

Artigo 2º “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, Lei Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999).

indiretas sobre o meio ambiente no qual estamos inseridos, bem como em escalas nacionais e mundiais.

A indagação que pairava sobre a reflexão era como uma lei que prevê como componente essencial a educação ambiental na educação escolar nacional, em todos os níveis de ensino, figurava para mim como desconhecida.

Indignava-me não só pela relevância em se reconhecer a importância da EA – Educação Ambiental, como também pela conotação ética da profundidade que se estende na precária relação entre o homem e a natureza e na relação dos homens entre si, que não levam a termo uma discussão necessária e impositiva.

Neste processo reflexivo, obrigatório para mim em meu exercício profissional, questionava o fato que no ano de promulgação da referida lei estava ingressando em ambiente acadêmico de formação em uma licenciatura, numa instituição pública de educação superior, concluída nos anos de dois mil e três, e na decorrência que, durante este período, não nos havia sido propiciado esse conhecimento.

No meu processo de estudos universitários, transcorridos em quatro anos, em nenhuma das disciplinas cursadas a EA foi mencionada de forma direta nos conteúdos aplicados, indiretamente nas análises de textos fizemos leituras sobre o modo de produção capitalista no modelo fabril, porém sem relação as suas conseqüências ao meio ambiente.

Perguntava-me como o homem, aqui entendido como sociedade humana, que experimenta conquistas, sob todos os prismas, a luz do saber e no espaço da academia pode não questionar que o progresso advindo do século XX, propaladamente discutido nos meios midiáticos, está em desequilíbrio com a natureza, ao que parece não tem merecido a devida atenção e discussão no espaço educacional.

Configura-se aqui um problema, que não vincularemos atenção nesta pesquisa, porém, merecedor de especial atenção nos processos de formação dos cursos de graduação, principalmente, nas licenciaturas em Letras em que pude experimentar pessoalmente, bem como em outras passíveis de serem investigadas.

E ainda, nos anos de 2003 e, posteriormente, em 2004, participando de dois processos seletivos de ingresso em carreiras públicas, um para docente da Educação Básica e outro para Técnica Administrativa de Nível Superior em uma IES – Instituição de Nível Superior, como um conteúdo tão basilar não teria sido cobrado em nenhum dos concursos?

Por fim, e principalmente neste vou me debruçar, com a ação e observação pelas pesquisas dos acadêmicos Pibidianos do Curso de Geografia, Artes Cênicas³ e do Interdisciplinar, agregando os Cursos de Pedagogia e, também, da Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nas escolas públicas de Campo Grande-MS, interessava-me saber como a Educação Ambiental, de fato, estava acontecendo nas escolas.

A primeira grande pergunta que me ocorre, e aqui elenquei três grandes áreas, considerando como parâmetro a Educação Básica, a Língua Portuguesa, a Arte e a Geografia, a EA estaria, nos moldes em que configura a Lei, instrumentalizada e garantida como componente curricular obrigatório na Educação Básica em que compreende o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, nas três disciplinas, ou só a Geografia estaria desperta a praticá-la?

É mister compreender que apesar do senso-comum acreditar que seja responsabilidade de áreas como as Ciências Biológicas, da Geografia, no ensino básico formal, a legislação vem afirmar a confluência de objetivos comuns para todas as áreas em que a EA está implicitamente inserida.

Importante ressaltar que é na Educação Básica, que compreende no estado brasileiro a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, o momento em que se deve preparar o educando para a compreensão do todo, pois se estabelece na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9394/96, e na Resolução nº. 07, que como princípios e objetivos desse nível de educação está estabelecido que o processo da educação escolar deverá estar vinculado as práticas sociais que compreendem direitos e deveres dos cidadãos, no pluralismo de idéias, de experiências extraescolares, no desenvolvimento da capacidade de aprender entre outros, e para a proposta desta pesquisa, principalmente, na compreensão do ambiente natural e social.

Assim, justificamos a interação das áreas de forma multidisciplinar⁴ na culminância dos objetivos educacionais comuns para o Ensino Fundamental, etapa da Educação Básica. Em que, não nos atentaremos discutir os conceitos que configuram nos meios educacionais sobre interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade, e qual dessas formas seria mais adequada de ser empregada, mas no texto da legislação que define que a EA deve ser trabalhada pelas disciplinas em associação.

³ Importante destacar, que os cursos de graduação em Artes, o vocábulo “Artes” é tratado no plural e para a disciplina do currículo escolar “Arte” usa-se a forma singular.

⁴ A multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa se concretiza na intenção de verificar se a Lei Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, está sendo aplicada na escola conforme as configurações expressas em seu teor no 6º Ano do Ensino Fundamental, verificadas as disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Arte.

Outras perguntas se associam a primeira, como objetivos específicos para elucidar o mais amplo: como consta nos documentos escolares, ou seja, nos Projetos Políticos Pedagógicos⁵, nos livros didáticos e/ou paradidáticos, das instituições de ensino elencadas para análise nesta pesquisa, as proposições para os trabalhos escolares para a EA? Há o trabalho conjunto, como configura a orientação legal?

Nesse sentido, faremos a verificação se o PPP tem cumprido o papel de planejar os atos normativos para a educação e as ações escolares para cumpri-los ou, se meramente, tem se colocado como um documento necessário para os atos autorizativos das instituições de ensino. E ainda, como está prevista a atuação dos profissionais que atuam no cenário educacional neste documento e qual tem sido o papel dos manuais didáticos nesse processo.

Então, face ao meu próprio processo de formação na educação superior que passou ao largo do cumprimento da lei que ora aqui se coloca em destaque, torna-se pertinente e urgente conhecer como está sendo aplicado os determinantes legais na Educação Básica, pois não concebe-se que a cidadania plena, em seus direitos e seus deveres, não tome contato com a pertinência ao ambiente que cerca o indivíduo e, conseqüentemente pela EA.

Acreditamos, portanto, que esse conhecimento de como a EA está posta nos documentos escolares e nas práticas educacionais tenha relevância para identificar se os caminhos percorridos pelas práticas educacionais estão de acordo com as regulamentações e se, não for o caso, partir para uma proposta de intervenção para o cumprimento da lei, justificando-se também o que objetiva a pesquisa.

Suspeitamos, que todas as questões aqui levantadas para a realização desta pesquisa, não são mais que pano de fundo de manifestações de problemas humanos que voltados para o consumo desvinculam-se de pensar sobre as conseqüências desta lógica progressista de estrutura social.

⁵ Toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana. O Projeto político pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Desta forma, ansiamos, que por meio da Educação Sensível como proposta de ensino, a ética não sobreviva apenas a contestação, mas saia desta estéril comodidade e passe efetivamente a prática de assumir pela natureza e pelo meio ambiente uma nova postura que caminhe em direção contrária àquela que vem sendo trilhada, da perversa lógica produtivista do capitalismo.

A Educação Sensível em seus pressupostos, anteriormente citada, aponta para a necessidade de uma “educação do sentimento” que preconiza o “corpo-a-corpo” entre o mundo que cerca os indivíduos e os demais conhecimentos que devem fazer relação a um saber sensível primordial captado pela percepção, despertando para os processos de raciocínio e reflexão das realidades circundantes, neste caso voltadas para a EA.

Para tanto, quando falamos em saber sensível primordial, devemos, também, considerar o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu⁶, que dedicou boa parte de suas obras à descrevê-lo minuciosamente – num sentido amplo de gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc. – que decorre das condições de vida específicas das diferentes classes sociais que as distingue.

Nota-se que, na associação do termo “capital” ao termo “cultura”, estabelece-se uma analogia ao poder e ao seu aspecto utilitário relacionado a posse de determinadas informações, aos gostos e as atividades culturais, em que ambos se caracterizam como ferramentas sociais que atuam diretamente no processo de construção dos indivíduos que internalizadas integram as experiências passadas e funcionam como matrizes de percepções, apreciações e por conseguinte, de ações.

Com isso, transpondo esses conhecimentos para a análise das instituições escolares nesta pesquisa, que Bourdieu considera como veículos de trânsito e ligação entre o capital cultural e o capital institucionalizado que atuam como mecanismos de reprodução das classes sociais, não como regra, mas como possibilidade de análise, observar a relação dos saberes sensíveis e a ordem socioeconômica em que se assentam as escolas.

⁶ Pierre Bourdieu, sociólogo francês é considerado um dos maiores pensadores do século XX, nasceu em 01 de agosto de 1930 e faleceu em 23 de janeiro de 2002, suas reflexões advindas de pesquisas estatísticas e etnográficas, apontam para os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais em que os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre os indivíduos numa relação de interdependência, ou seja, a posição social ou o poder que detemos na sociedade não dependem apenas do volume de dinheiro que acumulamos ou de uma situação de prestígio que desfrutamos por possuir escolaridade ou qualquer outra particularidade de destaque, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

E ainda, para exemplificar, Merleau-Ponty⁷, na obra *Fenomenologia da Percepção*, afirmava que o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se quisermos pensar na própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e seu alcance, precisamos despertar, em primeiro lugar, para a experiência do mundo da qual ela é expressão segunda ou seja, aprendemos ao longo da vida através da sensibilidade e da percepção do real que nos cerca.

Como resposta às perguntas anteriormente colocadas, analisaremos brevemente uma proposição alternativa ao esvaziamento cultural da educação expressa nos manuais que exemplifica uma proposta mais lúdica para o ensino, como estrutura complementar, evidentemente. Mas, que por seu conteúdo, incrementado por obras de arte de artistas sul-mato-grossenses, torna-se um diferencial para o reconhecimento do espaço geográfico do estado de Mato Grosso do Sul e um despertar para as riquezas do Bioma Pantanal, do Bioma Cerrado e Mata Atlântica⁸.

A esse respeito, podemos citar a obra “O pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense” em que Gilberto Luiz Alves como organizador, utilizando-se do seu acervo pessoal de quadros pictóricos de personalidades das artes plásticas locais, como Ton Barbosa, Lelo, Jorapino, Schieffer, Daltro, Jonir, Anelise Godóy, e outros, associando-as a poemas de Manoel de Barros, canções de Geraldo Espíndola, vai narrando a formação do pantanal, segundo Génesis, colocado como uma figura de linguagem poética, “emprestada” do poeta Manoel de Barros, em que Deus reúne as águas no terceiro dia da criação da terra, e posteriormente, como se formou a cidade de Corumbá-MS.

Tal proposição está materializada na forma de livro que acompanha um CD-ROM, sugerindo uma forma de intervenção no contexto local, reunindo efeitos colaborativos das áreas de Artes, Ciências, Geografia e História, e porque também não dizer da Língua Portuguesa já que traz em seu interior poemas, letras de canções e várias formas de linguagem, principalmente verbal e não-verbal.

Esta obra é resultado do Projeto “Águas que Educam”, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis/PREG, com apoio da Pró-Reitoria de Graduação/PRAE da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que tem como premissa

⁷ Maurice Merleau-Ponty, físico e filósofo francês, nascido em 14 de março de 1908 e falecido em 04 de maio de 1961, discípulo de Edmund Husserl na fenomenologia, considera o homem presente no mundo pelo seu corpo e com este participa do processo cognitivo. Para ele, quando o ser humano se depara com algo que se apresenta diante de sua consciência, primeiro nota e percebe esse objeto, intui sobre ele e depois o descreve.

⁸ No Estado de Mato do Sul, também, encontramos pequena incidência de Mata Atlântica na Serra da Bodoquena.

sensibilizar e despertar nos professores, gestores, trabalhadores da educação, alunos e comunidades envolvidas com as escolas, temas relacionados às questões ambientais contemporâneas.

Assim, esta unidade didática constitui-se como um exemplo de interatividade disciplinar que amplia os horizontes dos fazeres didáticos, à medida que amplia os conhecimentos culturais, agregando valores, e promove a reflexão para a EA.

Desta forma, propomo-nos a apontar a necessidade de trabalhar-se sob a realidade que descortina-se para que as gerações futuras não abstenham-se de enfrentá-la, assumi-la, de julgá-la com a perspectiva de um olhar crítico e transformador em busca de uma outra práxis.

Eis que será essa a maior contribuição que pretende-se dentro desta pesquisa, sob a forma de intervenção, desnudar a realidade do atual sistema educacional no que diz respeito a EA e, com base nos dados, imprimir uma nova forma de olhá-la, no anseio de mudanças para um “mundo novo”. Por certo, não equacionaremos todas as indagações, nem acreditamos ser essa uma tarefa simples e imediata. Mas, apontar novos paradigmas, através da proposta de intervenção como prevê as normas do Programa Mestrado Profissional em Educação da UEMS, como ferramenta para a EA será parte necessária para esta transformação.

Face aos objetivos elencados na introdução deste trabalho de pesquisa que visa apontar como está acontecendo a Educação Escolar Ambiental em instituições de ensino de Educação Básica no município de Campo Grande e como ela vem sendo planejada nos documentos escolares delimitamos estratégias para a sua realização.

Para tanto, dada a extensão das possibilidades de pesquisa em EA, o problema deste trabalho estará delimitado ao Ensino Fundamental, séries finais, especificamente, no 6º Ano. Visto que, para a Geografia, e ainda, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Arte, encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais que os alunos devem compreender e perceberem-se integrantes, dependentes e agentes transformadores do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

Neste sentido, as diferentes linguagens devem ser utilizadas, a verbal, não-verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.

Definido o corpus a ser pesquisado, séries finais do Ensino Fundamental, 6º Ano, não realizamos entrevistas, mas análises documentais onde foram extraídas variáveis categóricas, na técnica qualitativa, analisando os Projetos Políticos Pedagógicos dos anos de 2014 e 2015, já que esses documentos estão sendo revisitados, tendo em vista a aprovação em 2014 do novo Plano Nacional de Educação⁹.

Foram analisados, também, os planejamentos anuais, documento obrigatório para as disciplinas que devem ser apresentados as coordenações das escolas pelos docentes de cada área e o material didático fornecido, ou pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, vigorado nos últimos três anos, de 2014 a 2016, para as escolas públicas estaduais municipais, e nas escolas particulares os livros didáticos ou sistemas de apostilamento adotados para os anos em que se delimita a análise.

As escolas partícipes da coleta de dados foram três públicas estaduais, três municipais e o mesmo número de escolas particulares de diferentes localidades do município de Campo Grande – MS, priorizando e alternando, sempre que possível, regiões centrais e periféricas.

A definição para a escolha das localidades escolares parte dos pressupostos que atingiremos, no universo amostral a ser coletado, diferentes situações sócio, econômicas e culturais, contemplando o conceito de capital cultural de Bourdieu, ampliando a diversidade e a multiplicidade dos dados, dentro das perspectivas das respostas pretendidas.

Então, partindo dos pressupostos legais, ou seja, o que determina a Lei Nº. 9.795, os problemas elencados, os materiais, o núcleo amostral e as estratégias de pesquisas, este trabalho foi desenvolvido.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos foi observada a existência ou não da previsibilidade legal para a EA, se nesses documentos havia a legislação pertinente expressa e se o mesmo contemplava ações para realizá-las, em quais formas, se por projetos ou no âmbito curricular, em que circunstâncias e para quais disciplinas do currículo escolar.

⁹ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. (LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014)

Quando encontradas, analisamos se havia correspondências entre o texto legítimo da Lei e se as práticas pedagógicas correspondiam a ele, se existiam as relações interdisciplinares e/ou entre a associação das áreas elencadas.

Nos Planejamentos Anuais, sempre que fornecidos, realizados pelos docentes da Geografia, Língua Portuguesa e da Arte, também, verificamos se além do impositivo legal, como e de que forma foi feita a abordagem do assunto, se perpassava pelo pertencimento ao ambiente do educando, pela necessidade de preservação e conservação deste meio, discutindo-se a Educação Ambiental, e pela ética, ambas encontradas sob um mesmo desafio contemporâneo: o que fazer para possibilitar a continuidade da vida sobre a terra na lógica progressista?

A ética, será entendida aqui, como a ciência normativa dos atos humanos que não apenas descreve seus comportamentos, mas que em conjunto traça-lhes imperativos para que o humano possa realizar-se na sua humanidade.

Por fim, para os livros didáticos adotados para as três áreas, se havia e como encontrava-se disposta a legislação, se os textos faziam referência direta a EA e sob quais paradigmas a questão foi abordada, se pelo reconhecimento da real importância desta questão ou pela precarização que Gilberto Luiz Alves afirma sobre este instrumento para o ensino.

Ainda, nesta pesquisa foi discutida a produção didática para e pelas escolas públicas contemporâneas e a fragmentação do ensino no interior das disciplinas que isola conteúdos em seu interior, bem como os descontextualiza, fazendo com que determinado tema seja de responsabilidade desta ou daquela área, sem a devida integração.

Também, foi abordada nas análises, de maneira breve, o respeito a Acessibilidade, já que a categoria Organização do Trabalho Didático contempla os prédios das escolas, e em visita in loco, em uma das instituições de ensino, o espaço da biblioteca encontrava-se em pavimento superior, somente, com escada de acesso, impossibilitando, por exemplo, cadeirantes de visitá-la para pesquisas e aprofundamentos de estudos.

Fizemos referência, ao Projeto Águas que Educam desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado pelo autor supra citado, que apresenta uma forma didática alternativa, integrando várias áreas do conhecimento como Arte, Geografia, Ciências e História, demonstrando uma possibilidade mais atrativas para o aprendizado.

Com base nos objetivos, nos dados levantados e do diagnóstico expresso por eles, de acordo com as normas do Programa Mestrado Profissional em Educação, da Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul, apresentamos uma proposta de intervenção pelo viés da Educação Sensível.

Tal proposta vincula a idéia que a educação pode ser integrada por grandes áreas em torno de uma temática em comum, neste caso da Educação Ambiental, como no Projeto de Alves acima descrito. Em que pelas artes plásticas, pelos textos não verbais¹⁰, de artistas plásticos da região sul-mato-grossense, a sensibilidade pode motivar o aprendizado pela ludicidade, principalmente, para idade a que se pretende.

Nesta perspectiva, do despertar da sensibilidade, não só para que a reflexão da Educação Ambiental seja propiciada, mas, também, um conjunto de valores que passam pelo respeito às pessoas, as suas culturas através da produção artística, particularmente voltada aos direitos humanos, rejeitando todas as formas de dominação, opressão e a égide da violência, quesitos indispensáveis para a convivência humana.

¹⁰ O texto não verbal pode ser constituído de outras linguagens diferentes da verbal (escrita ou falada), como a visual (vídeo, fotografia, desenho e pintura); a musical (música e sons); ou a corporal (dança, mímica).

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹¹

Embora os problemas ambientais sejam bem antigos e decorrentes da aglomeração humana, até a Revolução Industrial eram pontuais na escala planetária os recortes onde esses problemas despertavam mais detidamente a atenção da sociedade.

A problemática da questão ambiental é uma constante nos relatos históricos, a exemplo de Roma que apresentou problemas sérios de ordem ambiental em decorrência da falta de saneamento básico e destino dos seus dejetos, para o que os romanos da nobreza e demais abastados buscavam o refúgio no campo onde podiam, além de fugir das comorbidades potencializadas pela disposição inadequada dos seus resíduos em determinadas épocas do ano (PAIXÃO, 1999).

Outro ponto de destaque na história da humanidade foi no final do Século XIV, no “Velho Mundo”, onde as condições de higiene e ambiental favoreceram a epidemia conhecida como Peste Bubônica que dizimou uma parcela significativa da população européia à época (Op. Cit). Essa epidemia catastrófica decorrente de ingerência ambiental na Idade Média foi de tal dimensão que fez emergir uma produção expressiva de literatos e artistas, associando a Geografia - posto que retratavam o cotidiano dos lugares afetados – a literatura e as artes como forma de registrar e fazer saber das mazelas ambientais da humanidade, como aponta o fragmento textual abaixo:

No período que marca a Baixa Idade Média, as expressões artísticas e literárias foram inundadas por temas relacionados ao macabro. Além do texto escrito, propriamente dito, o tema da morte pode ser encontrado em esculturas, pinturas, gravuras ou em pequenos textos para o teatro, a música e a dança, entre outros. (GIMENEZ, 2011, p. 01).

Apesar da preocupação com a natureza [e em certo modo ambiental] parecer recente, a atenção da humanidade para com a natureza [ambiente] sempre permeou nossas manifestações: artísticas, religiosas, literárias, etc. Para não delongar, podemos, inclusive apontar o Arcadismo que exaltou a busca pelo campo e a contemplação da natureza, entre

¹¹Parte deste capítulo foi apresentado no V Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e publicado nos Anais deste evento pela autora desta dissertação, Andressa Santos, sob o título *A História da Educação Ambiental – da Percepção Universal à Singularidade da Educação*.

outros aspectos, e que retorna na atualidade como base para um mote ambiental, reclamado pelo setor imobiliário, como forma de valorização da vida no refúgio e bem estar [ambiental] do campo.

[...] a postura filosófica que somente por uma prática teórica fundamentada numa visão multidisciplinar, permite cercar mais de perto a questão da amplitude e complexidade que envolve o tratamento científico dos problemas ambientais. (SCARLATO, 1992, p. 03)

Desta forma, retire-se a responsabilidade de áreas específicas das Ciências Naturais como a Geografia, a Biologia e torna-se pertinente que discuta-se multidisciplinarmente os problemas ambientais nos textos da Língua Portuguesa, na Arte, de forma a agregar valores, levando à reflexão e a uma visão crítica social.

Com o advento da Revolução Industrial, por volta dos anos de 1760 até 1840, o desenvolvimento de produtos de consumo e bem-estar de modo geral, as sobras do processo produtivo, das mais diferentes indústrias que se desenvolveram, principalmente das indústrias químicas, eram descarregados no leito dos rios, córregos, regos d'água, provocando de forma mais acirrada a deterioração do meio ambiente pela falta de um destino correto de seus resíduos.

Mesmo diante da modernização dos meios de produção, tal qual na Idade Média em que os dejetos humanos não eram corretamente tratados, a destinação correta dos rejeitos industriais estava longe de ser adequada e até mesmo pensada diante da euforia que provocava o consumo.

Ou seja, nosso transcurso histórico é, contraditoriamente, uma linearidade onde ao tempo em que evocamos a natureza como base material para nossas riquezas e desenvolvimento, sobremaneira depois da Revolução Industrial, também a concebemos na perspectiva do refúgio e, portanto, com outra valoração, para a qual se cobra mundialmente políticas públicas e programas de educação ambiental por diversas razões.

A partir desta Revolução, que se expandiu da Inglaterra para o resto do mundo ocidental até o século XX que se desdobra, também, para o Oriente, marca-se profundas transformações nas relações dos homens entre si e com o meio ambiente e, por conseguinte da saúde humana e da sustentabilidade ambiental.

Tomando-se a Revolução Industrial como marco que revolucionou tanto as relações sociais – exercidas entre os homens no desempenho das atividades econômicas e na vida social – quanto as bases técnicas das atividades humanas – avanços científicos e sua aplicação industrial sob a forma de tecnologia – é possível compreender o processo deflagrado de crescente transformação da interação entre a humanidade e o planeta, isto é, entre as atividades humanas e a biosfera. (FRANCO, 1998, p. 62)

Mudam-se as relações de trabalho quanto a propriedade dos meios de produção e o produto final deste processo, as mercadorias. Os artesãos deixam de ser donos dos seus instrumentos de trabalho e passam a constituir a massa de trabalhadores assalariados em conjunto com aqueles expulsos dos campos em extensas e exaustivas jornadas de produção.

Outras mudanças significativas e de impacto no meio ambiente foram quanto as bases técnicas do trabalho, o uso de novas fontes de energia e de matérias-primas extraídas de recursos naturais renováveis e não-renováveis, o desenvolvimento de equipamentos e instalações assistindo-se à expansão das capacidades produtivas das indústrias e conseqüentemente, das potencialidades extrativistas.

Nesta perspectiva, os recursos naturais que as civilizações dispunham, pode-se dizer de modo geral, vinculados aos padrões tecnológicos dos meios de produção e do ponto de vista dos agentes econômicos são valorados com base no impacto da escassez, não na valorização da natureza em si.

Assim, no percurso histórico da humanidade a natureza ganha verdadeiro valor e a devida importância na era moderna, num primeiro momento, com o impacto que a escassez dos recursos naturais poderia causar na redução do consumo, minando a produtividade das indústrias ou então, por elevação nos custos de produção.

É nesse contexto que surgem debates e enfrentamentos mais enfáticos no campo da questão ambiental, bem como a sua participação nos currículos escolares, geralmente atrelados às especificidades dos conteúdos advindos dos livros didáticos afastados de uma concepção crítica da sua real necessidade. É mister entendê-la em conformidade com a evolução histórica da produção humana, e perceber que sua importância surgiu dada a expansão do capitalismo como forma de organização econômica mundial.

De tal modo, transborda estas diversas formas de inquietação, na atualidade, de como são tratadas as questões ambientais e na crença que, pelo viés da educação para a conscientização, colocar-se-á o homem como agente transformador, comprometendo-o com a

busca de uma melhor qualidade de vida. Compreendendo que o ambiente é um conjunto de fatores naturais e não naturais e que a sociedade é responsável pelos danos causados aos diferentes ecossistemas e ao futuro dos cidadãos.

Conforme Buarque (1990, p. 112), encontramos a primeira manifestação em relação ao sentimento e o conhecimento da Terra e sua vida como elemento unitário em 1785, com o geólogo escocês James Hutton.

Também, temos relatos levantados pela ONG – Organização Não Governamental Floresta Brasil que em 1854, quando o governo americano propôs comprar uma grande quantidade de terras dos índios peles-vermelhas, localizadas no extremo Noroeste dos Estados Unidos, o Cacique Seattle fez uma reflexão sobre a importância da terra para sua tribo, os índios Duwamish.

Considerada uma declaração de amor ao meio ambiente diz o Cacique Seattle “Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia nos é estranha. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes comprá-los?”.

Quase dois séculos depois, até os anos de 1960, prevalecia à idéia que a natureza e os recursos dela extraídos eram inesgotáveis e renováveis, uma visão romântica idealizada aos moldes filosóficos antropocentristas e dos cientistas em desvendar-lhes mistérios ou dos poetas em descrevê-la nas suas fontes de beleza. Contudo, não a viam como um ente animado.

Porém, a partir dos anos 60 ocorre no Ocidente um crescente pessimismo que se apercebe não de uma descoberta propriamente dita da natureza, mas da percepção do risco de sua destruição. Por esta via, a observação de fatos como a poluição de rios da Europa, desastres nucleares, desmatamento e queimadas na Amazônia, aquecimento global, entre outros, provocaram temores na sociedade global de que o mundo estava atingindo um patamar arriscado de poluição ambiental. Ainda nos anos 1960, temos *O Relatório do Clube de Roma*, que se ocupou da consciência racional dos limites do crescimento econômico, suscitando questões sobre o sentido do crescimento econômico e suas conseqüências.

Em 1962, a Bióloga americana Rachel Carlson lançou o livro *Primavera Silenciosa*, considerada à época uma obra literária de investigação e denúncia aos crimes ambientais que estavam acontecendo à época, disparando os primeiros e ruidosos salvos na guerra dos ecólogos contra a toda poderosa indústria química.

Para exemplificar, Rachel aponta em seus escritos, que qualquer indústria química de inseticidas e outros derivados sintéticos podia lançar no meio ambiente o que bem

entendessem, sem testes cientificamente projetados. No fundo, praticamente bastava que essas substâncias sintetizadas não matassem o químico responsável. Aliás, nem existia nos EUA a Agência de Proteção Ambiental, a EPA.

Rachel morreu de câncer dois anos mais tarde após a publicação do livro, mas seu legado a faz pelo jornal impresso britânico *The Guardian*¹² como uma das cem pessoas que mais contribuíram para a defesa do meio ambiente, embora permaneça quase anônima entre os ambientalistas da atualidade.

Nesse intervalo de tempo, ou seja, nas décadas de 60 e 70, a preocupação com a natureza estava, praticamente, limitada ao “mundo hippie” e dos naturalistas que sinalizavam que a natureza precisava ser “olhada” com mais cuidado, frente a crescente perspectiva do mundo capitalista voltado para o consumo.

No começo dos anos de 1970, retomando e aprimorando o conceito de James Hutton, James Lovelock e o microbiologista Lynn Margulis formularam uma hipótese que a Terra caracteriza-se como um organismo vivo gigante, chamado Gaia. Nesta concepção a espécie humana é apenas uma pequena parte.

No entanto, na dimensão da ocupação econômica, o equilíbrio entre a natureza e a evolução dos processos de produção entram em colapso. Pois, o uso da inteligência humana na criação de instrumentos que dominam a natureza com maior força, degrada, esgota e polui o organismo maior, ou seja, a Terra. De acordo com Buarque (1990, p. 112) “[...], surge também a observação de que o processo econômico quebra a cadeia de equilíbrio em que Gaia subsiste e evolui.”

Nos organismos governamentais e não-governamentais, segundo Ayres (2013, p. 23), o ano de 1972 registra a primeira ação da ONU – Organização das Nações Unidas, articulada com outras entidades e instituições que trabalham para a proteção do meio ambiente, na realização da “Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente”, realizada em Estocolmo, na Suécia, e teve como objetivo discutir os problemas ambientais no mundo, na tentativa de instituir pactuadamente a sensibilização para os danos já sofridos pelo planeta até aquele momento. Fizeram-se presentes 113 (cento e treze) nações e mais de 250 (duzentos e cinquenta) organizações não-governamentais e de organismos vinculados a ONU.

¹² O *The Guardian* é um jornal diário britânico criado em 1936 e configura como um veículo independente de comunicação e notícias. Propriedade da fundação *The Scott Trust Limited* tem os lucros de sua circulação reinvestidos em jornalismo e não beneficiam proprietários e/ou acionistas.

O resultado desta ação foi a “Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano”, cujo teor constavam princípios de comportamento e responsabilidades para direcionar as decisões sobre as políticas ambientais a serem praticadas no mundo, através de um plano de ações visando buscar soluções para os problemas ambientais oriundos da dicotomia entre desenvolvimento sustentável e os padrões econômicos da época que, comprovadamente, já havia provocado destruição de parte da camada de ozônio em consequência do aquecimento global.

Durante a década de 70, cada vez que sobrevoava uma das grandes cidades da América Latina, como o México e São Paulo, tinha a mesma sensação que alguns físicos descreveram depois de sobrevoar Hiroshima e Nagasaki, no final de 1945. Frustração, indignação e parte da responsabilidade com o desastre ecológico que o desenvolvimento econômico estava provocando (BUARQUE, 1990, p. 112).

No ano de 1983, também por iniciativa da ONU, foi criada a “Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” com o objetivo de avaliar as políticas ambientais empreendidas em prol do planeta e destacou que as destruições ambientais já provocadas, até aquele momento, era algo que os cientistas, pela velocidade das agressões, já não tinham a capacidade de avaliar e propor soluções em curto prazo.

Na seqüência destes eventos, podemos destacar ainda, a “Cúpula da Terra”, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, que reuniu em um só evento a “Rio 92 – Eco92”, a “Conferência das Partes (COP)” em 1997 em Kyoto (Japão), que resultou no Protocolo de Kyoto, definindo compromissos mais rígidos para a redução da emissão de gases poluentes, principais responsáveis pelo efeito estufa que provoca o aquecimento global. E ainda, a “Conferência Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável” (RIO+10), realizada em Johannesburgo, África do Sul, em 2002. A “Conferência de Bali” (COP 13), na Indonésia em 2007. A “Conferência de Copenhague”, na Dinamarca em 2009. E, mais recentemente, a “Conferência do Clima da ONU” em Durban, no ano de 2011, na África do Sul.

Da “Eco-92”, ocorrida no Rio de Janeiro merece destaque a criação do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental iniciado em 1996 pelo governo federal e que tem por objetivo promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Tal programa possui uma linha de ação que contempla capacitação dos profissionais de ensino formal para o desenvolvimento da educação ambiental escolar e dos profissionais

de comunicação para difundir e democratizar as informações ambientais. Bem como, estão também como foco à promoção de atividades comunitárias governamentais e não governamentais na construção da consciência ambiental.

Todos os eventos descritos acima possuíam o objetivo comum de discutir as questões ambientais e fornecer acordos efetivos entre as nações para devolver ao planeta a possibilidade de, se não de recuperação total, a amenização dos efeitos produzidos em detrimento dele, frente aos modelos de produção de bens de consumo para atender aos anseios das sociedades, principalmente, das capitalistas. Cabe ressaltar, que de todas essas iniciativas, a única resolução efetivamente implementada foi à aplicabilidade do Protocolo de Kyoto¹³.

Na educação, no dia 1º de janeiro de 2005, sob coordenação da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia, é que teve início a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005/2014) visando estabelecer um grande plano internacional de implementação de estratégias educativas nesse sentido. Esse tratado, das Nações com cadeiras na ONU – Organização das Nações Unidas foi formalizado na Conferência Internacional sobre Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada na Grécia em 1997.

No Brasil, um ano antes do início “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005/2014), institucionalizada mundialmente, o Ministério do Meio Ambiente, em 2004, publicou a “Cartilha” – Identidades da Educação Ambiental Brasileira – na perspectiva de estabelecer um painel com retratos da Educação Ambiental brasileira, destacando denominações que vinham despontando pelo país: educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia, educação no processo de gestão ambiental ou, ainda, o termo alfabetização ecológica.

Porém, a iniciativa desta publicação se deu após 5 (cinco) anos da publicação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que já regulamentava a Educação Ambiental no interior das instituições de ensino, em todos os níveis de educação e suas diferentes modalidades de ensino.

¹³O Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 2005, foi um dos mais importantes marcos para a preservação do meio ambiente por definir compromissos mais rígidos para a emissão dos gases de efeito estufa, principal causador do aquecimento global. Consiste em um calendário para os países industrializados reduzirem a emissão combinadas de gases de efeito estufa. Foi ratificado por 55 (cinquenta e cinco) países, porém, não contou com a assinatura dos Estados Unidos (AYRES, 2013, p. 26).

Em 14 de dezembro de 2010, quando da publicação da Resolução N°. 07¹⁴, do Conselho Nacional de Educação, pela Câmara de Educação Básica, através do Ministério da Educação – MEC, que fixava as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos é que se definiu como seria organizada a Educação Ambiental nos currículos do Ensino Fundamental, particularmente, a partir do 6º Ano, fase que se inicia a alfabetização ecológica.

Com isso, podemos inferir que houve uma demora significativa, de quase 2 (duas) décadas, para o poder público brasileiro e seus órgãos competentes, neste caso o Ministério da Educação, formatar a proposta curricular para tratar de um tema tão atual e contemporâneo como a conservação do Meio Ambiente. Pode-se afirmar, ainda, que o processo de formação dos educadores, bem como, dos educandos ficou comprometido, dada a superficialidade e o isolamento do tratamento deste assunto.

Nesse sentido, evidencia-se a primordialidade da ação educativa ser orientada tanto teórica, como politicamente, estabelecendo relações entre elementos sociais e políticos com o cotidiano escolar e os sujeitos sociais para que estes sejam agentes de uma prática cidadã que priorize a importância da EA.

É importante ressaltar que é na Educação Básica, que compreende no estado brasileiro a Educação Infantil e os Ensinos, Fundamental e Médio, o momento em que se deve preparar o educando para a compreensão do todo.

Pois se estabelece na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N°. 9394/96, e na Resolução N°. 07, anteriormente citada, que como princípios e objetivos desse nível de educação está estabelecido que o processo da educação escolar deverá vincular-se as práticas sociais que compreendem direitos e deveres dos cidadãos, no pluralismo de ideias, de experiências extraescolares, no desenvolvimento da capacidade de aprender entre outros, e, principalmente, na compreensão do ambiente natural e social em que os indivíduos encontram-se inseridos.

¹⁴ Artigo 16 ° “Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo” (MEC, Resolução N°. 07, de 14 de Dezembro de 2010).

No entanto, na prática, segundo palavras do educador Gilberto Luiz Alves¹⁵, a aplicabilidade destes conteúdos, principalmente na educação básica, ocorre de forma fracionada dentro das disciplinas, isoladamente.

Cada educador trabalha sua proposta de maneira especializada, dentro de sua área de atuação, genérica e superficialmente, sem o aprofundamento e a devida importância que o assunto merece.

Desta forma, o reconhecimento cultural do espaço geográfico e a necessidade de conservação¹⁶ do “lugar” em que o aluno encontra-se inserido não é apreendido como prática relevante, frente aos processos de degradação da natureza local, regional, nacional e como não dizer mundial.

A separação entre o ser humano e natureza reflete-se em toda a produção humana, em particular no conhecimento produzido por este modelo de sociedade. A fragmentação do saber, representado pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes. Contudo, o ambiente é também uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é por meio de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente. (GUIMARÃES, 2011, p.12)

Para Alves (2003, p. 19), na obra *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*, vai além do que propõem Guimarães, ressaltando que a educação e a cultura são debatidas dentro dos propósitos que singularizam a realidade circundante, ou seja, delimita o espaço a ser investigado, e propõem uma atitude mais universal face a realidade totalizando-a, conforme apresenta “Destituída de unidade, tal concepção sugere a possibilidade de coexistência de diversas realidades em contraposição ao que tem existência concreta: a realidade humana.”.

¹⁵Palestra proferida a alunos de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no dia 29 de setembro de 2014 para o PROFEDUC – Programa de Mestrado em Educação.

¹⁶ O preservacionismo e o conservacionismo são correntes ideológicas que surgiram nos Estados Unidos. O primeiro, o preservacionismo, aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, apontando o homem como o causador da quebra desse “equilíbrio”. Já a segunda corrente, a conservacionista, contempla o uso racional da natureza e a forma criteriosa de seu manejo pela nossa espécie. Podendo ser identificada como o meio-termo entre o preservacionismo e o desenvolvimentismo. O pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, e é alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável, que são aquelas que buscam um modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras. Disponível em: <www.mundodaeducacao.com/biologia/preservacao-ambiental>. Acesso em: 08mai 2015.

Exemplificando, tudo que é pertinente ao homem, contempla por si só todos os direitos a ele instituídos, independente da raça a que se diga pertencer, pois tudo que divide as humanidades e as específicas, provoca o afastamento da totalidade.

Nesta perspectiva, observamos a universalidade da questão ambiental posta na singularidade da educação formal ou não. A EA se manifesta, então, como prática de relevância para a humanidade e na perspectiva da categoria analítica da Organização do Trabalho Didático, contemplando a sua instrumentalização na escola, como trabalhá-la de forma ampla, abarcando a totalidade das áreas de saberes, como sugere Alves, e/ou multidisciplinar como postula a legislação brasileira?

Importante ressaltar os três elementos que constituem a categoria Organização do Trabalho Didático na concepção de Gilberto Luiz Alves. O primeiro diz respeito a relação educador e educando por intermédio de instrumentos didáticos. O segundo, trata do material didático aplicado na escola, que na escola moderna e contemporânea continua a prevalecer os livros didáticos ou os sistemas apostilados. E, por fim, o último elemento que coloca o espaço físico da escola, os prédios escolares, que subsiste no modo de produção capitalista porque é representativo dos empregos gerados pela educação.

Assim, neste contexto, dado o embasamento teórico da história da EA e sua aplicabilidade legal na educação, principalmente, nesta análise, problematizando a forma apresentada pelo panorama brasileiro, que centraliza sua discussão em torno do livro didático, é preciso aplicar outros meios para o exercício da atividade didática, na forma de produção de materiais alternativos a realidade que se apresenta, com uma proposta de intervenção, que será apresentada ao final desta dissertação, que contribua para a efetivação de práticas que atendam aos preceitos da Educação Ambiental.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A questão ambiental para o Estado se coloca no limiar da interação entre a sociedade e a natureza, bem como, paradoxalmente, com a natureza da própria sociedade. Desta forma, como afirma Sorrentino (2005) “[...] resgatar a política é fundamental para que se estabeleça uma ética da sustentabilidade das lutas ambientalistas.”

Nesse sentido, como política pública, legalmente institucionalizada, estabelecendo regras para as práticas escolares, a EA – Educação Ambiental surge como um resgate ético para o convívio social com a natureza e desenvolvimento de um “olhar” crítico para a lógica do mercado do capital, a fim de minimizar o estágio de degradação do meio ambiente já atingido por essa civilização.

Ela deve portanto, ser direcionada para a cidadania ativa, considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjecturais dos problemas ambientais.(SORRENTINO, 2005, p. 289)

Dadas estas considerações, na seara da educação formal brasileira temos alguns marcos regulatórios e legislações que balizam seus propósitos, direcionando sua aplicabilidade. Neste trabalho, faremos um percurso histórico desde a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, passando pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e pelos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais que colocam o Meio Ambiente como Tema Transversal, apenas como direcionamento de práticas pedagógicas, até a Lei nº 9.795/1999 que regulamenta a obrigatoriedade da EA na educação formal ou não, em todos os níveis de ensino.

Traçamos, também, algumas considerações sobre a importância e, acima de tudo a necessidade de políticas públicas para a EA na escolarização, das quais são imprescindíveis para uma mudança de atitude para o futuro das civilizações contemporâneas.

Hierarquicamente, iniciaremos pela Constituição Federal¹⁷ de 1988, que no Capítulo III, em seu Artigo 205, dita, fundamentalmente, que a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, articulando a sociedade como artífice do desenvolvimento das pessoas para a vida cidadã.

Em seguida, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁸, Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta os processos formativos da educação formal, estabelece o direito a educação pública e de qualidade, bem como a liberdade de oferta ao ensino privado, legislando sobre os Sistemas de Ensino e organizando os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica e da Educação Superior, etc.

Na Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a LDB para os currículos e conteúdos os subdividiu em duas partes: a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

Desta forma, a Base Nacional Comum¹⁹ corresponde aos conteúdos disciplinares que devem permanecer em todos os PPP – Projetos Políticos Pedagógicos²⁰, em todas as séries dos Ensinos Fundamental e Médio.

Já, a parte diversificada²¹ diz sobre as características regionais e locais de uma dada sociedade, da sua cultura e clientela, no interior dos sistemas de ensino e, também, devem estar contidas no PPP.

Assim, o PPP expressa à autonomia das unidades escolares ao materializar a educação escolar e seus objetivos à luz da dialética entre unidade (Base Nacional Comum) e multiplicidade (Parte Diversificada), numa relação de interdependência.

¹⁷ Artigo 205 da Constituição Federal “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, 1988)

¹⁸ A Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou, simplesmente, LDB, é vista como principal documento de ordenamento jurídico educacional do País.

¹⁹ Artigo 22 da LDB “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores.” (BRASIL, Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996)

²⁰ O PPP – Projeto Político Pedagógico é de responsabilidade de cada instituição de ensino, onde os atores pedagógicos (gestores, professores, servidores administrativos das escolas, alunos, famílias, enfim, toda a comunidade escolar) formalizam, baseadas nas legislações educacionais nacionais e, também, pelas estaduais e municipais, a proposta educacional daquela escola, posteriormente regulamentada pelo Regimento Interno.

²¹ Artigo 26 da LDB “Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (BRASIL, Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Face o exposto, como referenciais para a renovação e/ou reelaboração do PPP, a partir da LDB, o Ministério da Educação, em 1997, publicou os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais²² para a Educação Básica.

Além de ser um referencial, porém não obrigatório, esses instrumentos norteadores foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular, na compreensão que esta está sempre em movimento, e orientar os docentes na busca por novas abordagens e metodologias a serem desenvolvidas com os alunos no processo ensino-aprendizagem.

Eles, também, estabeleceram para os sistemas de ensino uma base nacional comum nos currículos escolares, bem como, apresentaram orientações para as áreas de conhecimento assim divididas na Educação Básica²³:

Tabela 1 – Áreas de Conhecimento dos PCN.

ETAPA DE ENSINO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
1. Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª à 4ª Série)	Língua Portuguesa; Matemática; Ciências Naturais; História e Geografia; Arte; Educação Física; Temas Transversais.
2. Séries Finais do Ensino Fundamental (5ª à 8ª Série)	Língua Portuguesa; Matemática; Ciências Naturais; História e Geografia; Arte; Educação Física; Língua Inglesa; Temas Transversais.
3. Ensino Médio	* Línguas, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol), Educação Física, Arte e Informática. * Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: Biologia, Física, Química e Matemática. * Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política.

Fonte: PCN (1997).

Reelaborado por: SANTOS, A. (2016).

Isto posto, podemos observar o surgimento dos Temas Transversais que deveriam permear as discussões no interior dos currículos e das áreas de conhecimento pertinentes à

²² Os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais são referenciais para a Educação Básica em todo o país. O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem o caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõem que seriam adaptados às peculiaridades de cada localidade.

²³ Importante ressaltar, que no período de aplicação dos PCN o Ensino fundamental era, ainda de 8 (oito) anos, pois a Lei N° 11.274/2006 que instituiu os 9 (nove) anos para esta etapa do ensino não havia sido sancionada.

Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e, por fim, sobre o Meio Ambiente.

No âmbito da aplicabilidade da EA para a educação escolar, apesar de fazer parte da transversalidade de temas a serem discutidos no processo ensino-aprendizagem, se fez necessário que a temática fosse legalmente instituída, pela necessidade de discuti-la pelo impacto da degradação ambiental impulsionada pelo consumo de bens de capitais.

Assim, em 27 de abril de 1999, foi sancionada a Lei N° 9.795²⁴ que regulamentou a EA – Educação Ambiental para todos os níveis da educação, da Educação Básica ao Ensino Superior, nas diferentes modalidades de ensino, tanto na educação formal, quanto na educação não-formal.

Desta forma, a EA passa ao estatuto de obrigatoriedade para a educação escolar e abandona o caráter de um mero “Tema Transversal” como figurava nos PCN.

A EA apresenta-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente sadio. Aspectos estes que são intrinsecamente complementares; integrando assim Educação Ambiental e educação popular como conseqüência da busca de interação em equilíbrio dos aspectos socioeconômicos com o meio ambiente. (GUIMARÃES, 2011, p.12)

Por fim, na acepção do termo, “Educação Ambiental (EA)”, como afirma Guimarães (2002, p. 9), é o nome convencionado para tratar as práticas educativas relacionadas a questão ambiental. Popularizando-se em meados dos anos de 1980, pela percepção que a evolução do conjunto de elementos vivos e não vivos alimentados por uma crescente evolução tecnológica, não estavam crescendo em um equilíbrio dinâmico, ou seja, sustentável para o meio ambiente.

Observamos na intervenção do Estado, por meio de dispositivos legais e regulatórios para a Educação Ambiental, um processo de construção dialética entre este e a sociedade civil, no sentido de promover uma transformação social e cultural dos entes comunitários. O

²⁴ Artigo 1º “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999).

Artigo 2º “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999).

que implica a proposição de uma “nova ordem” com a mudança de valores que resgatem a importância da conservação do meio ambiente.

Esse “novo paradigma”, como tratou anteriormente a citação de Guimarães, representa educar para a cidadania, e não apenas fixar leis para serem aplicadas, no caso específico da EA, a possibilidade de formação de uma ação política para formar uma coletividade responsável pelo mundo que habita.

A nova forma de “olhar” para a EA vem de encontro ao processo civilizatório, historicamente constituído, que delineava e continua delineando, um modelo devastador, voltado para o consumo, estimulado pelos avanços tecnológicos, amplamente difundidos e divulgados pelos meios de comunicação de massas.

Processo este, que se constitui num paradoxo, em que a sociedade global, cada vez mais complexa, pede por uma intervenção maior do Estado, enquanto o capital sugere o contrário quanto ao seu caráter público, principalmente quando se diz respeito a educação, como aponta Sader (2005).

Para exemplificar essa relação entre o público e o privado na educação, é importante destacar que, na formação de professores, futuros atores e participantes ativos do processo educacional, ou seja, nos cursos de licenciatura, a maioria das matrículas dos graduandos, nas mais diversas áreas de conhecimento, estão em IES – Instituições de Ensino Superior privadas.

Em dados extraídos do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, nos anos de 2013/2014, verificamos que 68% dos egressos do curso de Pedagogia e 53% nas demais licenciaturas estão nas universidades particulares.

Diante disso, Cavalcanti (1999) aponta para um modelo educacional que está deixando de ser um direito público, o Estado está perdendo espaço, com as investidas do potencial econômico da iniciativa privada e das “facilidades” que elas proporcionam (cursos aligeirados, EAD – Educação à Distância, facilidades de pagamento, etc.), para ser a educação um potencial de investimentos, seguindo a lógica do consumo, e o estudante passa a ser tomado como “cliente”.

Ora, se a degradação ambiental se originou nesta lógica de mercado capitalista e que a educação engloba como prática, em que o Estado perde o domínio e passa a ser coadjuvante do processo educacional, qual seria, então, o meio para a regulação desta balança para a Educação Ambiental no âmbito educacional?

Para a pergunta que se equaciona, Sader (2005) propõem três parâmetros regulatórios em que a EA deve se amparar: na educação, na gestão participativa e, por fim, no diálogo entre o Estado e os sujeitos sociais.

Entretanto, ainda segundo Sader (2005) o Estado precisa promover ações de empoderamento que resgatem seu caráter público, tanto na educação como na gerência do meio ambiente.

Um Estado cresce quando suas funções históricas passam a demandar mais ação (crescimento horizontal do Estado) ou quando ele é impelido a assumir novas funções (crescimento vertical do Estado). Este último é qualitativo, enquanto aquele é quantitativo, de modo que a função reguladora do Estado no campo ambiental é um incremento qualitativo do Estado, ou seja, uma nova função (SORRENTINO, 2005, p.288).

Portanto, para que haja uma formação cidadã crítica para a EA, bem como, para com outras demandas sociais que se apresentem, o Estado deve, além de resgatar o seu “caráter público”, função de sua existência, fomentar a relação dialética entre seus poderes e a sociedade. Aqui entendida pelas vias educacionais, favorecendo a igualdade nos padrões de ensino, ou seja, entre o poder público e a iniciativa privada, fomentando discussões políticas para a conservação do meio em que a sociedade contemporânea se assenta.

Mesmo que estejamos experimentando as formas e os conteúdos da vida produzidos pelo sistema capitalista, reproduzidos na escola, desde sua estrutura organizacional até a preparação dos conteúdos curriculares, em que o privado tem superado o público, há que se produzir a regulação, acima citada, para a construção de um pensamento mais crítico, que não se baseie apenas na formulação e aplicação de leis.

Desta forma, percebemos que há profunda dependência da atitude do Estado em buscar fontes para incrementar o diálogo com a sociedade e fazê-la participar politicamente das suas ações.

Face o exposto, dada a preocupação com as questões ambientais e a precarização do ensino escolar que postula a escassez, que favorece a iniciativa privada a, cada vez mais, tomar espaço na educação escolar em todos os níveis de ensino, é de primordial importância o empoderamento do Estado no controle, tanto da educação quanto da gerência do meio ambiente.

Assim, as políticas públicas promovidas para a EA, especificamente tem a finalidade de abrir espaços que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Isso se dá, ao assumirmos nossas responsabilidades individuais e coletivas, como afirma Sorrentino (2005), interligados pelas circunstâncias sociais e ambientais.

Lembrando, entretanto, que entre outras coisas, essa responsabilidade vem da autonomia de um pensamento crítico para discutir, não só a EA, mais a qualidade da educação como um todo.

Partindo do pressuposto da autonomia, discorreremos sobre a liberdade que o Estado fornece a Educação Formal de construir o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar que regulamenta o Projeto, obrigatório para cada unidade escolar, pública ou privada, onde os entes educadores em conjunto com a comunidade escolar façam o diagnóstico da região em que as instituições de ensino estão assentadas e dessa forma traçar as melhores estratégias para atender o seu público e definir as ações educativas que os atendam.

Haja visto, segundo Alves (2010, p. 41), “[...]o empreendimento teórico de Comenius, levado a cabo em meados do século XVII, continua sendo referência obrigatória em nosso tempo.”. Ou seja, a centralidade do instrumento pedagógico continua a ser o livro didático, cada vez mais esvaziado de significados culturais, afastado dos clássicos e mais especializado em conteúdos pedagógicos resumidos e superficiais.

Mesmo que estejamos experimentando as formas e os conteúdos da vida produzidos pelo sistema capitalista, principalmente na escola, há que se produzir formas de inserção de conteúdos que promovam um pensamento mais crítico. Desta forma, percebemos que da atitude do educador em buscar outras fontes para incrementar o fazer pedagógico é que depende o enriquecimento do ensino escolar.

Toda inovação educativa intentada na escola, se alheia à lógica das relações automáticas e não flexíveis da *organização do trabalho didático*, está fadada a perecer. Portanto, não bastam medidas isoladas para formar professores, para dotar prédios escolares de salas especiais para laboratórios, inclusive de informática, ou para melhorar a qualidade dos manuais didáticos, etc... É preciso romper com o conjunto da organização do trabalho didático centrada no manual didático (ALVES, 2014, p. 153).

Face o exposto, dada a preocupação com as questões ambientais e a precarização do ensino escolar que postula a escassez, imposta pelas condições materiais dos processos de

ensino e/ou da organização do trabalho didático que está posta nos espaços escolares centradas nos manuais didáticos, faz-se necessário uma nova relação educativa de superação.

Esta superação estará amparada na forma em que o professor não será, apenas, um executor do manual didático, mas um agente transformador na busca de novas formas de ensinar que torne o aluno um agente de pensamento crítico e deixe de ser um mero receptáculo de saberes ínfimos.

Para tanto, a cultura e as manifestações artísticas, quaisquer que forem, seja pela linguagem plástica, pela música, ou ainda, pelas obras literárias, bem como no conjunto de todas elas, representam um veículo de sustentação para a prática desta proposta. Como uma forma de atração para o aprendiz, dado o “olhar” voltado para o lúdico mediado pelas relações entre disciplinas e pelo processo de criação dos artistas, no desenvolvimento de suas técnicas e materiais apropriados para as produções, no retrato da época por eles vivenciadas.

Vale ressaltar, que as propostas que caminharem neste sentido devem extrapolar os muros da Academia, na disseminação dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas, cumprindo um dos objetivos das Instituições de Ensino Superior, o benefício de seus feitos as comunidades que atendem.

Também, fizemos um percurso sobre a importância do Planejamento Anual das disciplinas, em que cada docente, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, concomitantes com a Diretrizes Curriculares Estaduais e Municipais traçam seu plano de ação educacional para a sua área de atuação.

Em seguida, abordaremos os materiais didáticos na personificação do livro didático oferecido às escolas públicas pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático, política pública do Governo Federal do qual falaremos na finalização deste capítulo e para as instituições privadas sobre os sistemas de apostilamento.

2.1 Projeto Político Pedagógico

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96²⁵, estabelece em seu Artigo 12, inciso I, a incumbência da escola elaborar e executar seu Projeto Político Pedagógico.

O PPP, como é conhecido, surgiu a partir da política educacional vigente, pela qual organizam-se leis, pareceres, diretrizes, orientações, indicações curriculares, de conteúdos e metodologias de ensino, com o objetivo de dar unidade ao currículo da Educação Básica no país.

Para tanto, cada instituição de ensino deverá coletivamente, ou seja, com toda a comunidade escolar composta por seus gestores, professores, funcionários, representantes de pais e alunos, construir um documento que reflita a identidade da escola, devendo ser bastante claro em suas fundamentações teóricas, explícito em seus encaminhamentos e flexível para atingir as necessidades e especificidades dos seus discentes.

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, de contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus atores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. E, portanto, fruto de reflexão e investigação. (VEIGA, 2008, p. 09)

Nesta perspectiva, a reflexão acerca da realidade em que os agentes estão inseridos é obrigatória. A sociedade que passa por grandes transformações com notável rapidez, as realizações no campo científico e tecnológico, a fluidez dos processos de comunicação e as “crises” de valores ideológicos, políticos, sociais, culturais devem estar contempladas.

No bojo dessas “crises” estão expressos os conflitos de valores e contravalores que se entrecruzam nos corredores e salas de aula, a convivência entre a obrigatoriedade legal e a realidade que está posta, principalmente nas garantias de financiamento educacional que não atendem as necessidades, com exceção para o ensino privado.

²⁵ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Bem como, os índices de diminuição de matrículas, as evasões escolares, os índices de reprovação, a pesada jornada dos docentes e os baixos salários, nas contradições entre o real e o ideal, num movimento dinâmico e incessante em que a escola fica como a mediadora no processo de socialização do homem e do conhecimento.

Portanto, idealizar e elaborar um projeto de educação implica pensar na qualidade da escola, na concepção do cidadão e da sociedade que se pretenda construir que deve apontar como bases a justiça, a fraternidade, a democracia, a autonomia dos entes no gerenciamento das suas vidas, na contribuição da evolução social e política da comunidade em que a escola está inserida, na sua cidade, estado e país de forma crítica e independente.

Assim, o PPP não pode se constituir como um mero cumprimento de atividades burocráticas a ser feito para atender pressupostos legais e relegado a um arquivo de documentos, mas sim, um instrumento vivo e eficaz no cumprimento das legislações, eficiente nas ações a que se propõe e promotor de reflexões diárias em busca dos objetivos em cima dos quais foi construído.

Desta forma, é necessário que se compreenda que a discussão do PPP exige uma profunda reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica.

Outro grande desafio das escolas em construir sua autonomia passa pela ação de deixar de ser uma cumpridora de exigências burocráticas, mas também em garantir a operacionalização na estrutura escolar das previsibilidades legais, das propostas curriculares que norteiam a estrutura dos seus Projetos Políticos Pedagógicos e fazer com que aquilo que é previsto de fato ocorra na dinâmica interna da escola, no real e no concreto.

Por razões pedagógicas e técnico-administrativas, inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, são reforçados hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto-político-pedagógico e administrá-lo. Não se trata meramente de elaborar um documento, mas fundamentalmente, de implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorializado, que exige o esforço conjunto e a vontade política da comunidade escolar consciente da necessidade e da importância desse processo para a qualificação da escola, de sua prática, e consciente, também, de que seus resultados não são imediatos. (BUSSMANN, 2008, p.37)

Nesse movimento de construção, de ação-reflexão é importante frisar que a escola deve pensar seu cotidiano e as formas de consolidação de suas propostas educacionais de maneira descentralizada, embora amparada por princípios gerais das legislações e orientações maiores que tem um objetivo balizador comum, mas por outro lado ao reconhecer o ambiente que a cerca e os agentes comunitários envolvidos da qual ela pertença passa-se a democratização dos processos decisórios e instala-se um movimento emancipatório.

Há que se pensar que essa emancipação democrática é indispensável para que se estabeleça uma organização entre os educadores e comunidade escolar de luta e resistência para que as responsabilidades do Estado sejam cumpridas, no caso das instituições públicas, que as possibilidades da concretude do que se almeja para educação sai do papel e que mudanças ocorram dentro e fora dos muros da escola

Por fim, podemos verificar que o conhecimento do meio, dado o capital cultural dos indivíduos, em que a escola encontra-se inserida é fundamental para definir seus nortes e como vigorarão as atividades educativas em seu interior, reflete-se aqui o quão ampla é a EA também neste contexto, pois o próprio documento que deve garanti-la nas instituições educacionais deve fazer uso dela para apontar seus rumos.

2.1.1 Planejamento Docente

O ato de planejar está relacionado com a condição humana em si, desde as tarefas mais simples as mais complexas as pessoas planejam suas ações na tentativa de transformar para melhor suas vidas e daqueles que os rodeiam, nos vários setores da vida social.

Não poderia ser diferente no contexto escolar, que aos moldes do sistema econômico capitalista, tomou para si essa ferramenta para organização das atividades docentes, segundo Kuenzer (2003, p. 13) “[...] o planejamento de educação também é estabelecido a partir de regras e relações da produção capitalista, herdando, portanto, as formas, os fins, as capacidades e os domínios do capitalismo monopolista do Estado.”

É importante aqui ressaltar que se considerado no sentido ideológico o planejamento das ações educativas traz consigo uma lógica de controle do Estado sobre a escola, acirrada historicamente no período da Ditadura Militar, que perdurou e de 1964 a 1985, escondendo determinações de ordem política e econômica decididas no centro do poder.

Naquele momento, o Golpe Militar de 1964 já implantava a repressão, impedindo rapidamente que um trabalho mais crítico e reflexivo, no qual as relações entre educação e sociedade pudessem ser problematizadas, fosse vivenciadas pelos educadores, criando, assim, um “terreno” propício para o avanço daquela que foi denominada “tendência tecnicista” da educação escolar. (FUSARI, 2008, p.48)

Visto como forma de instrumento de controle por conta da relação histórica com um regime de contenção, o planejamento entre docentes era visto com resistência, já que eram supervisionados ou elaborados por técnicos que delimitavam o que o professor deveria ensinar, priorizando as necessidades do sistema político vigente.

Essa forma de controle perdurou até o final da década de 70, mas a partir dos anos 80 recuperou-se a dimensão da necessidade e a importância do ato de planejar, não apenas no nosso dia-a-dia, mas principalmente, no dia-a-dia da sala de aula.

Hoje vivemos a segunda grande onda do planejamento. A primeira entre em crise na década de 70. A década de 80, embora, na prática, se apresente como uma grande resistência ao planejamento, contém os mais efetivos anos em termos da compreensão da necessidade, do estudo, do esclarecimento e da confirmação desta ferramenta. (GANDIN, 2008, p.05)

No âmbito educacional planejar é organizar as ações educativas. São muitos os documentos legais, regulatórios e balizadores de ações comuns quando se fala em uma base curricular nacional e as especificidades que contêm os Projetos Políticos Pedagógicos, o que torna o planejamento um elemento facilitador tanto do trabalho do professor quanto do trabalho do aluno para organização das idéias e informações. Portanto, planejar na educação é:

É um instrumento direcional de todo processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p. 40).

O termo planejamento é amplamente difundido nas escolas, porém se faz necessário neste espaço de pesquisa caracterizar, ainda que brevemente, os principais tipos de planejamentos educacionais que norteiam as ações educativas.

O primeiro a ser mencionado e que servirá como base para a feitura e execução de todos os outros é o Plano Nacional de Educação. É o de maior abrangência porque interfere nos planejamentos feitos no nível nacional, estadual e municipal. Nele se reflete a política educacional do país equacionado para vigorar e ser reformulado num período de 10 em 10 anos, refletindo em suas metas o momento histórico do país na busca de melhorias educacionais.

O segundo, já explicitado acima no item anterior, encontramos o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino, que o MEC – Ministério da Educação assim define sua importância:

É o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de organização e coordenação da ação dos professores. Ele articula a atividade escolar e o contexto social da escola. É o planejamento que define os fins dos trabalhos pedagógicos. (MEC, 2006, p. 42)

No Plano de Curso temos a sistematização da proposta geral para cada disciplina ou área de estudo, podendo ser definido no PPP como anual ou semestral, definindo estruturas comuns, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em seguida, e com merecido destaque, já que foi um dos documentos elencados para análise nesta pesquisa, temos o Plano de Ensino que de acordo com Libâneo (1994, p.222) “é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou um semestre; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico.”

Por fim, o Plano de Aula que contempla as seqüência a serem desenvolvidas em um dia letivo de efetivo trabalho docente com o aluno em um processo de efetiva interação na dinâmica do processo ensino-aprendizagem.

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia de resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o nível. (SCHMITZ, 2000, p. 101)

Pode-se perceber, que o planejamento educacional, em seus mais variados tipos, cada qual com o seu objetivo e importância, compreende um processo que deve ser contínuo, revisitado e reordenado para atender as necessidades individuais e coletivas dos membros da sociedade, estabelecendo o caminho adequado, através de ações estratégias pensadas em busca de alcançar objetivos no processo ensino-aprendizagem.

Importante ressaltar, que o papel do professor, quem efetivamente interage com o aluno, é de fundamental importância neste processo educacional de planejar e o deve fazê-lo como ferramenta básica, partindo de uma efetiva observação e diagnóstico, integrando os objetivos, os conteúdos e as metodologias numa proposta eficaz para a aprendizagem do discente.

Consideramos, portanto, que o planejamento em todos os seus níveis dentro do processo educacional é imprescindível no desenvolvimento da educação, porém é necessário que a prática docente aconteça simultaneamente para a melhoria da qualidade na educação e nesse movimento constante de planejar, agir, avaliar, refletir, se encontre alternativas para o sucesso escolar.

2.1.2 Materiais Didáticos

Consideravelmente na contemporaneidade o livro didático para a totalidade das escolas públicas, estaduais e municipais, e as apostilas de um determinado modelo de ensino para as escolas privadas, tem se tornando o principal instrumento pedagógico utilizado na prática educativa, como um receituário a ser seguido pelo professor no seu trabalho em sala de aula.

O adensamento do uso deste tipo de material, que ganhou primazia na objetivação do trabalho docente, convergiu para diversas pesquisas, principalmente nos estudos históricos da categoria analítica ‘Organização do Trabalho Didático’ de Gilberto Luiz Alves, em que, diga-se de passagem, o considera descontextualizado, com conteúdos fragmentados e

simplificados, desvinculados da realidade do aluno, o que contraria todas as orientações de planejamentos da ação educacional, relatados acima.

Importante ressaltar os três elementos que constituem a categoria Organização do Trabalho Didático na concepção de Alves. O primeiro diz respeito a relação educador e educando por intermédio de instrumentos didáticos. O segundo, trata do material didático aplicado na escola, que na escola moderna e pós-moderna continua a prevalecer os livros didáticos ou os sistemas apostilados. E, por fim, o último elemento que coloca o espaço físico da escola, os prédios escolares, que subsiste no modo de produção capitalista porque é representativo dos empregos gerados pela educação.

Na atualidade, ainda temos uma escola assentada no modelo de Comenius, oriunda do século XVII, organizada por níveis de ensino e seriação dos estudos, fundamentada nas bases da Didáctica Magna que imprimia um tratado universal de ensinar tudo a todos, em todas as comunidades, com um sistema de ensino pensado como uma oficina de homens, ou seja, como uma manufatura.

Para Comenius era necessário implantar a divisão do trabalho na escola, como em uma cadeia de produção, gerando mais resultados, economia de tempo e de recursos e menos fadiga e nesta perspectiva surgiu o que ele denominava de “livros pan-methódicos” e seria o instrumento mais importante da máquina escolar.

Surgia um novo instrumento de trabalho do professor: o manual didático. Quanto à sua forma e a sua função, essa nova tecnologia educacional distinguia-se tanto dos livros clássicos, até então muito caros e pouco universalizados como decorrência dos limites próprios da produção manufatureira, e das antologias, subprodutos escolares dos livros clássicos, pois nestes selecionavam os extratos que as compunham (ALVES, 2005, p. 76)

Este instrumento, possibilitaria a redução dos custos, simplificaria e objetivaria a instrumentalização de apoio didático, porém em contrapartida simplificaria os conteúdos que passariam a ser resumidos, dentro, é claro, de uma seqüência lógica. Não seria o professor a fazer esse trabalho e surgiria também com os manuais didáticos à figura do compendiador.

Entretanto, só no século XX é que o manual didático se expandiu dado os avanços tecnológicos que propiciou que esse material fosse barateado, bem como o aumento da demanda por educação.

Desde então, esse instrumento domina as operações educacionais pelos docentes nas salas de aula da Educação Básica, orientando, veiculando o conhecimento e organizando o processo de ensino.

No entanto, pesquisadores que se debruçam sobre a análise e os impactos da aplicabilidade dos manuais didáticos em larga escala nos sistemas educacionais, tais como Bittencourt (1998), Fonseca (2003), Alves (2005), afirmam que houve um processo de precarização dos conteúdos vinculados nos livros didáticos, assim como a precarização do conhecimento pela exclusão ao acesso a grandes literaturas e pelo ato de pesquisar que também foi subtraído na adoção dessa forma material de ensinar.

[...]. O livro didático é limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. A linguagem que produz deve ser acessível ao público infantil e juvenil e isso tem que ser conduzido à simplificação que limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um projeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo (BITTENCOURT, 1998, p. 73).

Outra questão que deve ser observada na atualidade é a expansão do mercado do livro didático. Tomado como mercadoria corresponde a mais da metade da produção editorial brasileira, movimentada, principalmente, pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, assunto que será abordado em seguida, em que o Estado, através do MEC – Ministério da Educação e Cultura é o maior consumidor deste produto.

Nessa perspectiva, tanto professores, que utilizam o manual didático como instrumento único do seu fazer pedagógico, quanto alunos estão cada vez mais afastados do acesso dos saberes eruditos, do patrimônio cultural da humanidade, da grande literatura, das pesquisas acadêmicas, mantendo-se reféns de saberes especializados, descontextualizados e precarizados no domínio da lógica mercantilista que, também, dominou o mercado do des(conhecimento).

2.1.3 Programa Nacional do Livro Didático

O PNLD – Programa Nacional do Livro Didático é o programa mais antigo, iniciado em 1929 pelo Governo Federal, para distribuição de obras didáticas para as redes públicas de ensino. Porém, só atingiu o caráter de obrigatoriedade a partir da Constituição Federal de 1988²⁶ e tornou-se uma das maiores políticas públicas sociais voltadas para a Educação, que nesse espaço de pesquisa será mencionado apenas por sua importância no processo educacional.

A partir das garantias constitucionais, o Estado, em matéria de educação, deve então fornecer material didático, transporte, merenda escolar e assistência à saúde. Deve assumir, também, o compromisso de garantir o ensino fundamental gratuito e obrigatório e, ao mesmo tempo, o atendimento ao educando, através de programas suplementares.

Nesses termos, os programas assistenciais voltados aos estudantes se alteram e passam do caráter assistencial conjuntural para um preceito constitucional, universalizante e obrigatório, destinados e garantidos a todos aqueles que têm, igualmente, direito ao acesso à educação.

Seu principal objetivo é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio das coleções de livros didáticos que chegam às escolas em ciclos trienais, destinados aos alunos da Educação Básica em quase todos os seus segmentos, ou seja, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, ficando de fora do programa as crianças da Educação Infantil.

A distribuição gratuita de livro didático tradicionalmente vem sendo entendida como uma das funções do Estado no que se refere ao fornecimento do material didático-pedagógico. Mesmo que seja possível uma interpretação mais elástica em relação a essa obrigatoriedade, o próprio governo considera seu empenho na compra e distribuição gratuita de livros às escolas, como tarefa essencial no atendimento à população escolar (HOFLING, 2000, p. 160).

²⁶ “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208)

Dada a obrigatoriedade e atualmente, já que para esta pesquisa o recorte utilizado para a análise de materiais que será realizada no próximo capítulo deste trabalho é o triênio em vigor que abarca os anos de 2014 a 2016, explicaremos, brevemente, como se operacionaliza o programa nas instâncias do Governo Federal, não cabendo, também, neste espaço nenhuma crítica a sua pertinência ou não.

A compra e a distribuição dos materiais didáticos e literários são de total responsabilidade do MEC e os recursos advindos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cabendo também a este órgão a logística do provimento e do remanejamento desses produtos para todas as escolas públicas do país cadastradas pelo censo escolar.

O FNDE distribui os livros didáticos de acordo com as projeções do censo escolar referentes aos dois anos anteriores ao ano do programa, que é o censo disponível no momento do processamento da escolha feita pelas escolas. Dessa maneira, poderá haver pequenas oscilações entre o número de livros e o de alunos.

Para realizar esses ajustes, garantindo o acesso de todos os alunos aos materiais, segundo o Ministério da Educação, é necessário remanejar os materiais entre as escolas, bem como, ainda, recorrer a reserva técnica, percentual de livros disponibilizados as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para atender a novas turmas e matrículas.

A avaliação e seleção das obras inscritas no PNLD e no PNEB – Programa Nacional Biblioteca da Escola ficam a cargo da COGEAM – Coordenação Geral de Materiais Didáticos, bem como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos que serão encaminhados às escolas para que os professores, em conjuntos com as coordenações, das escolas façam a seleção de qual livro adotarão para sua prática docente.

Os livros didáticos distribuídos às escolas públicas de educação básica do país são analisados e escolhidos pelas escolas, desde que inscritos pelas suas respectivas editoras no PNLD e aprovados em convênio do MEC com Universidades Públicas por avaliações pedagógicas realizadas por essas Instituições de Ensino Superior.

As coleções e obras são inscritas pelos detentores dos direitos autorais, em conformidade com editais publicados com os critérios estabelecidos a serem analisados por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Quando aprovadas, passam a configurar como opção no Guia do Livro Didático, com orientações para que professores, coordenadores e diretores estabeleçam suas escolhas.

Importante ressaltar que a cada triênio os editais configuram de forma a atender avanços tecnológicos e novas possibilidades didáticas como apoio e complemento ao livro. Para a seleção de 2014 a 2016 as editoras incluíram materiais multimídia, jogos educativos, simuladores infográficos animados para escolas com acesso à Internet.

Para aquelas mais longínquas e de difícil acesso, DVD's complementaram as obras para que os estudantes tivessem acesso a materiais multimídias, complementando os assuntos estudados, além de tornarem as aulas mais modernas.

No ano de 2016 as escolas estarão, novamente, passando pelo processo de escolha dos materiais que utilizaram pelos próximos 3 (três) anos, vale ressaltar que a área da Arte será contemplada, pela primeira vez, com material didático específico.

Finalizando este capítulo, prosseguiremos com considerações sobre a Educação Sensível na EA, dada a sua importância para a proposta de intervenção e, posteriormente, no capítulo seguinte, para a análise das informações dos materiais elencados na metodologia desta pesquisa, para que amparados nas orientações legais expressas e nos princípios norteadores da educação brasileira, de maneira geral, possamos fazer as inferências necessárias que correspondam as proposições dos objetivos estabelecidos.

3 A EDUCAÇÃO SENSÍVEL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tanto o modo de vida ocidental que vem preconizando a utilidade mercantilista, quanto a ciência moderna e sua atitude epistemológica de distanciamento e neutralidade, constroem, na contemporaneidade, as “verdades” de que dispomos. O que, gradativamente, tem nos afastado dos saberes sensíveis e intuitivos próprios a cada um de nós, oriundos das nossas relações com o mundo que nos cerca. O reflexo desta postura assumida pelos indivíduos, decorrentes de uma sociedade industrial, promove uma estreita especialização profissional que tem influência direta na educação escolar.

Haja visto, o reflexo apresentado nos livros didáticos ou nos sistemas apostilados de ensino que apresentam no bojo de seus conteúdos saberes conceituais ínfimos e especializados, expressos no interior de cada disciplina, hermeticamente fechados, que não fazem associações com um conhecimento mais amplo, conforme dito anteriormente e pautados nos estudos de Gilberto Luiz Alves.

Isso tudo, fruto da tendência pedagógica tecnicista, que apregoa a neutralidade científica pautada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, que perduram, ainda, na atualidade nos espaços escolares, muito embora, tenham sido incorporadas no Brasil por políticas públicas para a educação que datam do pós-período de 1964.

Neste modelo educacional, o método se sobrepõe aos sujeitos, alunos e professores, os manuais didáticos se proliferam como receituários, prevalecendo a organização pedagógica operacional e técnica, transportando para as instituições de ensino formal o sistema de produção fabril, em que o processo “de aprender a fazer” se faz mais importante que aquele que faz.

Marginalizado será o incompetente (no sentido técnico da palavra), isto é, o ineficiente e improdutivo. A educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, isto é, aptos a dar sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade. (SAVIANI, 2002, p. 13)

Contrariando a lógica ora apresentada encontramos na Educação Sensível, intermediada pela arte, uma proposta de ressignificação para essa prática na educação na busca pela re-sensibilização dos educandos, na perspectiva da formação para a cidadania,

dando voz para à sensibilidade estética²⁷, à afetividade, à criatividade, à imaginação, despertando para a reflexão e para a crítica.

A educação do sensível nada mais significa do que dirigir nossa atenção de educadores para aquele saber primeiro que veio sendo sistematicamente preterido em favor do conhecimento intelectual, não apenas no interior das escolas mas ainda e principalmente no âmbito familiar de nossa vida cotidiana. Desenvolver e refinar os sentidos, eis a tarefa, tanto mais urgente quanto mais urgente o mundo contemporâneo parece mergulhar numa crise sem precedentes na história da humanidade. (DUARTE JÚNIOR, 2006, p. 13-14)

É importante, segundo João Francisco Duarte Júnior, que não se desvirtue o conceito de educar para o sensível ao resumo de repassar informações teóricas acerca da arte, de artistas consagrados e objetos estéticos, mas tratá-la como a possibilidade de desenvolver o refinamento dos sentidos em relação aos estímulos do mundo, unindo o sensível (saber) e depois ao inteligível (conhecer).

Define-se como saber inteligível todo o conhecimento articulado abstratamente pelo cérebro através dos signos lógicos e racionais, ou seja, palavras, números, símbolos, sinais de trânsito, dentre outros.

Já, o saber sensível encontra-se ligado à sabedoria absorvida pelo corpo humano, manifesta pelas memórias olfativas, ao equilíbrio para andar de bicicleta, a sincronia dos movimentos das mãos para tocar instrumentos, por exemplo.

Esta última dimensão do saber, acima definida, transcende os limites do pensamento e seus caminhos simbólicos e Duarte Júnior argumenta “[...] processo que se vale de todas as informações possíveis captadas do mundo por meio do corpo como um todo [...]” (DUARTE JÚNIOR, 2001, p. 214).

E ainda, para esse autor é imprescindível lembrar que tomando as acepções mais antigas da palavra saber enquanto verbo, indica “ter sabor de” ou “agradar ao paladar”, isto é: o saber carrega um sabor, fala aos sentidos, agrada ao corpo, integrando-se, feito um alimento, à nossa existência.

²⁷ Estética é a área da filosofia que estuda racionalmente o belo – aquilo que desperta a emoção estética por meio da contemplação – e o sentimento que ela suscita nos homens. A palavra estética vem do grego *aesthesis*, que significa conhecimento sensorial ou sensibilidade, e foi adotada pelo filósofo alemão Alexander Baumgarten (1714-1762) para nomear o estudo das obras de arte como criação da sensibilidade.

Neste processo educacional, ao contrário do método tecnicista que afasta o indivíduo da percepção do todo e prioriza o que pode ser produzido, de desenvolvimento da sensibilidade, amparado pelas experiências individuais estéticas, vale-se de todas as informações possíveis que podem ser captadas pelo corpo ultrapassando os limites do pensamento racional e simbólico, organiza as informações do mundo e as torna uma extensão do eu. Ou seja, reorganiza o mundo a partir do indivíduo e este passa a ser o centro.

[...] o racional e o intuitivo são modos complementares de funcionamento da mente humana. O pensamento racional é linear, concentrado, analítico. Pertence ao domínio do intelecto, cuja função é discriminar, medir, classificar. Assim, o conhecimento racional tende a ser fragmentado. O conhecimento intuitivo, por outro lado, baseia-se na experiência direta, não intelectual da realidade, em decorrência de um estado ampliado de percepção consciente. Tende a ser sintetizador, holístico e não linear (CAPRA, 2006, p. 35).

Assim, na perspectiva da percepção do mundo pela intuição individual²⁸, que amplia os horizontes do conhecimento para o todo, na Educação Sensível o elemento que se propõe a observação é a arte em suas mais variadas formas de expressão, seja o teatro, a dança, e/ou as artes plásticas, com finalidade estética. Mas, neste trabalho deter-se-á nas artes visuais, conforme veremos na proposta de intervenção a ser sugerida ao final desta dissertação.

Desta forma, no espaço escolar, a herança tecnicista que impera, quase que absoluta, no momento presente e a fragmentação dos saberes por ela imposta, cabe a arte-educação a tarefa, como afirma Duarte Júnior, de “alfabetizar” para a sensibilidade e para a ressignificação mais básica dos sentidos. Ou seja:

[...] existe uma educação primeira dos sentidos, um desenvolvimento a partir da vida cotidiana de todos nós, a qual pode se aprimorar e se refinar através de sua simbolização por meio dos signos estéticos que toda e qualquer forma de arte nos provê. Sentidos aprimorados se reconhecem e se descobrem nos signos estéticos da arte, os quais lhe facultam ainda um meio de expressão, um “alfabeto” com o qual se manifestar. Evidentemente trata-se aqui de um jogo circular, na medida que os sentidos remetem à arte e esta, de volta, apela aos sentidos. Educação do sensível e arte-educação constituem, pois, duas instâncias do mesmo processo, as quais podem ser efetivadas simultaneamente. Ou, em outras palavras, a educação estética e a estética

²⁸Fritjot Capra, nascido em 1939 na Áustria e atualmente residindo nos Estados Unidos, físico e escritor, desenvolve trabalhos na promoção da educação ecológica. Para ele, o todo é indissociável, de modo que o estudo das partes não permite conhecer o funcionamento do organismo, emprestando suas contribuições em vários campos da cultura ocidental, como a medicina, a biologia, a psicologia, a economia, etc.

devem interagir no modo de complementaridade (DUARTE JÚNIOR, 2006, p. 215).

Face o exposto, acreditamos estar diante de um desafio posto para a educação de modo geral, já que o modelo que se assenta apresenta-se como restritivo ao conhecimento amplo, centrado, apenas, no desenvolvimento intelectual e das técnicas e que tem contribuído para a formação de um ser humano reduzido a condição de seu “ser” no mundo.

Evidencia-se, pois, um paradoxo entre uma humanidade que pelos meios tecnológicos, cada vez mais avançados, está conectada a tudo e a todos, ao mesmo tempo que vivencia uma proposta educacional focada no individualismo desintegrando-o da natureza e da coletividade.

Se, para a arte-educação pelas diversas expressões artísticas está posto objetivo de desenvolver a reeducação para os sentidos pela ES – Educação Sensível e para a EA o entendimento da realidade do ambiente religando o homem e a natureza, para uma ação transformadora para a conservação do mesmo, embasados na ética do coletivo se sobrepondo a individual, encontramos aqui um ponto de confluência entre as duas: reeducação e religação.

Desta forma, a ES empresta grande contribuição a EA, pois a medida que se reeduca os sentidos amplia-se o entendimento do meio natural e social em que os indivíduos encontram-se inseridos, assim evidencia-se em ambas objetivos comuns para a transformação de valores e comportamentos na busca por uma formação de consciência estética e ética.

Não estamos fazendo referência a ética centrada na moralidade em que se pretende ensinar normatizações e moldar comportamentos que se baseiem na punição, no sentido aqui proposto, diz respeito àquela oriunda da natureza humana que não pode ser desperta, se não, em um ser humano integral e na sua sensibilidade em relação ao outro e a natureza, ao mesmo tempo que precisa desinteressar-se das necessidades criadas pela sociedade do capital que marca os modos de produção da comunidade global.

Já, para a relação com a estética amparemo-nos na seguinte definição, vejamos:

Consciência estética significa, em nossa atual civilização (profundamente antiestética), a busca de uma visão global do sentido da existência; um sentido pessoal, criado a partir dos nossos sentimentos (significados sentidos) e de nossa compreensão (racional lógica) do mundo onde vivemos. Significa uma capacidade de escolha, uma capacidade crítica para não apenas submeter-se à imposição de valores e sentidos, mas para selecioná-los e recriá-los segundo nossa situação existencial (DUARTE JÚNIOR, 1988, p. 115).

Porém, cabe destacar, antes de prosseguirmos com as considerações, que nem a arte-educação, bem como, nem a educação ambiental, devem ser consideradas como veículos independentes desta proposta de desenvolver a sensibilidade frente aos princípios racionalistas que dominam os meios educacionais e as práticas intervencionistas nas comunidades. Mas, para além dos espaços escolares, constituir-se em uma filosofia de trabalho que alcance também a família e as instituições comunitárias.

Mas, para atingir tais objetivos é preciso que os “conteúdos de ensino”, geralmente, utilizados para expressar conteúdos de caráter cognitivo relativos às disciplinas escolares, sejam antes considerados como, tudo o que se tem que aprender para alcançar vários objetivos, que não apenas os cognitivos.

Assim, a tarefa educativa implica, também, outros tipos de conteúdos que dizem respeito às dimensões afetivas, valorativas e políticas da formação do cidadão, o que vem de encontro das propostas anteriormente citadas para a EA e para a ES.

A premissa de que existam valores universalmente desejáveis permite a sistematização de alguns valores que valham para a maioria das culturas (ou pelo menos para as culturas mais complexas), sem perder, ao mesmo tempo, a referência de que existam limites para essa universalização, enfatizando que os valores próprios de cada cultura devam ser respeitados e assumidos como tais. Esses valores, portanto, podem ser tomados por nossa cultura como desejáveis, mas isso não nos dará o direito de os impor às demais. (ARAÚJO, 2001, p. 13)

Nessa perspectiva, valores e princípios como igualdade, justiça, fraternidade, coletividade, e outros, que a EA e a ES trazem no bojo de suas essências, e apesar de não deverem ser impostos a toda e qualquer cultura, devem ser desejáveis devido ao caráter e universalização que assumem no contexto social, devem ser considerados como guia para resolução dos conflitos vivenciados no dia-a-dia, como também para a elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação em valores.

Desta forma, não podemos dissociar os valores sociais dos valores ambientalmente desejáveis, bem como dos pressupostos da educação sensível, pois as questões envolvidas com o meio ambiente são despertadas pela sensibilidade e dizem respeito a vida e a sobrevivência de todos os seres do planeta.

4 ANÁLISE DE MATERIAIS

Conforme os objetivos elencados na introdução desta dissertação, no item que trata sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, procedemos as análises dos documentos, lembrando Projeto Político Pedagógico, Planejamentos Anuais e Livros Didáticos, colhidos a campo nas instituições escolares que aceitaram contribuir com esse trabalho.

Importante ressaltar, que nessa parte da pesquisa foram feitos relatos descritivos, conforme encontrados nos documentos pesquisados que foram fornecidos para análises. Alguns comentários serão feitos ao longo dessa narrativa, porém, as observações críticas quanto ao panorama geral encontrado frente aos objetivos da pesquisa serão traçados nas considerações finais.

Colocamos como metas respostas a três perguntas, a primeira delas e a principal, no que diz respeito ao texto da Lei nº. 9.795, se estaria esta legislação contemplada nos documentos escolares conforme seu teor.

E ainda, a segunda questão, como consta nos documentos escolares, ou seja, nos Projetos Políticos Pedagógicos, Planejamentos Anuais e nos livros didáticos e/ou paradidáticos, das instituições de ensino elencadas para análise nesta pesquisa, a proposição para os trabalhos escolares para a EA?

E, por fim, como a terceira questão, se há o trabalho conjunto, interdisciplinar ou no conjunto das disciplinas curriculares, como configura a orientação legal?

Lembrando também, que o material a ser coletado estaria distribuído no quantitativo de 3 (três) escolas estaduais, 3 (três) escolas municipais e 3 (três) escolas particulares, atendendo a diferentes perfis socioeconômicos, com foco para o 6º Ano do Ensino Fundamental, na cidade de Campo Grande – MS.

Iniciaremos as análises pelos documentos coletados nas escolas estaduais, ressaltando que foram necessárias 6 (seis) visitas, para que chegássemos a 3 (três) escolas, conforme a metodologia a ser aplicada no desenvolvimento da pesquisa, dispostas ao fornecimento dos dados solicitados.

As alegações para as negativas quando dadas, em duas delas, foram que os Projetos Políticos Pedagógicos estavam desatualizados e encontravam-se em reformulação dada a aprovação do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e que estavam dentro do prazo estipulado pela Secretaria Estadual de Educação, ou seja, até outubro de 2016, para que as adequações fossem feitas.

Mesmo apresentando documento assinado pelo Orientador apresentando-me as escolas, com os timbres que identificam a Instituição e o Programa Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a saber que as unidades de ensino pesquisadas teriam suas identidades mantidas em sigilo pela ética que rege as pesquisas, uma delas não apresentou qualquer argumento para o não.

Para as 3 (três) escolas estaduais partícipes as nominaremos de EEA – Escola Estadual “A”, EEB – Escola Estadual “B” e EEC – Escola Estadual “C”.

A primeira, EEA, localizada nas proximidades do centro velho de Campo Grande – MS é uma instituição educacional de pequeno porte, atende ainda o Ensino Fundamental, embora por lei o atendimento a essa clientela seja, prioritariamente, responsabilidade atribuída ao município²⁹ e funciona em turno diurno, nos períodos matutino e vespertino.

No seu Projeto Político Pedagógico, que encontra-se em reformulação, não localizamos o número de alunos atendidos, mas a situação socioeconômica levantada pelo diagnóstico realizado aponta que a comunidade atendida é de baixa renda e, por ser bem servida de transporte público, recebe alunos de várias regiões da cidade como Vila Planalto, Vila Sobrinho, Jardim Pênfigo, Jóquei Clube, Nova Campo Grande, dentre outros.

Quanto às condições físicas do prédio, apesar de ter recebido, recentemente, reforma, percebemos grandes dificuldades com a questão da acessibilidade para alunos com necessidades especiais, que apesar de não ser foco desta pesquisa é de fundamental

²⁹Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I -organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V -oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

importância, principalmente por estar expresso no PPP que a escola é inclusiva e respeita à dignidade humana quando retrata seus valores éticos.

A exemplo disso, o espaço em que funciona a biblioteca, lugar a que todos devem ter livre acesso como prerrogativa indispensável para a pesquisa, leitura, complementação de informações recebidas em sala de aula, localizado no segundo andar do prédio, sem rampa de acesso e escada em forma de caracol.

Em relação aos aspectos pedagógico, propriamente ditos, que fazem relação direta com esta pesquisa, verificamos que a matriz curricular, bem como todo o funcionamento das atividades que envolvem o ensino e aprendizagem e a organização escolar, correspondem a base nacional comum, respeitando em ampla análise os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é recorrentemente citada no texto do PPP.

Encontra-se incentivos aos alunos a participações em eventos promovidos pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, tais como: Prova Brasil, Olimpíadas da Matemática e da Língua Portuguesa, SAEMS e A.N.A. Nos dois últimos não foram feitas referências do que se tratam e nem foram encontradas a significação para essas siglas.

Para o corpo docente, prevê nas atividades de planejamento a aproximação das disciplinas curriculares entre os agentes da comunidade escolar, a organização de projetos de ensino que envolvam todos os segmentos da escola e a participação da comunidade, prioriza em seus conceitos de interdisciplinaridade, que segundo o próprio texto do PPP, a coloca como fonte de questionamento as visões compartimentadas das disciplinas escolares.

Cita os livros didáticos distribuídos pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelo Programa Nacional do Livro Didático, como instrumento didático para ser seguido pelos docentes e discentes em sala de aula.

Em outra parte do PPP que interessa de forma direta a essa pesquisa, já que o mesmo prevê ações interdisciplinares, onde fala do desenvolvimento de projetos, não encontramos nenhum que faça referência direta, nem indireta a EA – Educação Ambiental, nem sequer encontramos a expressão da Lei nº. 9.795 e sua aplicabilidade obrigatória para a educação em todos os níveis. Nem mesmo a previsibilidade para a realização da Semana do Meio Ambiente.

Quanto aos Planejamento Anuais, das disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Arte, as quais estão elencadas para a realização desta pesquisa, de responsabilidade dos docentes, que por determinação da Secretaria Estadual de Educação devem ser registrados em sistema de informação digital oferecido por esse órgão, não obtivemos acesso. Porque,

segundo informado pela direção da escola, nos anos de 2014 e 2015, a Coordenação Pedagógica, por motivos de saúde não pode acompanhar esses registros junto aos professores e que os mesmos não foram feitos no sistema e também, não constavam arquivados em papel.

Na verificação dos livros didáticos fomos informados que a quantidade enviada pelo FNDE não foi suficiente para todos os alunos matriculados, que, principalmente no 6º Ano, o que interessa a essa pesquisa, é o que está em menor quantidade na escola, não havendo exemplares suficientes para todos os alunos.

Também, não nos foi ofertado para análise o livro do professor, pois os livros destinados aos docentes estavam de posse dos mesmos e como único instrumento didático para trabalhos em sala de aula não puderam ser disponibilizados, portanto, analisamos o livro dos alunos.

Destacamos que não há material didático próprio para a disciplina de Arte. Para a Geografia, a coleção enviada para a escola destinada ao Ensino Fundamental chama-se “Geografia e Participação”, da Editora Século XXI. E, para Língua Portuguesa a coleção “Português e Linguagens”, da Editora Saraiva.

No livro didático de Geografia para o 6º Ano, já no sumário, não encontramos referências diretas a EA, embora os conteúdos façam parte dos saberes ambientais, tal como se coloca a necessidade do debate de forma mais incisiva, e os conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo pela sequência são: “O estudo da Geografia”, “Orientação Espacial”, “A Cartografia”, “Geologia e Relevo”, “Tempo Atmosférico e Clima”, “A Dinâmica das Águas na Terra”, “Biomassas e Formações Vegetais”, “Produção Extrativista, Agropecuária e Energética” e “Organização da Economia: Indústria, Comércio e Serviços”.

Analisando os textos vinculados, principalmente, no último capítulo, que tratam das organizações econômicas não há nenhum texto que trata diretamente da EA, fala-se em impactos ambientais de maneira muito genérica e superficial, sem aprofundamento e totalmente descontextualizado da realidade ambiental em que os alunos sul-mato-grossenses encontram-se inseridos.

No material da Língua Portuguesa, para a mesma série acima descrita, na unidade 4 – “Verde, adoro ver-te”, capítulo I, encontramos elementos da interdisciplinaridade entre as áreas pesquisadas, onde discute-se por meio de telas, poemas e textos de apoio a questão ambiental pela ótica da devastação da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica e do cerrado brasileiro, bem como fala da poluição de rios, represas lagoas e mares, deixando uma grande

questão a ser pensada pelos alunos: Será que, daqui a algum tempo, a natureza será algo raro, que poderá ser vista apenas em museus?

No capítulo II, desta mesma unidade, sob o título “Natureza em Pânico”, trata de forma direta a EA, trabalhando através da análise de textos, buscando a reflexão se nos preocupamos com a preservação da natureza, se atribuímos a ela valor, se tratamos bem os animais, se respeitamos o meio ambiente e enfim, se respeitamos a vida.

Por fim, no terceiro e último capítulo desta unidade, “S.O.S animal”, traz um texto da Revista Veja, chamado “A longa lista dos condenados”, falando da grande quantidade de animais que encontram-se em extinção no Brasil e no mundo.

Porém, observa-se que embora haja a discussão ambiental, também, a percebemos de maneira generalizada, superficial, descontextualizada da realidade local.

Finalizadas as considerações para a primeira escola, iniciaremos as análises para EEB – Escola Estadual “B”, de ensino regular, localizada na periferia de Campo Grande – MS, no bairro Coophavila II, próxima a saída para a cidade de Sidrolândia – MS, funcionando em três períodos matutino, vespertino e noturno, atendendo um público que vai do 5º Ano do Ensino Fundamental até o 3º Ano do Ensino Médio.

Seu Projeto Político Pedagógico, também, encontra-se em reformulação, não foi localizado o número de alunos atendidos e a situação socioeconômica diagnosticada aponta que a comunidade atendida é de média a baixa renda.

O prédio da escola encontra-se em boas condições físicas, passou por recente reforma que respeitou e promoveu a questão da acessibilidade para alunos com necessidades especiais, porém a principal questão reclamada no texto do PPP é a falta de segurança da instituição de ensino, principalmente, no período noturno.

Como na primeira escola estadual analisada, nesta fase da pesquisa, também verificamos que a matriz curricular, bem como todo o funcionamento das atividades que envolvem o ensino e aprendizagem e a organização escolar, correspondem a base nacional comum, respeitando em ampla análise os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é recorrentemente citada no texto do PPP.

Quanto ao corpo docente prevê ações para a busca de um novo fazer pedagógico que esteja em conformidade com as concepções da pedagogia histórico-crítica e da formação interacionista que persegue a missão de aprender a ser, a saber, e, a saber, fazer. Onde o

professor, segundo pensamento defendido por Pedro Demo, deve ter a autoridade do argumento e não o argumento da autoridade.

Não encontramos previsões de ações interdisciplinares, embora nos projetos descritos temos, em alguns, a participação de educadores de diversas áreas do conhecimento e a previsibilidade de participação de toda a comunidade escolar, interna e externa.

No texto do PPP não há referências sobre os livros didáticos e como são os materiais utilizados no processo ensino-aprendizagem, porém sabe-se que utilizam os instrumentos didáticos fornecidos pelo FNDE, ou seja, os livros oferecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Na parte do PPP onde fala do desenvolvimento de projetos, encontramos a previsibilidade para a realização da Semana do Meio Ambiente, sem fazer menção a Lei Nº. 9.795, em que todos os alunos, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio estarão envolvidos sob a orientação dos professores de ciências, geografia e biologia, confirmando o que foi dito acima.

Quanto aos Planejamentos Anuais das disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Arte para os sextos anos, a Coordenação Pedagógica informou que os mesmos encontram-se disponíveis no arquivo digital da Secretaria de Estado de Educação e obedecem ao Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul para o Ensino Fundamental, publicado em 2012, e nos foi disponibilizado para consulta.

Este documento tem por objetivo nortear o trabalho do professor, como orientador da ação pedagógica, na consecução de um planejamento estratégico, de forma dinâmica, numa perspectiva interdisciplinar para garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes e seu direito de aprender.

Nele, no item 1.9, dentro do primeiro capítulo, é dado tratamento a Educação Ambiental como um tema transversal garantido pela Política Nacional de Educação Ambiental, que versa no artigo 10: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada contínua, permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. E, complementa afirmando que a organização dos conteúdos deve concordar com a Lei Nº. 9.795 e com a Constituição Federal que diz: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Observamos, no entanto, que apesar das indicações expressas nas Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental, para a Rede Estadual de Educação, estabelecendo a execução de estratégias para a Educação Ambiental nas escolas, tanto a primeira escola analisada, quanto a segunda não adotam esse princípio norteador.

Para os livros didáticos, nesta escola fomos informados que vieram em número suficiente e todos os alunos receberam os livros no início do ano letivo de 2016. Da mesma forma que na EEA, a disciplina de Arte, também, não possui material específico. E ainda, o livro adotado para o 6º Ano de Língua Portuguesa é o mesmo analisado anteriormente, cabendo, portanto as mesmas observações.

No livro didático de Geografia da Editora Saraiva, da Coleção “Por Dentro da Geografia” percebemos uma seqüência didática e de conteúdos mais ampla em relação ao livro adotado pela escola anterior. Cada capítulo, em cada uma das unidades que o compõe, apresenta um item chamado “olhar interdisciplinar” que discute sob múltiplos olhares os assuntos abordados, principalmente com relação ao meio ambiente.

Já no primeiro capítulo, da unidade I, encontramos uma abordagem entre a Geografia e a Arte para discutir o conceito de paisagem. Os autores fazem alusão ao trabalho dos artistas plásticos, por exemplo, que se utilizam das paisagens para expressar a realidade.

Assim, sucessivamente em todos os capítulos a interdisciplinaridade está proposta entre várias disciplinas em contato com a Geografia. No segundo, a aproximação se faz com a História, bem como no terceiro e também com as Ciências Naturais.

Embora tenhamos neste instrumento didático um olhar mais cuidadoso com a questão ambiental e o mesmo esteja em conformidade com a lei na questão da interdisciplinaridade, observa-se também, a percepção de maneira genérica, superficial e descontextualizada da realidade local.

A terceira escola da rede estadual de ensino, EEC – Escola Estadual “C”, nos recebeu de forma acolhedora, forneceu o PPP reformulado para reprografia e permitiu que os livros didáticos fossem levados para consulta.

Como na segunda escola, os Planejamentos Anuais das disciplinas de Geografia, Língua Portuguesa e Arte para os sextos anos, encontram-se disponíveis no arquivo digital da Secretaria de Estado de Educação e obedecem ao Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul para o Ensino Fundamental.

A unidade de ensino, que funciona no período matutino e vespertino, diferente das anteriores, atende a uma clientela que pertence à classe média, com estruturas familiares diversificadas, em decorrência das constantes transformações sociais nas últimas décadas.

Localiza-se em bairro próximo a Feira Central de Campo Grande – MS, região bastante comercial, bem povoada com muitas residências, prédios residenciais, condomínios fechados.

Reclama-se, no entanto, que o transporte público, necessidade de locomoção para muitos alunos, que atende a região é deficitário tendo piorado depois da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ter se transferido para a sede própria próxima ao bairro José Abraão com aumento da lotação dos ônibus, pois a escola encontra-se em uma das alças de acesso para essa instituição.

Quanto as instalações físicas, o prédio é patrimônio Histórico da cidade está em perfeito estado de conservação, conta com espaços amplos e áreas verdes e, recentemente, passou por reformas que mantiveram suas características originais, mas passaram a atender as pessoas com necessidades especiais.

A escola conta, ainda, com mobiliários novos e adequados a etapa de ensino que atende, ou seja, Ensino Fundamental séries iniciais e finais, servida com bom número de equipamentos tecnológicos, com vasta biblioteca para leituras e pesquisas, com materiais didáticos em número suficiente ao número de alunos matriculados.

Para o corpo docente prevê formação continuada no efetivo exercício da função, com objetivo de melhorar a organização da escola e o desempenho pedagógico, a organização de projetos de ensino que envolvam todos os segmentos da escola, a participação da comunidade e prioriza em seus conceitos a interdisciplinaridade, visando estimular a criatividade, a solidariedade, o trabalho em equipe para a construção de saberes não só individuais, mas, principalmente, coletivos.

Chamou-nos atenção, embora não termos encontrado referências a lei da EA, um dos projetos desenvolvidos anualmente, que tem por objetivo geral mudar os valores humanos na comunidade escolar para a responsabilidade ambiental, refletindo sobre as reservas hídricas do município de Campo Grande que encontram-se contaminadas pelo descarte de óleo saturado nos esgotos das residências, conforme diagnóstico realizado pela escola.

O meio ambiente é tratado como tema transversal, assim como a saúde, a orientação sexual, a pluralidade cultural e étnica, o bullying, a educação para o trânsito e a prevenção às

drogas, que deve despertar nos alunos uma consciência global para proteção e melhoria, a partir das relações socioeconômicas e ambientais na direção de metas, tais como: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.

No texto do PPP, fazem referências ao processo de escolha dos livros didáticos oferecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático, que ocorre de forma democrática entre professores, coordenadores e direção escolar, com resultados publicitados em mural na escola.

Como nas demais escolas, não existem livros didáticos para o ensino de arte, porém fomos informados que para o novo ciclo de escolhas, que passaria a vigorar a partir de 2017, estava cogitada a possibilidade de que algumas editoras passariam a oferecer exemplares para serem apreciados.

Quanto ao Livro de Língua Portuguesa, é o mesmo utilizado pela primeira escola analisada, cabendo, portanto, as mesmas observações. Bem como, para a disciplina de Geografia.

A partir desse momento, passaremos às análises as escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, antes de iniciá-las, no entanto, é pertinente que se faça a observação que das 3 (três) escolas que se dispuseram a participar da pesquisa, somente uma delas disponibilizou o Projeto Político Pedagógico, Planejamentos Anuais e Livros Didáticos para consulta e análises fora do ambiente escolar, e será a última a ser verificada na seqüência que seguirá. As outras, por determinação das suas direções, permitiram a consulta, porém, no espaço da instituição.

Para as três escolas municipais partícipes as nominaremos de EMA – Escola Municipal “A”, EMB – Escola Municipal “B” e EMC – Escola Municipal “C”.

A primeira instituição a ser referenciada EMA, localiza-se em bairro periférico, próxima a um dos mais importantes acessos a capital sul-mato-grossense, atende em três turnos de funcionamento, matutino, vespertino e noturno, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental, até a Educação de Jovens e Adultos. Cerca de 1.000 (mil) alunos estão distribuídos nos seus horários de funcionamento e o perfil socioeconômico demonstra que a comunidade atingida é de baixa renda.

O PPP analisado é do biênio 2014/2015, pois o novo documento para 2016/2017 já havia sido reformulado mas encontrava-se em processo de aprovação pela SEMED - Secretaria Municipal de Educação do município de Campo Grande – MS.

Quanto ao espaço físico, já que observamos anteriormente a questão da acessibilidade, não como alvo de investigação desta pesquisa, mas como apontamento da importância para a inclusão e pelo respeito à dignidade da pessoa humana, constatamos que atende as exigências legais.

Verificamos que a matriz curricular corresponde a base nacional comum, respeitando os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também, as orientações gerais para todo o Sistema Municipal de Ensino originadas da Coordenadoria do Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano.

Para os agentes da ação educativa, gestão, coordenação e corpo docente, o PPP os coloca como agentes de ligação entre a escola e a comunidade, para a realização de uma gestão democrática, voltada para os reais interesses da educação que no conjunto tem chances de encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade a respeito da atuação da escola, buscando a autonomia da mesma.

Prevê também, saberes reflexivos e contextualizados, uma vez que a transformação da realidade educacional decorre do confronto entre a teoria e a prática. Para tanto, todos aqueles envolvidos no processo ensino aprendizagem necessitam estar atentos às multiplicidades de conhecimentos dentro de um mundo globalizado, momento este que faz inferência, indireta, a questão interdisciplinaridade.

Na exata forma do texto encontramos que para a figura do professor, diretamente, está o dever do conhecimento das leis municipais, estaduais e federais, evitando complicações para a sua vida profissional e, ainda, ser um eterno pesquisador questionando suas próprias verdades.

Quanto aos projetos desenvolvidos por esta escola, encontramos um que faz referência a escolas sustentáveis, mas o mesmo não está descrito, objetivamente, como será realizado.

Este PPP contém, diferentemente dos até então analisados, em capítulo que trata exclusivamente da “Educação Ambiental (EA) e Sustentabilidade”, tendo o que está em aspas como título, a expressão da Lei nº 9.795, de abril de 1999, colocando a importância do seu papel quando se consideram processos de transformação socioambientais capazes de ressignificar tempos e espaços escolares.

Nessa perspectiva, coloca o PPP como instrumento que supõe rupturas com a realidade presente e como promessa para um futuro saudável e sustentável, deixando de significar um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas para quebrar,

por intermédio da EA, um estado de conforto e arriscar-se a atravessar um período de instabilidade para uma nova estabilidade em função desta promessa que, cada projeto, deva buscar dentro da sociedade um estado socialmente saudável e sustentável melhor do que o presente.

E ainda, coloca que a EA por princípio é questionadora das certezas absolutas e dogmáticas, que ela é criativa, já que busca desenvolver metodologias e temáticas que possibilitem correlações ambientais com a vida cotidiana e estimula o diálogo de conhecimento científico, étnicos e populares.

O texto prescreve a Educação Ambiental como um grande desafio para as escolas, pois verbaliza que uma comunidade só avança quando a escola deixa de ser uma mera repetidora de conhecimentos e ousa formar cidadãos que além de serem capazes de ler, interpretar, escrever, calcular e utilizar-se de diferentes meios e recursos, também, consegue semear práticas de preservação e respeito à natureza.

Por fim, mediante este pensamento e pela ação que busca transformações pautadas pela EA, almeja-se uma sociedade mais justa, inclusiva, solidária e participativa, sustentável e que contemple o interesse de todos de forma democrática, fundamentada em valores éticos e princípios básicos de cidadania, formando cidadãos justos, críticos e conscientes de seus direitos e deveres valorizando as relações humanas e ambientais em todos os seus aspectos.

Quanto aos Planejamentos Anuais para o 6º Ano, bem como para os outros anos do Ensino fundamental, não só nesta unidade de ensino, mas também nas outras analisadas, observamos que os mesmos são comuns e advém de forma planejada para toda REME – Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS. E configuram em todos os Projetos Políticos Pedagógicos de forma equânime, pressupondo um movimento tecnológico de “ctrl c”/“ctrlv”, copiar e colar, das orientações curriculares para o ensino de cada disciplina divulgadas e acessíveis na página da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS.

Sendo assim, nas análises vindouras das outras duas unidades de ensino municipais, não abordaremos mais os Planejamentos Anuais e colocaremos em apêndices as orientações curriculares para as disciplinas de Geografia, Arte e Língua Portuguesa disponibilizadas pela REME para a série a que se destina esta pesquisa.

Lembrando que, as Diretrizes Curriculares de Ensino da Rede Municipal de Campo Grande – MS obedecem às orientações estaduais postas para os currículos, então o documento

servirá, também, para se ter conhecimento do que está posto para a Rede Estadual de Mato Grosso do Sul.

Em relação aos instrumentos didáticos, ou seja, o livro didático, tivemos informação que os mesmos vieram em quantidade suficiente e todos os alunos receberam os livros no início do ano letivo de 2016, podendo ainda, contarem com a reserva técnica caso novos alunos fossem matriculados ao longo do ano letivo.

Da mesma forma que nas Escolas Estaduais analisadas anteriormente, a disciplina de Arte, também, não possui material específico. E ainda, o livro adotado para o 6º Ano de Língua Portuguesa é o mesmo das unidades escolares da Rede Estadual, cabendo portanto as mesmas observações.

No livro didático de Geografia para o 6º Ano, da Coleção Projeto Araribá, da Editora Moderna, como no primeiro caso aqui apontado, não encontramos referências diretas ao meio ambiente, tal como se coloca a necessidade do debate de forma mais incisiva e completamente pertinente a área em questão.

Há textos que fazem referência a impactos ambientais, como na unidade 4, tema 4, que como leitura de apoio traz o tema “Impactos da construção de uma usina hidrelétrica”. Ou ainda, na unidade 5, tema 4, “As veredas do grande sertão estão desaparecendo”, que verificamos uma interface com a literatura fazendo alusão ao livro de Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas. Mas, de forma superficial, indireta, descontextualizada, genérica.

A segunda escola, seqüenciando as apreciações será a EMB – Escola Municipal “B” que, em relação a primeira, foi mais rigorosa na cessão dos seus documentos, alegando que os documentos solicitados não são autorizados a circular fora do estabelecimento de ensino e que não possuíam condições de fazer a reprografia do material.

Ainda insistimos com o pedido que, caso houvesse arquivos digitais, se os mesmos não poderiam ser enviados para consulta via e-mail, mas permanecemos com a negativa.

Em três visitas para contemplar todos os aspectos metodológicos a serem avaliados e propostos pela pesquisa, permitiram apenas a verificação no Projeto Político Pedagógico das partes alteradas para o biênio 2016/2017 em relação ao anterior de 2014/2015 no que dizia respeito a Educação Ambiental, pois fomos informados que na reformulação é que foram acrescentados no texto a previsão da Lei nº 9.795 e que o PPP já estava aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Pudemos ter acesso aos documentos na sala da Coordenação Pedagógica sempre sob o acompanhamento ou da Coordenação Pedagógica do período em que fazíamos a visita ou pela Direção Adjunta, destinada pelo Diretor da escola a nos receber que disse-nos estar ocupado com um evento que aconteceria. Também, nos foi feito o pedido que não fotografássemos, com o aparelho celular, as páginas de nosso interesse nos documentos.

Nesta escola também não nos cederam os livros didáticos e quanto ao Planejamento Anual já fizemos as observações pertinentes no texto em relação a primeira escola, bem como ocorreu com a terceira em que encontramos a mesma situação.

Dando início as considerações, esta instituição escolar encontra-se localizada no centro da capital e funciona em dois turnos, matutino e vespertino, com Educação Infantil e Ensino Fundamental, atendendo a um total de 584 (quinhentos e oitenta e quatro) alunos.

Também possui bom acesso as pessoas com deficiência, porém o prédio apresenta, visivelmente, necessidade de reforma, como, também, nos foi reclamado pela Direção Adjunta.

Como na anterior, a matriz curricular corresponde a base nacional comum, respeitando os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também, as orientações gerais para todo o Sistema Municipal de Ensino originadas da Coordenadoria do Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano.

Nas partes do texto do PPP que nos foi cedida à análise, encontramos, paradoxalmente, em uma parte a EA sendo tratada como tema transversal e em capítulo específico, sob o título “9.4. Educação Ambiental”, como determinação legal, embora a lei não seja citada textualmente uma única vez.

Fala-se em implementação de projeto para a Educação para o Ambiente como facilitadora a alunos e população em geral da compreensão dos problemas existentes no meio ambiente e da responsabilidade da presença humana para a preservação de um país e de um planeta.

E, prevê que a escola desenvolverá atitudes práticas para capacitar professores, estimular a reciclagem do lixo, mobilizar a comunidade escolar para desenvolver atividades durante a semana do meio ambiente para a conscientização da necessidade de se preservar, bem como desenvolver campanhas de conscientização sobre a questão ambiental, incentivar o respeito aos animais silvestres e domésticos, dentre outras.

Porém, como observação final sobre a escola, já que o PPP foi reformulado e a Educação Ambiental é prática obrigatória para todos os níveis de ensino, formal e não-formal, para todas as disciplinas de forma interdisciplinar, na descrição dos projetos a serem desenvolvidos durante a vigência do documento em questão, não há a formulação concreta de como serão feitas as atividades descritas no parágrafo anterior.

Por fim, a última escola municipal a ser apreciada a EMC – Escola Municipal “C” foi a que demonstrou maior abertura colaborativa com proposta de participar desta pesquisa. Fomos recebidos pela direção e atendidos, mediante apresentação de documento de apresentação da pesquisadora fornecido pelo Orientador, com todas as solicitações e empréstimos de documentos, alguns fornecidos via on-line.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico nos foi fornecido o do biênio 2014/2015, pois a reformulação estava, ainda, sendo apreciada pela Secretaria Municipal de Educação e não havia, portanto, sido aprovado.

Esta instituição de ensino, como a EMA – Escola Municipal “A” é periférica e também está localizada próxima a uma das entradas para a cidade de Campo Grande – MS. Atende aproximadamente a 500 (quinhentos) alunos de renda baixa, em três turnos, matutino, vespertino e noturno, com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Como as outras, o prédio, também, não apresenta problemas com a questão da acessibilidade e verificamos que a matriz curricular corresponde a base nacional comum, respeitando os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também, as orientações gerais para todo o Sistema Municipal de Ensino originadas da Coordenadoria do Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano.

Um dos aspectos inicialmente apontados no PPP é a necessidade do diagnóstico da comunidade atendida, como ação de aproximação ao atendimento das necessidades mais imediatas e da aproximação dos agentes escolares com o público que a frequenta, bem como aos seus responsáveis.

Aponta como um dos principais problemas da escola a questão do rendimento escolar, já que, quase 70% de seus alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família e a sua principal meta são as melhoras dos índices de aproveitamento escolar.

Como objetivo geral dentro da concepção pedagógica que adota, ou seja, a Pedagogia Histórico-Crítica, de Demerval Saviani³⁰, busca resgatar a importância da escola, a reorganização do processo educativo, ressaltando o saber sistematizado, definindo assim a especificidade do saber escolar.

Enfatiza que uma das funções da escola é oferecer aos alunos todos os instrumentos de compreensão da realidade local, como também, favorecer a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas, exercendo diferentes papéis, em grupos variados, favorecendo sua integração em um contexto maior.

Ao educador, neste processo, atribui-se a função de criar condições para que o aluno construa gradativamente seus saberes, levando-os a aprender a conhecer, criando nele o espírito de investigação, trabalhando os aspectos afetivos para o domínio de suas emoções, acolhendo, escutando, interpretando propondo, organizando, orientando e compartilhando decisões com os alunos a fim de transformar a aprendizagem em uma experiência prazerosa e bem sucedida.

Enfim, busca-se formar um sujeito capaz de construir sua história, como um elemento participativo, capaz de emitir opinião e contribuir para o bem comum, interferindo no meio que vive. Ponto este que identificamos proximidade com os objetivos da Educação Ambiental.

Ressalta o texto do PPP a importância da transversalidade e da interdisciplinaridade como forma de integração curricular, porém conservando os interesses de cada uma das disciplinas.

No item 9.3 trata da questão ambiental, fazendo referência a Lei nº 9.795/1999, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Colocando a necessidade da escola contribuir para a formação de cidadãos conscientes para a preservação do meio ambiente, como também torná-los aptos a contribuir com as tomadas de decisões acerca das questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma comunidade sustentável.

Como ações voltadas para a questão ambiental, destaca o projeto “Horta Escolar”, “Cidadão Consciente” e “Entomologia Forense” e ainda, o reflorestamento do anexo escolar em que toda a comunidade escolar foi envolvida.

³⁰(no texto original a grafia encontra-se incorreta, vinculando como Dermival Saviani, inúmeras vezes repetida)

Todos esses projetos citados não encontram-se detalhados e as especificidades da lei para a Educação Ambiental também não estão expressas, nem a forma como serão articuladas no processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao livro didático, os mesmos chegaram a escola em quantidade suficiente e todos os alunos receberam os livros. Podem, ainda, contar com a reserva técnica caso novos alunos sejam matriculados ao longo do ano letivo.

Da mesma forma que nas Escolas Estaduais e nas outras escolas da Rede Municipal analisadas anteriormente, a disciplina de Arte não possui material específico. E ainda, o livro adotado para o 6º Ano de Língua Portuguesa é o mesmo das unidades escolares da Rede Estadual e da outra escola da Rede Municipal que nos permitiu análise do material didático, cabendo, portanto as mesmas observações.

O livro de Geografia para o 6º Ano, também, é o mesmo da primeira escola municipal analisada e são pertinentes as mesmas observações.

Iniciando as análises das instituições particulares de ensino, observando que foram realizadas 8 (oito) visitas a diferentes unidades para que conseguíssemos de 3 (três) delas a disposição de participar e fornecer as documentações para a realização da pesquisa. Porém, todas apresentaram ressalvas, como a segunda escola da REME, não disponibilizando que os materiais fossem retirados das escolas.

Para a primeira escola, a qual denominaremos como EPA – Escola particular “A”, a primeira conversa foi com a direção da escola onde obtivemos autorização para a consulta dos documentos escolares e informações que o PPP da escola já encontrava-se reformulado para o biênio 2015-2016 e que em 2017 far-se-ia a revisão do mesmo, que a escola tem vários projetos ligados a Educação Ambiental, mas que por uma questão de praticidade e pragmatismo eles não estão formalizados em textos.

Segundo, ainda, palavras da direção, esse procedimento é desnecessário e constitui-se em perda de tempo, que as ações são idealizadas pelos professores da escola, em conjunto com a Coordenação Pedagógica e Direção Escolar, e quando aprovados os materiais necessários são disponibilizados e os projetos desenvolvidos, dentro da dinâmica da praticidade.

Para consulta ao Projeto Político Pedagógico, em duas visitas, fomos acompanhados pela coordenadora pedagógica da instituição, que de antemão sugeriu que a localização da escola não fosse divulgada. Foi-nos reservado o espaço da biblioteca para que as leituras

fossem realizadas e ainda, que não teríamos acesso aos materiais didáticos, pois os mesmos que advêm de um sistema apostilado de ensino são pedidos a editora em número certo ao quantitativo de alunos matriculados e que as apostilas dos professores, que se diferenciam da dos discentes por conter as resoluções e respostas dos exercícios, bem como orientações pedagógicas para aplicação dos conteúdos, estavam de posse dos educadores, não possuindo exemplares para consulta.

O Projeto Político Pedagógico em seu texto segue os parâmetros inspiradores e determinadores da legislação vigentes no território brasileiro, considerando neste contexto a LDB, o ECA – Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº. 8.069/1990) e dos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional.

Quanto as instalações físicas da escola, o prédio foi construído, especificamente, para abrigar uma instituição de ensino, dentro das exigências e normas de acessibilidade, onde o acesso a todas as repartições não apresentam qualquer dificuldade de mobilidade e conta com espaços amplos e modernos.

Os alunos atendidos, subentendesse, pertencem a classe média/alta, embora não conste no documento, e a instituição funciona em três turnos, matutino, vespertino e noturno. Contemplam a Educação Infantil, em prédio separado aos dos demais, o Ensino Fundamental, também com bloco independente, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Cursos Técnicos Profissionalizantes.

Todas as salas de aula contam com lousas eletrônicas, salas de vídeo, laboratórios de ciências e informática, biblioteca com vasto acervo de obras, pátios e quadra poliesportiva cobertos, quadras de recreação e áreas verdes e toda a escola têm monitoramento por câmeras de segurança.

Os trabalhadores da escola, independentemente de sua função, são considerados como colaboradores e no PPP constam referências sobre capacitações permanentes para o desenvolvimento de suas atividades, tanto na parte profissional bem como na pessoal, tendo na questão organizacional o foco para o sucesso.

Como missão, almejam formar indivíduos felizes que não tenham, apenas, domínio teórico, mas preparados para qualquer situação da vida, com valores de integridade, cidadania, ética, disciplina, honestidade, solidariedade, fidelidade com os compromissos assumidos, para que se tornem pessoas bem-sucedidas.

A metodologia, em que a educação é considerada como instrumento de transformação global do homem e da sociedade, priorizando a autonomia, tem como princípios o diálogo e a relação professor-aluno, com objetivos de responder aos desafios sociais presentes no mundo contemporâneo, com uma visão interdisciplinar e ecológica.

O educando deve participar e interagir na construção do conhecimento e de sua formação/educação como um sujeito pensante/atuante frente ao mundo que o cerca. Pois, educar é promover o desenvolvimento humano, que abrange aspectos socioafetivos, cognitivos e motores.

Além destas considerações, para a instituição é fundamental a compreensão de um educando (a) contextualizado, em sua história, em seu meio social e cultural, ou seja, no todo de seu ser e estar no mundo.

Para cada etapa da Educação Básica encontra-se uma proposta. No que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos serão incentivados a desenvolver e a buscar sua própria aprendizagem, com autonomia, compromisso e responsabilidade. Os professores, na função de orientadores, respeitando as diferenças individuais, no princípio da disciplina, serão veículo para a construção de indivíduos plenos e estimulados a buscar o sucesso pessoal.

Quanto a especificidade dos objetos investigados nesta pesquisa, não encontramos referências a Lei Nº. 9.795 da EA, nem mesmo o uso da expressão educação ambiental, embora tenha sido verbalizado pela direção da escola e confirmado pela coordenação que muitos projetos para a EA já foram desenvolvidos. Ambas deram destaque ao plantio de árvores nativas, realizada por todos os alunos da escola, na região em que encontram-se as instalações da unidade escolar.

Adota-se na condução das práticas educacionais desta instituição, a perspectiva de trabalhos em projetos e a indicação de quais serão desenvolvidos ao longo dos anos letivos e que seriam elencados e discutidos em reuniões entre a administração e demais colaboradores no decorrer dos períodos.

Como projetos permanentes, encontramos o de Educação Financeira para todas as séries da segunda etapa do Ensino Fundamental, pois, segundo a justificativa apresentada, o indivíduo só atinge a plenitude de sua cidadania se estiver no controle de sua vida financeira.

E, envolvendo desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio o projeto de Arte, Cultura e Música, com objetivo de formação eficaz do cidadão, pelo maior diferencial que o

ser humano possa possuir a cultura. Além de, fornecer subsídios para aqueles que queiram seguir carreira profissional relacionadas a arte e/ou áreas afim.

Por fim, quanto ao planejamento anual, na sua descrição, observamos que respeitam os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares, as bases nacionais comuns para cada disciplina e suas partes diversificadas e nesse documento encontramos relacionadas, porém não detalhadas, as temáticas do meio ambiente, das relações étnicas raciais, da orientação sexual e da diversidade, e outras.

Para a segunda escola, que atende, apenas, o Ensino Fundamental, séries iniciais e finais, a qual denominaremos como EPB – Escola particular “B”, encontramos uma peculiaridade, pois a mesma tem como um dos seus objetivos, para o Ensino Fundamental, a preparação dos seus alunos para ingresso no CMCG – Colégio Militar de Campo Grande, tanto que oferece no turno vespertino, curso preparatório específico, com material próprio desenvolvido pelos professores da instituição, sendo que grande parte de seus alunos são filhos de militares, bem como sua localização está próxima a região dos quartéis e da base aérea militar de Campo Grande – MS.

No entanto, seu maior objetivo, como configura no PPP, é proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, orientação e preparação para o mercado de trabalho, prosseguimento dos estudos e exercício consciente da cidadania, além de proporcionar situações de ensino-aprendizagem que tem como centro da atividade educativa, o aluno.

Como na escola particular anteriormente analisada, não nos foi permitida a retirada de documentos da escola, como também não tivemos acesso aos materiais didáticos, com justificativa semelhante à da EPA. Os livros didáticos são indicados pela instituição e comprados pelos alunos em livrarias e os exemplares destinados ao professores estavam de posse dos mesmos.

Mesmo, novamente, com essa ocorrência, e diante das dificuldades encontradas em conseguir a adesão de escolas privadas para o prosseguimento da pesquisa, decidimos por continuar com essa unidade de ensino dada a particularidade acima descrita.

Continuando as observações, para o corpo docente, tendo como função serem os mediadores entre os alunos e o conhecimento, encontramos a informação que os mesmos são habilitados, especificamente, para as disciplinas que ministram, conforme a legislação

vigente. Como, também, estão previstas ações de formação continuada e atividades interdisciplinares, porém não se encontram sistematizadas como serão essas atividades.

Faz parte do PPP deste colégio, a transmissão de valores como ética, cidadania, respeito a pátria, amor, fé, esperança, respeito humano, trabalho, autoconsciência, autocontrole, responsabilidade e a preocupação em fornecer um ensino de qualidade que atenda a formação dos futuros herdeiros da nação e de seus destinos.

Acredita-se, também, no espírito desportivo, por essa razão a Educação Física, a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental, é direcionada ao esporte de competição, enquanto que para as séries menores, tem uma função recreativa. Nesse sentido, o intuito de cultivar nos alunos as práticas esportivas, objetivam o desenvolvimento de uma mente sadia em um corpo sadio, como diz a expressão latina "*Mens sana in corpore sano*".

Para a instituição de ensino, todo o processo ensino-aprendizagem está centrado nos princípios da disciplina e da qualidade e enfatiza a importância do trinômio escola, pais e alunos para o cumprimento integral de suas propostas e para a garantia do sucesso de sua missão que, além, de promover a educação acadêmica é educar para a vida.

Como princípios, em primeiro lugar, encontramos a disciplina como forma de contribuir para o desenvolvimento da organização intelectual do pensamento e comportamento humano. Em seguida, o comprometimento social mediante a vivência de práticas que estimulem a sensibilidade e a valorização da vida. Depois, os recursos tecnológicos que utilizados plenamente são instrumentos de ensino e objeto de aprendizagem.

Ainda como princípios, em quarto lugar, a ética como exercício consciente de direitos e deveres no comportamento pessoal e coletivo, respeitando os ideais de convivência democrática. Em quinto lugar, a excelência apoiada na capacitação técnica dos profissionais dedicados ao objetivo de fazer com que os alunos atinjam o seu maior potencial acadêmico, comportamental e atlético. Em sexto lugar, e mesmo não sendo uma instituição de ensino confessional, a religião baseada na existência de um Deus soberano e no respeito ao livre arbítrio do homem para assumir e vivenciar a sua fé (outro ponto que nos fez continuar com a escola para observações no momento das conclusões finais). Por fim, a participação da família como agente do processo educacional, com papel decisivo no equilíbrio emocional, social e acadêmico do aluno.

Como metodologia, nos fundamentos didático-pedagógicos, a instituição escolar considera que ela seja um dos instrumentos de contato social com o meio em que vive o

indivíduo e que, a partir dela, o aluno constrói seu conhecimento na interação com o físico e o social, interpretando a realidade que o rodeia e situando-se como parte do ambiente que vive. Essa relação deve permitir a sua inserção no mundo do trabalho e torná-lo capaz de intervir no processo socioeconômico e cultural em que está inserido.

O eixo norteador desse processo didático-pedagógico é aprender a aprender, através da discussão e construção crítica e criativa. Em que, não basta importar um conceito ou teoria e introduzi-lo como a grande solução para os problemas presentes, mas construir a educação em termos de processo dinâmico de formação educativa do ser humano.

Nos fundamentos éticos-pedagógicos, considera-se que a mundialização, decorrente dos processos de globalização, constitui um desafio a todos os seres humanos. A diversidade cultural, as diferentes formas de organização econômica e política, as várias manifestações religiosas, criam obstáculos para a unidade, gerando conflitos entre comunidades.

Para o problema, é proposto um redimensionamento das ações educativas, na perspectiva de uma ética voltada para a cooperação e a solidariedade. A educação, através dos seus processos de ensino-aprendizagem, deve possibilitar, estimular e potencializar os alunos a saber conhecer, a saber fazer, a saber conviver, a saber ser, visando o desenvolvimento da capacidade humana de saber discernir, através de juízos de valor, para além do cientificismo, o que pode viabilizar ou inviabilizar a continuidade da existência individual e enquanto espécie humana.

Quanto ao currículo, tido como cerne da educação escolar, são uma construção social do conhecimento, resultado de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam a sistematização e a transmissão/construção dos conhecimentos historicamente produzidos.

Respeita-se a LDB que preconiza que o aprimoramento do educando, como pessoa humana, deve destacar a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. O currículo deve, então, contemplar a vida sócio-político-cultural da sociedade e suas transformações. Demonstrar, através das instituições de ensino, uma prática que revele os compromissos com os sujeitos, com a história, com a sociedade e com os movimentos culturais.

Nesse contexto, de globalização econômica e cultural, impõe-se que o currículo seja visto como instrumento mediador da relação escola/cultura/sociedade, dentro de um enfoque abrangente e complexo no sentido de formação e exercício da cidadania, com base nos valores da democracia, da ética, justiça e solidariedade.

No texto do PPP, encontram-se os objetivos de cada disciplina, faremos a descrição daquelas que estão elencadas na pesquisa, Geografia, Língua Portuguesa e Arte, as quais, brevemente, serão detalhadas com a complementação dos conteúdos previstos para cada uma delas no planejamento anual.

Para a disciplina de Geografia, como ciência que estuda a sociedade e a natureza, não apenas em seus aspectos físicos, mas na sua possibilidade de transformação pelo homem, do espaço geográfico, além de morada da sociedade humana, uma realidade (re) construída pela atividade do ser humano.

No planejamento anual, os conteúdos estruturantes para a geografia do 6º ano são: 1. Paisagem, espaço e lugar; 2. O trabalho e a transformação do espaço geográfico (reconhecimento do lugar de vivência como pertencimento e identidade espacial com a paisagem); 3. Orientação no espaço geográfico; 4. A produção e a linguagem dos mapas; 5. Apresentando o planeta Terra; 6. Terra em movimento; 7. As principais formas do relevo terrestre; Formação e Transformação do relevo; 8. Águas Oceânicas; 9. Água nos continentes; 10. A atmosfera e seus fenômenos; 11. Tipos de climas e vegetação no Brasil; 12. Paisagens rurais e urbanas (reconhecer aspectos do ambiente natural como suporte das paisagens rurais e urbanas); 13. Problemas ambientais no campo (ampliar a noção de recursos naturais e conservação ambiental); 14. Recursos naturais renováveis e não-renováveis (compreender o papel do aproveitamento de recursos e os dados de consumo de energia e suas conseqüências ambientais); 15. Os setores da economia (diferenciar as principais atividades econômicas e seus impactos ambientais – principalmente da produção industrial); 16. Comércio e serviços.

Os conteúdos estruturantes apresentados e detalhados entre parênteses são aqueles que o sentido desta pesquisa procura, ou seja, o reconhecimento do lugar em que o indivíduo encontra-se inserido, o pertencimento, a paisagem do seu lugar, como essas paisagens são alteradas, como entender a ação do homem, como se processam as atividades econômicas, como degradam esse meio e como promover a conservação dele.

Na seqüência, dentro do projeto, para as aulas de Língua Portuguesa, objetiva-se a leitura de textos variados por se crer que tal fato possibilite aos alunos um posicionamento crítico diante da concepção de mundo. Ensinar a ler não significa, apenas, o processo mecânico, mas ajudá-los a contextualizar e explorar os possíveis sentidos dos textos e dominar o código da escrita.

Quanto ao ensinar escrever, acredita-se que tal atividade deva ser fruto do diálogo que os educandos fazem com os contextos de vida pelos quais eles passam. Promover a escrita é propiciar aos alunos a participação nestes contextos. A produção textual não pode ser apenas uma atividade desossada de vivências, de sentidos e de emoções.

Para a disciplina acima descrita, estão previstos os conteúdos: 1. Comunicação, língua e linguagem (utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender as múltiplas demandas sociais e responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos); 2. Variedade lingüística (saber como proceder para ter acesso às informações contidas nos textos, compreendê-las e fazer uso delas); 3. Letras e fonemas; 4. Substantivos; 5. Adjetivos; 6. Artigos; 7. Numerais; 8. Pronomes; 9. Interjeição; 10. Verbos; 11. Ortografia; 12. Tipos de textos: narrativos, cartuns, histórias em quadrinho, poema e reportagem (identificar os tipos textuais, o tema dos textos, as informações principais e secundárias, realizar inferências de informações implícitas).

Da mesma forma, como os detalhamentos dos conteúdos para a disciplina anterior, nas descrições realizadas para o ensino da língua materna, são os momentos que acreditamos propícios para o fazer interdisciplinar e suscitar os temas de reconhecimento do lugar em que os indivíduos encontram-se inseridos, do pertencimento, das paisagens deste lugar, dos temas ambientais, com o uso de textos verbais e não verbais, em que pode-se juntar as três áreas, a Geografia, a Língua Portuguesa e a Arte.

Por fim, para a Arte, descreve-se que esta favorece o desenvolvimento da fantasia, da capacidade criativa dos alunos e da capacidade de ler e reproduzir imagens. As imagens são representações mediadoras de significados e refletem o modo de viver de cada época e cultura.

A compreensão da arte em sua dupla dimensão-interpretação e produção de significados passa a ser objetivo prioritário da proposta de ensino, por ter um papel fundamental na formação dos sentidos. Os objetos, além de serem vistos, precisam ser compreendidos em seus significados. Tal tarefa, exige um trabalho contínuo e sistemático com a produção cultural que inclui, mas não se restringe somente às obras de arte como familiarização cultural.

Para a Arte, encontra-se: 1. Arte visual: rupestre, africana e indígena brasileira (observar e reconhecer os diferentes tipos de materiais usados e técnicas usadas, valorização do autor e dos objetos culturais apreciados, conhecendo aspectos de suas principais obras); 2.

Música, teatro e dança (descrever o que ouve, vê e sente em relação a expressão artística – sentimentos e sensações); 3. As cores (descobrir o prazer na apreciação dos trabalhos artísticos, conhecendo o aspecto das obras).

Nesse momento, na relação dos conteúdos a serem desenvolvidos para as Artes, observamos aspectos positivos para o desenvolvimento da sensibilidade, momento que poderá se oportunizar a ES – Educação Sensível.

Porém, apesar de descritas no Planejamento Anual, a relação dos conteúdos a serem trabalhados, não se verbaliza, em nenhum momento, nos textos legais analisados para esta instituição de ensino, como será feita a integração das disciplinas, mesmo sendo previsto anteriormente o trabalho interdisciplinar quando trata da ação docente.

Também, não encontramos referências a Lei da EA ou a relação da mesma em projetos, aliás não há projetos expressos no texto o PPP, ou ainda em capítulo específico que aborde o tema. Uma última observação em relação ao material didático, ou seja, aos livros didáticos que não tivemos acesso, feita pela coordenação da escola que nos acompanhou nas visitas, é que os conteúdos expressos nos planejamentos anuais para cada disciplina são concomitantes aos que vinculam nesses materiais.

Encerradas as observações para a segunda escola, iniciaremos as análises da terceira e última escola particular, a qual chamaremos aqui de EPC – Escola Particular “C”, conforme já dito anteriormente, os documentos não foram disponibilizados para reprografia e nem permitidos que fossem retirados da escola, as análises foram feitas em 6 (seis) visitas, previamente agendadas, de curta duração, segundo a disposição de tempo da coordenação, para nos atender.

A unidade escolar está localizada em região próxima ao centro da capital sul-matogrossense, no bairro Monte Castelo, atende, segundo diagnóstico realizado para a escrita do PPP, que encontra-se em processo de reformulação, alunos de classe média, em sua maioria, filhos de funcionários públicos e profissionais liberais, nos turnos matutino, vespertino e integral, da Educação Infantil e séries iniciais e finais do Ensino Fundamental.

A meta principal do projeto educativo desta unidade escolar é oportunizar aos educandos situações significativas de aprendizagem relacionadas às questões sociais, políticas e culturais, organizadas em um espaço em que se possibilite, também, o exercício da cidadania, isto é, exercer os direitos e deveres de cidadão. Neste ambiente escolar, os alunos

têm a possibilidade de observar, verificar, levantar hipóteses e, assim, apropriar-se dos conhecimentos estudados.

A missão da escola está em contribuir para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e sensíveis que sejam capazes de pensar e criar situações para que o mundo se torne mais justo e humano.

Cabe observar aqui, que embora não encontremos expresso o nome “Educação Sensível” em seu PPP, a missão da escola e o desenvolvimento de sua educação em projetos, dos quais falaremos adiante, encontram-se bastante próximas as propostas deste modelo educacional.

Pois, para esta escola ensinar é sua função primordial, mas, para, além disso, fazer com que a criança vivencie e se envolva com seus conteúdos. Para tanto, a questão cultural se caracteriza como um grande diferencial, e nesse contexto desenvolver o lado artístico oportuniza que os educandos enxerguem que o mundo é muito maior e tem muito mais informações que os conteúdos que são colocados no currículo. Assim, conhecimentos múltiplos são considerados como as melhores experiências para os seres humanos.

Por isso, trabalhar a arte envolvendo-a em todo processo de ensino-aprendizagem, em suas variadas formas de expressão, é capaz, no plano individual, desenvolver capacidades expressivas, artísticas, melhorar a autoestima ao desenvolver a desenvoltura em público, contribuindo para a construção da autonomia e da confiança.

No plano coletivo, as vivências artísticas oferecem o exercício das relações de cooperação, o diálogo, o respeito mútuo, as reflexões sobre o agir com o outro e a flexibilidade de aceitação das diferenças.

Nesse sentido, para todos os anos da educação básica atendidas pela escola, ou seja, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, os alunos têm acesso à herança culturalmente produzida pela humanidade por intermédio das manifestações artísticas. As aulas de teatro oferecidas permitem aos educandos desenvolver técnicas e habilidades que facilitam a socialização, a compreensão do outro e a preparação para atuar no palco e na vida, buscando a humanização dos indivíduos para a transformação da sociedade.

E ainda, em paralelo, estudam artistas plásticos e suas produções artísticas em que são trabalhados os conceitos da arte-educação, respeitado os níveis de aprendizagem. Para cada ano, é elencado um artista, em reuniões de planejamento pedagógico, e já foram estudados nomes internacionais como Claude Monet, Pablo Picasso, Van Gogh. Bem como, artistas

nacionais como Tarsila do Amaral e artistas regionais como Jorapino, Isaac de Oliveira, Humberto Espíndola, dentre outros.

Este diferencial com que a arte é tratada por esta instituição escolar merece ser descrita nesta pesquisa, por ser uma das propostas pedagógicas inéditas as outras, até aqui, apreciadas e que merecerão outras considerações no capítulo seguinte.

Considerando a educação como um processo para o desenvolvimento integral do homem, instrumento gerador das transformações sociais e base para aquisição de autonomia, a escola, para o desenvolvimento de sua proposta metodológica, considera como ponto de partida o conhecimento prévio do aluno, pois a partir daí se verifica o que o aluno já possui, como pensa e como se apropria do conhecimento.

Para a execução do trabalho pedagógico são definidos os objetivos e, a partir deles, são selecionados os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, observando as etapas: avaliação diagnóstica, atividade disparadora, pesquisas, formulação, validação, institucionalização e exercitação.

Importante, deixar claro que a escola não tem um método fechado, mas sim uma metodologia de educação própria que se dá com base em estudos e referências, com teóricos como Vygostky e Broseau, de como as crianças constroem o conhecimento.

Crianças estas, que não podem ser consideradas papéis em branco. Então, por meio da problematização, os educadores vão perceber seus conhecimentos prévios, que serão estudados, individualmente, e levantados as questões curriculares a serem trabalhadas em face deste diagnóstico.

Depois, da apresentação delas, será feita a formulação, ou seja, hipóteses são formuladas pelos alunos para serem validadas posteriormente. E, após esse processo é que no conjunto, educadores e educandos, se pesquisará o conhecimento histórico e universal sobre o assunto, fazendo a institucionalização do conhecimento.

Em seguida, vem à exercitação e a avaliação, feita constantemente durante todo o processo ensino-aprendizagem, que é feita em cada etapa descrita. Considera-se que esses pressupostos é que fazem a diferença na metodologia, pois os alunos vão aprendendo a partir das relações, a relação daquilo que ele conhecia com o conhecimento que foi ampliado. Assim, os conteúdos vão sendo sedimentados nos educandos, porque eles se envolvem e se apropriam, de fato.

Tudo isso só é possível com professores comprometidos e bem preparados, que possuem, para tanto, formação específica na área que atuam. E o PPP da instituição, prevê para o corpo docente, reuniões semanais de estudo e planejamento de suas atividades, que são discutidas em grupo para que se apropriem da metodologia, decidam no coletivo as ações e avaliem os resultados daquilo que é aplicado aos alunos. Essas ações garantem os princípios da interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos que permeiam toda a ação educativa da escola.

Para cada etapa das ações pedagógicas nos projetos que aplicam, encontra-se a previsão de trabalhos de campo, que incluem entrevistas, fotografias, desenhos e observações, por exemplo, em museus, visitas a ateliês de arte, exposições e apresentações públicas. Com atividades planejadas em intensa preparação de aulas, com leituras antecipadas sobre os assuntos investigados.

Portanto, o material didático da escola, apostilado, é construído pelos agentes escolares e impresso em gráficas da capital, renovando-se constantemente, e constituem-se como apoio e não como fim único do processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos nele expressos respeitam as Diretrizes Curriculares Nacionais, em sua base nacional comum e na parte diversificada.

No entanto, servem, apenas, como guia de consulta para o embasamento teórico e são complementados com textos fornecidos pelos professores, de cada área, para aprofundamento no assunto, bem como os alunos são incentivados o tempo todo a buscar a pesquisa para aprimorar os conhecimentos, em sites indicados pelos docentes das disciplinas, o que promove, também, o uso das tecnologias de informação.

Na seqüência, serão relacionados os temas geradores nas disciplinas observadas nesta pesquisa, que fazem parte do planejamento anual e que estão detalhados no material didático de suporte para os alunos.

Na apostila do 6º Ano, encontra-se para o estudo da Geografia, os seguintes temas: 1. Introdução ao estudo da geografia: os diferentes lugares; as relações entre os diferentes lugares; o que são paisagens e o que elas nos revelam; o tempo e as paisagens; o espaço geográfico. 2. Representações do espaço geográfico: orientação e localização; mapas – como fazê-los e como interpretá-los; as linguagens dos mapas – escalas, convenções cartográficas e o uso das cores. 3. Planeta Terra: rotação (fusos horários e zonas térmicas); translação (estações do ano, solstícios e equinócios). 4. A construção do mundo que nos cerca:

sociedade, cultura e diversidade social; as transformações da natureza pelo trabalho humano; as divisões do trabalho e a produção de riquezas; natureza, consumo e meio ambiente; consumo versus consumismo.

Ressalta-se aqui, que apesar de não encontrarmos a Lei da EA expressa no documento do PPP, a educação ambiental é prevista nas ações de ensino da escola, tanto que o tema consumo versus consumismo é trabalhado, a partir dos sextos anos, nas aulas de educação financeira, pois, acredita-se, que a sustentabilidade dependa do consumo consciente.

Para a Língua Portuguesa, estão previstos os temas: 1. Teorias da comunicação: linguagem verbal e não verbal; conotação e denotação; intencionalidade discursiva (padrões de registros na recepção de textos orais, elementos lingüísticos de natureza verbal e não-verbal – gestos, posturas corporais, intencionalidades, contextos, formalidade em função da situação interlocutiva, comparação de fenômenos lingüísticos observados na fala e na escrita, introdução a fonética e fonologia); fonemas e letras; aliteração, assonância e onomatopéia; ortografia (levantamento dos desvios ortográficos, determinação de tipologia de ocorrências, planejamento do programa de ortografia, intervenção). 2. Letramento: gêneros textuais (textos visuais, textos narrativos, textos literários, textos publicitários, textos poéticos, textos de textos), compreensão das características inerentes ao gênero textual (suporte, autor, forma, função e conteúdo), identificação dos gêneros textuais; percepção do objetivo de cada leitura; desenvolvimento de estratégias não lineares de leitura; produção de suporte escrito durante/após leitura (esquemas, palavras chave, observações); Inferência de sentido das palavras a partir do contexto; articulação da leitura com conhecimentos prévios; consulta de fontes e busca de informações complementares; identificação das vozes do discurso e do ponto de vista de cada autor; identificação dos operadores argumentativos e temporais; intertextualidade; narração e elementos da narrativa (tipos de narrador, estrutura da narrativa – situação inicial, conflito, clima, desfecho).

E ainda: 3. Produção textual: estrutura textual (pontuação, parágrafos, periodização, aspas, travessões); produção de textos escritos (finalidade, especificidades de gênero, suporte); estratégia de produção (escolha do tema, levantamento de idéias e dados, planejamento, rascunho, revisão e versão final. 4. Literatura (clássicos infanto-juvenis, narrativa de aventura, mitos e lendas gregos e latinos, poemas (líricos).

Interessante notar, que os conteúdos expressos promovem, em suas dinâmicas particulares, até aqui para a geografia e a língua portuguesa, oportunidades de ações interdisciplinares à medida que podem ser feitas através dos textos verbais e não-verbais.

Na disciplina de Arte, para a série proposta a investigação, encontramos como foco principal o teatro, conforme veremos a seguir: 1. Jogo teatral: atenção e observação; aspectos lúdicos e estruturas narrativas; estrutura do grupo e noções do papel individual do aluno na tarefa grupal. 2. Uso dos espaços: organização e transformação; construção do espaço da ficção; uso de objetos em cena. 3. Gestualidade: mímica, pantomima, coreografia, dança em movimento. 4. Narrativa: leitura de textos, contos, crônicas, poesia, histórias. 5. Voz: aquecimento vocal, respiração, uso da expressão vocal. 6. Improvisação: jogos de improvisação e suas regras; exploração da expressividade a partir de estímulos vinculados ao universo das relações sociais e afetivas dos alunos; produção de estruturas narrativas – roteiros e cenas; improvisações livres e improvisações sugeridas; interpretação – corpo, voz e texto; representações de histórias a partir de narrativas do próprio grupo e do professor; contação de histórias; criação de personagens; manipulação de objetos e animação cênicos (fantoques, marionetes e bonecos); interferência da luz, cenário e figurino; utilização da expressão corporal e vocal. 7. História: evolução da história teatral através dos tempos (Teatro Grego, Romano, Medieval e Renascimento); abordagem de textos dramáticos (leitura de textos e compreensão do funcionamento da ação dramática); articulação e funcionamento das diferentes linguagens teatrais (espaço cenográfico, luz, som, figurino, corporalidade, interpretação). 8. Ensaio: práticas de ensaios que supõe discutir textos ou roteiros e suas exigências durante o ato de ensaiá-lo.

Assim, observados todos os aspectos a que nos propomos perseguir e sem mais relatos sobre esta unidade escolar, findam-se as observações propostas, tanto para a última escola, quanto para o quantitativo de escolas determinadas na metodologia de desenvolvimento desta pesquisa.

Porém, para que a leitura das exposições detalhadas neste capítulo seja facilitada, apresentaremos uma tabela comparativa das informações colhidas dando um panorama geral em relação aos objetivos de investigação desta pesquisa.

Entretanto, para a apresentação dos dados neste tipo de formatação, as perguntas foram desmembradas em: 1. A escola faz menção a Lei Nº. 9.795 no PPP?; 2. O PPP descreve ações interdisciplinares e/ou em associação de disciplinas para a EA?; 3. A Lei Nº. 9.795 está contemplada nos Planejamentos Anuais de forma direta?; 4. Os livros didáticos contemplam a Lei da Educação Ambiental?; 5. Os prédios escolares contemplam a Acessibilidade?.

Cabe aqui observar que, inicialmente e conforme já dito no início da análise da EEA, que os prédios escolares não seriam objeto de atenção. Porém, já na primeira escola relatada e

dado o impacto da falta de acessibilidade ao espaço da biblioteca verificado em visita *in loco*, contemplaremos essa informação, até porque esta categoria faz parte do método de análise Organização do Trabalho Didático.

E ainda, para a leitura das informações da síntese analítica, considere-se o “sim” para itens, completamente, satisfeitos. O “não” para o que não foi atendido na totalidade das informações encontradas nas análises e “em partes” para o que foi atendido, parcialmente, em algum dos aspectos apreciados.

Desta forma, segue a tabela:

Tabela 02 – Síntese Analítica para a Educação Ambiental nas Escolas – 6º ano do Ensino Fundamental (Séries Iniciais)

	A escola faz menção a Lei Nº. 9795 no PPP?	O PPP descreve ações interdisciplinares e/ou em associação de disciplinas para a EA?	A Lei Nº. 9.795 está contemplada nos Planejamentos Anuais de forma direta?	Os livros didáticos contemplam a Lei da Educação Ambiental?	Os prédios escolares contemplam a Acessibilidade?.
EEA	Não (em reformulação)	Não	Não disponibilizados para consulta	Em partes	Em partes
EEB	Não (em reformulação)	Em partes	Não	Em partes	Sim
EEC	Não	Em partes	Não	Em partes	Sim
EM A	Sim	Sim	Não	Em partes	Sim
EMB	Não	Em partes	Não	Não disponibilizados para consulta	Sim
EM C	Sim	Não	Não	Em partes	Sim
EPA	Não	Não	Não	Não disponibilizados para consulta	Sim
EPB	Não	Não	Não	Não disponibilizados para consulta	Sim
EPC	Não (em reformulação)	Em partes	Não	Em partes	Sim

Fonte: SANTOS, A. (2016).

Em seguida, nas considerações finais, realizamos a análise global dos resultados, das dificuldades encontradas no percurso da investigação científica e a relação com os objetivos gerais e específicos propostos para análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos Colóquios de Educação, atividades oferecidas pelo Programa Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o Professor Gilberto Luiz Alves, no dia 29/09/2015, na sua fala de abertura na apresentação do livro *Textos Escolares no Brasil – Clássicos, Compêndios e Manuais Didáticos*, do qual, além de organizador da obra, também publica como autor de capítulo, decreta na sua fala inicial: A educação no Brasil é uma farsa.

Em seguida, declara ser esta sua última publicação em educação, e vai justificando seu desânimo pelas conclusões de seus estudos na Organização do Trabalho Didático, categoria de análise da qual é fundador, em que compara o funcionamento do modelo educacional brasileiro a episódio do desenho animado americano “The Simpsons” em que a personagem Liza Simpson esconde os manuais didáticos da sua escola e em consequência disso as aulas são interrompidas.

Assim, segundo ele, está funcionando a educação em nosso país, sem manual didático as aulas não acontecem, e continua, ainda, exemplificando com outra comparação, como em “Tempos Modernos”, filme americano do cinema mudo estrelado por Charlie Chaplin, em que o operário foi engolido pela máquina, transportando para a educação, a máquina do livro didático (instrumento) superou o trabalho docente.

E ainda, Complementa com informações que no Estado de São Paulo foram padronizadas as escolhas dos livros didáticos para toda a rede estadual de ensino, que os diretores de escolas transformaram-se em fiscais do cumprimento dos manuais e que encontramos-nos, como educadores, no domínio completo da didática comeniana, ou seja, no domínio da ação docente pelos manuais.

Este domínio de que fala Gilberto Luiz Alves, esquematiza-se segundo a didática de Comenius, introduzida como prática no Brasil em meados do século XX com a reprodução em série dos livros didáticos, e como vemos até hoje com o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático na sequência: 1. Educação para todos; 2. Simplificação do trabalho do professor; 3. Centralidade da ação educativa nos manuais.

Resumindo, os manuais, bem como o reflexo da seriação das etapas de ensino, provocaram a divisão do trabalho didático e constituem-se como um aparato descartável, dado

o sistema trienal de escolha e reposição para os sistemas de ensino, especializado em diferentes áreas de conhecimento e vulgarizado pelos ínfimos conteúdos que transmitem.

Encerra a sua fala o educador dizendo, que os manuais eliminaram a necessidade de pesquisas para os alunos à medida que simplifica e facilita as fontes de conhecimento, e categoricamente, se posiciona como totalmente contrário ao seu uso nas instituições educacionais.

Dadas essas constatações de Alves, no entanto, percebemos pelos dados colhidos nesta pesquisa que os materiais didáticos constituem apenas um dos gargalos que permeiam o fazer educacional, o ato de garantir o cumprimento de normativas legais e de planejar as ações educativas já apresentam problemas antes mesmo de se chegar à análise dos instrumentos didáticos, ou seja, nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino públicas e privadas.

A primeira grande dificuldade encontrada, apresentou-se logo no início dos trabalhos de campo, em conseguir instituições de ensino dispostas a colaborar, quando decidiam por participar colocavam obstáculos para a coleta de materiais, como por exemplo, não fornecer os documentos para reprografia e permitir o manuseio dos mesmos apenas no espaço escolar, com exceção as escolas da rede estadual de ensino.

Para encontrar 3 (três) escolas estaduais foram necessárias 6 (seis) visitas de apresentação do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Para a rede municipal, nas 3 (três) primeiras visitas recebemos o aceite a participação, porém apenas uma delas permitiu que os documentos fossem retirados da escola para análises mais minuciosa, as restantes permitiram o manuseio na instituição, alegando que precisariam autorização de instâncias superiores para os empréstimos dos documentos.

A rede privada foi a que apresentou maior resistência, foram necessárias 8 (oito) visitas para que encontrássemos 3 (três) escolas que concordassem participar e ainda, muitas foram as ressalvas em fornecer os dados. Nenhuma delas disponibilizou os documentos solicitados para reprografia e não forneceram todos os materiais, portanto as análises foram feitas nos espaços escolares, com restrições.

E também, em todos os grupos, tanto nas escolas da rede pública, quanto nas instituições privadas, que decidiram colaborar com a pesquisa, algumas não forneceram todo

o corpus solicitado, lembrando o PPP, os Planejamentos Anuais e os livros didáticos, conforme o que está posto na metodologia e descrições no capítulo anterior.

Como uma cortina de fumaça pergunta-se: o que se há para esconder no seio da educação? Qual a razão de documentos que existem, essencialmente, para serem de domínio público, de acesso irrestrito, que mesmo diante da garantia do anonimato pela ética da pesquisa, não podem ser manuseados com mais cuidado e fora do espaço escolar? A liberdade crítica estaria ameaçada quando, na maioria, dos textos dos Projetos Políticos Pedagógicos busca-se o objetivo de formação de cidadãos críticos e capazes de pensar com liberdade sobre as mais diferentes problemáticas da realidade humana?

A princípio, como resposta a primeira questão e objetivo geral deste trabalho, consideramos que a EA nos moldes como configura o texto da Lei nº 9.795/1999 não está ocorrendo conforme a determinação legal, já que não a encontramos em quase todos os Projetos Políticos Pedagógicos, exceto em uma escola da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS. E, quando a encontramos, percebemos alguns equívocos ou ações dissonantes entre a lei em si, na objetivação das propostas e na proposição de como elas irão acontecer.

Outra observação pertinente, à medida que, se a comunidade escolar reunida, dos quais os professores fazem parte, tem a missão de construir em conjunto os Projetos Políticos Pedagógicos, o trabalho para a EA nas salas de aula também se encontraria prejudicado já que o planejamento escolar maior não a contempla.

Os PPP's de modo geral, apesar de admitirem em seu conceito fundamental além do cumprimento das legislações educacionais em vigor no país, bem como a identificação e diagnóstico das comunidades que atendem, apresentam um formato "padrão", ou seja, as grandes divergências encontram-se nos dados particulares das instituições de ensino, nos perfis socioeconômicos, mas de modo geral figuram num mesmo formato, principalmente quando pertencem a uma mesma rede de ensino.

Nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, contrariando a conceituação de cumprimento das leis que regem a educação brasileira, não encontramos a previsão da Lei Federal nº 9.795/1999 em nenhum PPP verificado, ainda que ações para a EA tenham sido expressas, em duas delas partindo de princípios interdisciplinares.

Na rede municipal, extraordinariamente, uma escola apresenta a expressão da referida lei, em capítulo do PPP que trata, exclusivamente, da EA, como já dito. Nas demais, uma

apresenta, também, capítulo específico para a Educação Ambiental, mas como a terceira não indica a legislação.

Nos estabelecimentos de ensino privados, tanto a lei em si, como as ações para a EA passaram ao largo, nenhuma das instituições as apresentou em seus Projetos Políticos Pedagógicos. Uma delas garantiu verbalmente que a Educação Ambiental ocorre na escola através de projetos, mas que os mesmos não são descritos por uma questão de praticidade.

Em outra, apesar de não contemplar a lei, por projetos detalhados no PPP, trabalha temas ligados a EA, um deles na educação financeira, pois se acredita, que a sustentabilidade dependa de uma relação de consumo consciente.

Os textos dos Projetos Políticos Pedagógicos, de modo geral, apresentam informações truncadas, quando usam siglas, deixam de significá-las, quando prevêm ações interdisciplinares como princípio de atuação da instituição de ensino, não as contemplam nos projetos a serem desenvolvidos, quando falam em EA não discriminam ações para realizá-la, quando citam autores o fazem de forma errônea, durante toda a escrita do PPP, como ocorreu em uma das escolas municipais.

Dentre todas as conotações possíveis percebemos que o documento em referência, antes de tudo, deveria se caracterizar como primordial para todas as instituições de ensino, pois nele deveriam conter todo o plano estratégico das ações escolares. Mas, no entanto, parecem atender, apenas, a exigência legal de existência para os processos de autorização e reconhecimentos das escolas³¹, conforme normatizam os sistemas de ensino, ou seja, os conselhos de educação.

Enquanto para as escolas públicas figuram como um instrumento padronizado que as redes de ensino, cada vez mais, vêm engessando dentro das acepções de seus governantes, nas escolas particulares configuram como um instrumento de marketing, que se lê, como um instrumento de propaganda destas unidades escolares, em que discutir e planejar ações ficou

³¹ A Lei Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), estabelece em seus preceitos a finalidade da educação no Brasil, como deve estar organizada, quais são os órgãos administrativos responsáveis, quais são os níveis e modalidades de ensino, entre outros aspectos em que se define e se regulariza o sistema de educação brasileiro nos princípios presentes na Constituição Federal.

Os órgãos responsáveis pela educação, no nível federal, são o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). No nível estadual, temos as Secretarias Estaduais de Educação (SEE), os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), as Delegacias Regionais de Educação (DRE), ou ainda, as Subsecretarias de Educação. Por fim, no nível municipal, as Secretarias Municipais de Educação (SME) e os Conselhos Municipais de Educação (CME).

Os Conselhos de Educação, estaduais e municipais, tem como uma de suas funções reconhecer e autorizar o funcionamento das escolas nos sistemas de ensino, tanto as públicas como as privadas, e para que isso ocorra o Projeto Político Pedagógico é documento obrigatório para a realização desses processos.

subtraído pela necessidade de dar destaque aos atributos que estas podem oferecer como diferenciais.

A propaganda no setor privado que está embutida no PPP dessas instituições ressalta as qualidades excepcionais dessas escolas, tais como descrições de espaços físicos modernos e bem planejados, no ensino de línguas estrangeiras complementares a oferta da língua inglesa e da língua espanhola, nas atribuições especializadas do corpo docente, nas aulas e projetos de educação financeira que se justificam mediante ao argumento que a cidadania plena só será atingida a medida que os indivíduos tenham controle de suas vidas financeiras e principalmente, no objetivo de formarem cidadãos felizes, de sucesso, aptos para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, bem-sucedidos.

Uma dessas escolas tem como foco o preparo para o ingresso no Colégio Militar de Campo Grande, oferecendo, em contra turno, curso preparatório para seus alunos, atendendo a essa finalidade prioriza em seu PPP, além do patriotismo, o desenvolvimento do espírito desportivo para os esportes de competição objetivando uma mente sadia num corpo sadio.

Para esta unidade de ensino, também, encontramos em seus princípios a base religiosa, apesar de não ser uma instituição confessional, ou seja, que professa publicamente uma denominação religiosa, a crença em um Deus soberano e o respeito ao livre arbítrio do homem para assumir sua fé.

Porém, nesses aspectos, fica-nos a indagação será considerado um indivíduo de sucesso àqueles que não tenham aptidões para o ensino de línguas, ou para os desportos, ou para os que não acreditam na existência de um “Deus soberano”, ou ainda, para os que não possuem uma condição financeira abastada?

Se prioriza-se a formação para a liberdade crítica, onde ficaria então o espaço para o contraditório e a felicidade estaria então, baseada em padrões sociais que determinam que ter sucesso significa saber falar várias línguas, praticar vários esportes, possuir riquezas materiais advindas de uma escolha de carreira profissional e professar a crença em Deus?

No grupo das escolas privadas, finalizando os aspectos observados nos PPP's, é importante salientar que apesar de, também, ministrar a educação financeira, a última escola descrita no capítulo anterior, faz essa discussão no aspecto da sustentabilidade, afirmando que a mesma só acontece a partir do consumo consciente.

No entanto, não é só esse diferencial em relação às mesmas deste grupo que merece destaque, mas dentre todos os grupos observados, essa é a única instituição de ensino que

mais se aproxima do que acreditamos ser uma proposta educacional voltada para o despertar da sensibilidade pela arte, com princípios evidentes da Educação Sensível e dentro dos preceitos da EA propostos nesta dissertação, embora não tenha dado em seu PPP tratamento específico.

A arte, nesta escola, está posta em todo o processo de ensino-aprendizagem, em suas variadas formas de expressão, para o desenvolvimento de potencialidades no plano individual e coletivo, principalmente, nas reflexões sobre o agir com o outro e para a flexibilização da aceitação das diferenças.

Em relação ao capital cultural, o conhecimento sobre as artes nas escolas privadas demonstram que o potencial econômico mais abastado oportunizam conhecimentos culturais que ficam renegados as escolas públicas e ampliam o conhecimento de mundo, nesse sentido, para quem o possui.

Desta forma, as observações e questionamentos sobre os Projetos Políticos Pedagógicos, até aqui, levantados configuram, somente, como a ponta do iceberg dos problemas educacionais nas perspectivas de análise apontadas neste trabalho. Na seqüência, passaremos as considerações sobre os outros dois documentos apreciados.

Em relação aos Planejamentos Anuais dos docentes, fica notório o engessamento dos órgãos supervisores de ensino, na figura de suas secretarias de educação que permeiam o processo curricular com determinações estanques quanto aos conteúdos a serem trabalhados, e não observamos, em nenhum momento, posicionamentos em relação a esta questão e ficam evidenciados movimentos tecnológicos de “ctrlc”/“ctrlv”, ou seja, copiar e colar.

Nas disciplinas do currículo escolar, todas as instituições pesquisadas dizem obedecer as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares Nacionais e, ainda, da Rede Estadual de Ensino. O último documento citado, lembrando, tem por objetivo além de nortear o trabalho do professor, orientar a ação pedagógica numa perspectiva interdisciplinar para garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes e seu direito de aprender.

As escolas observadas garantem, também, que a interdisciplinaridade deve estar presente nas ações docentes, porém só algumas delas prevêm como isso será feito em ações articuladas, na sua maioria na realização de projetos.

No que concerne a EA, com exceção de uma escola municipal, a maioria delas não versa sobre o princípio norteador que trata a Educação Ambiental como tema transversal, conforme está posto nas Diretrizes Curriculares Estaduais e sobre a organização dos

conteúdos que devem obedecer à Lei Nº 9.795 de forma integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Quanto aos materiais didáticos, não foi apresentado, pelas escolas públicas, nenhuma forma alternativa aos livros oferecidos pelo programa do Governo Federal do PNLN – Plano Nacional do Livro Didático, nem tampouco descrevem formas de auxílio com materiais complementares, tão menos abordam de forma crítica o material oferecido, já que as diretrizes orientam para a reflexão contínua das práticas pedagógicas.

Quando citamos os livros didáticos, percebemos de forma evidente que a disciplina que por questões *sui generis* deveria oferecer discussões enfáticas e necessárias, até pelos princípios éticos da Educação Ambiental, como a Geografia, não o faz em um dos exemplares colhidos para análise, enquanto a disciplina de Língua Portuguesa, de forma interdisciplinar, discute em textos de apoio os impactos sobre a natureza, o valor que ela possui e a preservação/conservação do meio ambiente.

Nesse aspecto, podemos concluir que os estudos realizados por Gilberto Luiz Alves são pertinentes e prevalecem nas práticas aplicadas ao uso do livro didático e apostilas, não só no Estado de São Paulo, onde ocorreu as pesquisas que estão publicadas na obra *Textos Escolares no Brasil – Clássicos, Compêndios e Manuais Didáticos*, mas também aqui, explicitadas pelo resultado das escolas que foram analisadas.

Se por esta razão, este educador já considera a educação uma farsa, somos levados a concordar com esta afirmação, à medida que outros documentos como os Projetos Políticos Pedagógicos e os Planejamentos Anuais, diga-se de passagem de existência obrigatória nas instituições de ensino, concordam com os princípios da padronização nas redes públicas de ensino e para as redes privadas tem se tornado um instrumento de propaganda comercial dessas unidades.

Para as negativas de empréstimo dos materiais didáticos, por algumas instituições, conforme relato, vale, também, a comparação com o seriado americano citado no início dessas considerações, se lá Liza esconde os livros e as aulas na sua escola não acontecem, neste caso, se se emprestam os livros para análise da pesquisadora os professores não dão suas aulas.

Por fim, quando pensávamos que os problemas estariam restritos a prática da educação ambiental escolar, observamos que são muitos os gargalos que perseguem a educação, que os

textos estão paradoxalmente respeitando leis, mas a prática as nega dentro do próprio documento que as garantem.

Importante, ainda, salientar que os resultados ora apresentados por esta pesquisa não encerram as discussões sobre os assuntos abordados e que são muitas as possibilidades a serem investigadas sobre a pertinência da Educação Ambiental nas práticas escolares para que se busque, incansavelmente, a verdadeira aplicabilidade do que está previsto nas leis, não só para a EA, mas para todo o processo educacional que vigora no país.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Ilma Passos. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande, MS: UFMS; Autores Associados, 2001.

_____. (Org.). **O pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

ARAÚJO, U. F. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.

AYRES, Fábio Martins. **Gestão Ambiental: Introdução à Gestão Ambiental**. Campo Grande, MS: UCDB, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002.

BITTENCOURT, Circe M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In: **Revista Educação e Pesquisa**, vol.30, n.3, São Paulo, p. 475-491, Set./Dez. 2004.

_____. **Livros didáticos entre textos e Imagens**. São Paulo: Contexto, 1998.

BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para a teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de et al. (Orgs.). **A Organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 ago 2016.

_____. **Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 26 ago 2016.

_____. **Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm>. Acesso em: 23 ago 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **PNLD – Plano Nacional do Livro Didático.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentação>>. Acesso em: 02 ago 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Secretária de Educação Básica.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/português.pdf>. Acesso em: 26 jun 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Avaliação e Planejamento.** Caderno 4. Brasília: SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia.** Brasília : MEC/ SEF, 1998. 156 p.

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Disponível em: <www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>. Acesso em 13 jun 2016.

CAPRA, Fritjof. **O tao da física.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1998.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos – a educação (do) sensível.** Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. **Fundamentos estéticos da educação.** 2. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas.** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 29 jul 2016.

FRANCO, Tania; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. In: **Cienc. Saúde coletiva** [online]. 1998, vol. 3, n. 2, pp. 61-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231998000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 ago 2016.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1999.

GIMENEZ, José Carlos. Danças Macabras: uma crítica social na Baixa Idade Média. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano IV, n. 11, 2011.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

HOFLIN, Eloisa de Mattos. **A FAE e a execução da política educacional: 1983 – 1988**. 1993. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1993.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestação da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248 p. p. 149-168 (Série Geografia Cultural)

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Ministério do Meio Ambiente: Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de, (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAHLOW, A. S.; PAIXÃO, R. O. **A História da Educação Ambiental – da Percepção Universal à Singularidade da Educação**. Anais do V Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores. Campo Grande, MS: Editora da UEMS, 2015.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como Planejar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de. **PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental)**. Disponível em: <www.educabrasil/pronea-programanacionaldeeducaçãooambiental.htm>. Acesso em: 29 jul 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

MOSER, Antônio. **O problema ecológico e suas implicações éticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. **O Lixo Urbano de Aquidauana - MS: Diagnóstico, Aspectos não Técnicos e Medidas Mitigatórias**. São Paulo: USP, 1999.

PASSOS, Juliana Cunha. **Arte como Discurso ou a Discursividade nas Linguagens Artísticas**. Campinas: Unicamp, p. 1-18, 2011. Disponível em <[seer,ufrgs.br/cenamov/article/download/22824/13225](http://seer.ufrgs.br/cenamov/article/download/22824/13225)>. Acesso em 13 out 2014.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico: a identidade da escola**. Disponível em: <portal/educaçao.com.br/pedagogia/artigos/3550/projeto-politico-pedagogico-a-identidade-da-escola>. Acesso em: 23 ago 2016.

SADER, E. Estado mínimo ou máximo? **Jornal do Brasil**, Opinião, 24 abr 2005, disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br>>. Acesso em 20 ago 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. – 35. ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SCARLATO, Francisco Capuano, **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. São Paulo: Atual, 1992. (Série meio ambiente)

SCHIMITZ, Egídio. **Fundamentos da Didática**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.

VEIGA, Ilma Passos; REZENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando Geografia).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Proposta de Intervenção

Introdução

O Programa Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul têm como particularidade à previsão de, acompanhada a dissertação, ser elaborada uma proposta de intervenção que, baseada nos resultados da pesquisa, possa contribuir com melhorias para o processo educacional.

Para tanto, considerando que a Educação Ambiental está distante de ser aplicada ao currículo escolar, mesmo garantida pela Lei nº 9.795/1999, que a prevê para todos os níveis de ensino, tanto na educação formal como na não-formal, conforme o que foi dito ao longo desta dissertação, apresentaremos, numa perspectiva multidisciplinar, propostas de ações para o ensino da EA, que poderão ser desenvolvidas por docentes, de todos os níveis de ensino, em que contracenem diferentes áreas, como no caso desta pesquisa, a Geografia, a Língua Portuguesa e Arte, por exemplo.

Em primeiro lugar, considerando o processo de formação de professores, proceder a investigação se nos projetos dos cursos de graduação encontram-se a previsibilidade da lei e sua aplicabilidade para todas as áreas do conhecimento, nas matrizes curriculares, já que a mesma não foi encontrada, na maioria, dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas observadas, talvez como reflexo da ausência do assunto na etapa da formação docente.

Cumprida esta etapa, no conjunto dos órgãos colegiados dos cursos, pensar ações que possibilitem a integração de universidades, escolas e comunidades para propor a EA como uma prioridade, integrada a Educação Sensível, que conforme já dito, não deve estar restrita a arte-educação, no intuito de promover a percepção e sensibilização para as aspirações individuais e coletivas de melhor qualidade de vida socioeconômica e de um mundo ambientalmente sadio.

Um exemplo de investigação/ação nesse sentido está na obra organizada pelo Professor Doutor Gilberto Luiz Alves, *O pantanal e sua história na pintura sul-matogrossense*. Resultado do Projeto Águas que Educam, que desperta o leitor para as peculiaridades históricas do Estado de Mato Grosso do Sul, do seu território, da água como

elemento integrador da ocupação dos espaços geográficos, contada por intermédio de telas de artistas plásticos regionais, revelando também aspectos da arte e cultura deste estado.

Tal projeto, consiste em proposta de formação transversal para os educadores que buscam levar ao seu fazer pedagógico formas de intervenção que valorizem os conceitos locais e incentivem a gestão colaborativa para a conservação dos recursos hídricos. Bem como, o intento de aproximar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, local em que foi desenvolvido, da escola e da comunidade.

O livro, acima citado, que acompanha, também, apresentação em DVD, recurso permitido pelo desenvolvimento das tecnologias da informação aplicadas a educação, com imagens das telas utilizadas na realização dos trabalhos, sugere que o esforço colaborativo entre áreas de conhecimento, neste caso, a Arte, Ciências, Geografia e História, contribui para a formação de professores da Educação Básica.

Das várias formas de linguagens existentes, considero as Artes Plásticas, umas das expressões que conseguem revelar dentro da concepção estética e poética de cada um, o dia-a-dia do homem no meio em que vive. O artista, utilizando-se das técnicas e materiais apropriados, cria e constrói formas e imagens que servem de instrumentos para se ler e se compreender a história de uma época por ele vivenciadas, a partir do instante e do tempo em que a vivemos (FERRARI, 2014, p. 159).

Cabe salientar, que apesar de crítico dos manuais didáticos escolares, fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático à Educação Básica pública e as editoras que atendem as redes privadas de ensino, Alves é um fomentador de produções didáticas de apoio aos docentes que promovam o enriquecimento do fazer pedagógico, em que as áreas do conhecimento entrem em interação, produzidos no coletivo das comunidades, conforme citado anteriormente.

Nesse sentido, também, utilizando as Artes Plásticas que sugerem a apreensão pelo observador do momento retratado pelo artista, para o 6º Ano do Ensino Fundamental, podendo ser extensiva a outros anos da Educação Básica em essência, mas contemplando outras particularidades, pelo viés da Educação Sensível, integrando-se as disciplinas de Arte, Geografia e Língua Portuguesa, faremos a propositura de construção de material que atenda os saberes previstos para cada área, mas que incorpore ações para a EA.

No primeiro momento, se faz necessário, discutir e cumprir nas escolas, com o apoio técnico das universidades, a Lei da EA e que ela passe, efetivamente, a constar nos Projetos Políticos Pedagógico, bem como estratégias e ferramentas para garantir sua aplicabilidade, com garantia de metas e atitudes concretas, com resultados que possam ser mensuráveis e permitir que haja avaliação do desempenho frente a essas medidas.

Também, é preciso que os conteúdos previstos para as disciplinas e que devem ser descritos nos Planejamentos Anuais contemplem a EA e que os docentes descrevam ações conjuntas para operacionalizá-la, pois a necessidade de discuti-la é, antes de tudo, premissa necessária para continuidade da vida.

Nesta tarefa, faz-se necessário buscar, além da conscientização dos agentes públicos e privados que operam os sistemas educacionais para a EA, é preciso que se oportunize, através de parcerias, recursos financeiros para as ações apresentado projetos viáveis e sustentáveis.

Assim, neste momento, apresentamos algumas propostas de intervenção com o objetivo, de alguma forma, promover a reflexão sobre a temática da EA tratada nesta pesquisa.

1. Formação Inicial

Como já dito, a AE está prevista para todos os níveis de ensino e abrange, também, a educação superior em todas as áreas de formação acadêmica. Porém, acreditamos que a ausência da determinação legal nos documentos escolares e proposições para o ensino desta temática possam estar arraigadas no processo de formação docente.

Assim, a formação inicial, atendendo as mudanças complexas que o contexto do desenvolvimento econômico e cultural vem provocando, deve propor uma visão crítica, reflexiva e transformadora na educação, exigindo a interconexão de múltiplas abordagens, visões e abrangências e o abandono de um modelo educacional mecânico e tecnicista.

Essa tese de emergência de um novo ou de novos paradigmas científicos parte de uma outra concepção das capacidades do espírito e do engenho humanos que lhes permite ter uma nova atitude perante a realidade e a sua leitura e compreensão de outros pontos de vista. Assim o potencial humano, corpo e espírito, cérebro e mente, com todo o seu patrimônio hereditário,

inato e adquirido, de natureza física, biológica, psíquica, social, cultural é visto de maneira articulada, mergulhando as suas raízes na emoção, no sentimento, na paixão (ALARÇÃO, 2001, p. 56).

Para tanto, práticas para o conhecimento da lei não podem vincular, somente, nas disciplinas de legislação e normas da política educacional brasileira, nem tampouco em cursos, aulas inaugurais e palestras estanques que as instituições de ensino superior procuram ofertar nas graduações, mas deve estar presente em toda a grade curricular, principalmente, nas formações em licenciatura.

Desta forma, atendendo ao que reserva a normativa em questão, propõem-se a verificação dos Projetos dos Cursos de Graduação e como está vinculada essa determinação legal em seus textos e, caso se faça ausente, reformular os documentos para que a contemplem, o que demandaria discussões entre os colegiados de curso das diferentes áreas do conhecimento acadêmico.

Isto posto, e tomando os princípios da Educação Sensível, é preciso criar nas universidades um ambiente em que a arte se faça mais presente, não só pela existência de cursos de licenciatura em arte-educação, mas promover a aproximação das comunidades artísticas regionais e das instituições de ensino superior, para que tanto alunos como professores de diferentes áreas de formação, possam apreciar as manifestações culturais do ambiente em que encontrem-se inseridos para o despertar da sensibilidade.

E ainda, promover a divulgação das pesquisas desenvolvidas nas universidades relacionadas a EA, bem como a divulgação de projetos e seus resultados como a obra organizada pelo Professor Doutor Gilberto Luiz Alves, *O pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense* oriunda dos estudos realizados no Projeto Águas que Educam da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Concomitante a isso e a partir dessas ações, promover a EA que intercambia saberes paralelos aos da ES à medida que ambas se valem da percepção para atingir seus objetivos, para provocar por meio da sensibilização a aproximação do indivíduo com o outro e com o meio, buscando uma interação em equilíbrio.

Finalizando, consideramos que antes de fornecer uma proposta para a EA na Educação Básica é, antes, necessário se observar os processos de formação na Educação Superior e a forma como estão ocorrendo. Pois, mudar os paradigmas da forma da atuação dos

profissionais da educação passa pela mudança das práticas que estão recebendo nas suas habilitações para o exercício profissional.

2. A Educação Ambiental pela Educação Sensível na Educação Básica

Conforme já dito no decurso desta pesquisa, e nas considerações finais extraídas ao longo das observações investigadas, a Educação Ambiental não está, na maioria dos casos, ocorrendo conforme as orientações legais, como determinada na Lei nº 9.795/1999, já que não encontra-se prevista nos PPP's e Planejamentos Anuais das disciplinas no currículo escolar, como também, quando previstas não expressam como ações nesse sentido serão praticadas.

Para que se reverta o quadro que se apresenta, faz-se necessário que verifique-se os processos de formação profissional em cursos de graduação e que aproxime-se os profissionais que atuam na educação do resultado das pesquisas, para a revisão de suas práticas, propostas já sugeridas anteriormente.

Mas, também, que se apresentem alternativas para a atuação docente, e respeitando a exigência deste Programa de Mestrado Profissional em Educação, oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vincular-se-á, a partir daqui, uma proposta de intervenção para o 6º Ano do Ensino Fundamental para a Educação Ambiental pelo viés da Educação Sensível.

Vale lembrar que, sendo a Educação Sensível uma proposta filosófica, didática, metodológica e de pedagogia inovadora, esta proposta não tem a intenção de resolver, imediatamente, nenhuma lacuna em relação à falta da Educação Ambiental nas escolas, mas vislumbrar uma possibilidade de início para os trabalhos relacionados a EA.

Inicialmente, é necessário lembrar que a EA aspira à construção de um novo paradigma de melhor qualidade de vida e de um mundo ambientalmente sadio, que está intrinsecamente ligada a educação popular que busca a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação e conservação do ambiente, bem de uso comum do povo.

Nesse sentido, antes de tudo é primordial que se desperte nos indivíduos a sensibilização para o reconhecimento e o pertencimento ao ambiente em que encontram-se inseridos. Para tanto, os conhecimentos advindos da Educação Sensível serão capazes de despertar, pelas artes plásticas neste caso, a reeducação dos sentidos.

Também, é preciso observar que no currículo da educação básica, previsto pela LDB, deve conter, além da base nacional comum, a parte diversificada que determina que conteúdos referentes as características regionais e locais de uma dada sociedade, da sua cultura e clientela, no interior dos sistemas de ensino, precisam estar contemplados.

E ainda, para as orientações curriculares do 6º Ano, quanto a Geografia, interessar-nos-á o conceito de paisagem, previsto para esta etapa, tema clássico da investigação geográfica, conceito-chave capaz de fornecer unidade e identidade a disciplina num contexto de afirmação acadêmica. Conforme, a associação considerada pelos geógrafos:

[...] a paisagem a porções do espaço relativamente amplas que se destacam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade (HOLZER, 1999, p.151).

No que concerne à Língua Portuguesa e ao campo da Arte far-se-á importante o destaque a formas de “textos” não convencionais, a linguagem não-verbal, ou seja, a utilização de quadros pictóricos revelando abstrações paisagísticas de fauna e flora, do universo local, ou seja, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sugerimos aqui a observação das obras do artista plástico Isaac de Oliveira, que por suas reproduções paisagísticas da fauna e flora regionais, expressas pelos seus sentimentos internos como forma de exteriorização objetiva da sua subjetividade, enquanto indivíduo que “pertence” a este espaço geográfico. Alternativa para despertar o “olhar” do discente. Em conformidade com o que afirma Passos, 2011, p. 02:

Aquele que fala (ou aquele que escreve, pinta, interpreta, dança, compõe uma obra) deve sempre pressupor que alguém estará recebendo os signos das linguagens utilizadas (através dos órgãos dos sentidos) e percebendo ou interpretando seus conteúdos. A obra de arte nunca é somente expressão do artista ou criação de formas (do ponto de vista da produção), nem somente comunicação com o público ou apresentação de conteúdos (do ponto de vista da recepção). A obra de arte pode expressar, comunicar, apresentar e criar conteúdos (PASSOS, 2002, p. 02).

Assim, por conceitos que se entremeiam na pluralidade de saberes científicos das diferentes áreas que pretendemos abordar, Letras, Artes e Geografia, na teia infindável do conhecimento humano, seguiremos trilhados por estes saberes para fundamentar este intento científico.

Partindo, sempre, da premissa que o fazer educacional se aprende fazendo, ou pelo menos assim o deveria ser, como os artesões do “conhecimento”, amparados pela beleza dos elementos paisagísticos retratados por Isaac de Oliveira circundado pelas espécies da natureza regional, unindo a materialidade de suas obras ao cognitivo dos indivíduos a serem trabalhados, objetivaremos conquistar para a Educação Ambiental uma proposta auxiliar ao livro didático.

2.1 Objetivo Geral

Produzir material multidisciplinar para a Educação Ambiental, para o 6º Ano do Ensino Fundamental, auxiliar ao livro didático, a partir da apreciação e contextualização das obras do artista plástico Isaac de Oliveira pelos alunos desta etapa em conjunto com saberes conceituais pesquisados pelos alunos com orientação dos professores das áreas de Letras, Arte e Geografia.

2.2. Objetivos Específicos

Agregar conhecimento e cultura nas proposituras pedagógicas atuais para a Educação Ambiental, componente essencial e permanente da educação nacional, como elemento auxiliar aos conteúdos apresentados nos livros didáticos.

Promover a aproximação dos educandos à arte e cultura produzida no Estado de Mato Grosso do Sul pela visita ao Ateliê do artista.

Investigar a biografia do artista escolhido.

Buscar conceitos entremeados das ciências das Letras, da Arte e da Geografia, para, a partir da observação e da contextualização feita pelos educandos das telas do artista plástico

Isaac de Oliveira e suas paisagens representativas do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul, que possibilitem o “despertar” nos alunos para um novo “olhar” na conservação ambiental.

Aplicar o conceito e categoria da paisagem, advindo da Geografia, para o entendimento da sua relevância para as produções artísticas e a compreensão do meio ambiente que compreende os indivíduos pesquisados.

Por fim, promover o valor científico das produção artísticas locais e apresentar a valorosa participação do artista no contexto sócio-econômico-político e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, tanto na realidade cotidiana regional, como também, na nacional e mundial.

2.3. Metodologia

Os aspectos metodológicos estarão pautados e terão como foco central as obras pictóricas, elemento de integração das disciplinas de Artes, Letras e Geografia, do artista plástico Isaac de Oliveira, que como afirma Bahkthin (2002), podem ser consideradas como textos, não-verbais, pois “expressão é tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para alguém com a ajuda de alguns códigos de signos exteriores”.

A escolha do artista, em questão, se deu pelo destaque colocado em suas pinturas de paisagens, conceito e categoria próprios da Geografia, e elementos que fazem referência direta a fauna e a flora, representativos do Estado Sul-Matogrossense, conforme imagens em apêndices.

Quanto ao recorte temporal, as produções artísticas situam-se à partir, dos anos finais, da década de 70, período em que o artista migra para o Mato Grosso do Sul, fixando residência em Campo Grande, e passa a produzir suas telas inspirado nos elementos da natureza regional. Período que coincide com a Lei Complementar Nº. 31, promulgada pelo Governo Federal, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências, como em seu Artigo 3º que determina a cidade de Campo Grande como Capital do Estado.

O universo amostral a ser pesquisado será os grupos de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental das escolas. Nesta fase do Ensino Fundamental é que os Parâmetros Curriculares

Nacionais, os PCN's, mais aproximam as três áreas de conhecimento, Língua Portuguesa, Artes e Geografia, mostrando-se bastante integradas em seus objetivos.

Para a Língua Portuguesa potencializa-se desenvolver habilidades de compreensão de informações explícitas e implícitas nos diferentes gêneros textuais; para as Artes desenvolver possibilidades de formação de indivíduos mais críticos estética e culturalmente, desenvolvendo a criatividade e a sensibilidade através do olhar artístico; e, para a Geografia, desprendida da área das ciências gerais nesta etapa de ensino, busca explicar as relações da sociedade com o meio e compreender a inserção do indivíduo social no “lugar” em que encontra-se.

Na propositura de uma “alfabetização” ambiental, num fazer multidisciplinar, apontando para a construção de um material pedagógico complementar, inicialmente, a partir das obras de arte elencadas, os alunos serão colocados em contato visual com as mesmas, através de visitas ao ateliê do artista ou ainda pela reprodução de imagens de suas telas, por meios visuais, fotográficos, e outros, para que na impossibilidade de se retirar as crianças da escola o trabalho possa ser realizado.

A partir das impressões individuais das obras e da apresentação teórica do que se pretende para cada disciplina em questão, poderão ser feitas reproduções, desenhos, produções textuais, que complementadas por informações conceituais pelas inferências que os alunos fazem com relação aos aspectos geográficos, as paisagens, localidade e o que elas despertam nos seus conscientes, formarão o material impresso que poderá ser utilizado como apoio e complementação aos saberes do livro didático.

Para tanto, far-se-á necessário a busca de recursos para que o material possa ser produzido e impresso para que o mesmo possa vincular como apoio ao ensino e a pesquisa, tanto para docentes, como principalmente, para os alunos e suas comunidades.

3. Considerações Finais

Conforme já visto, a EA é conteúdo obrigatório para todos os níveis de ensino e deve perpassar por todo o currículo escolar no ensino formal e não-formal. A Lei nº 9.795/1999 a garante, porém, não está sendo aplicada como prevê seu texto legal e portanto medidas educativas devem ser adotadas para que ela efetivamente aconteça.

Também, percebemos ao longo da pesquisa que os livros didáticos e/ou apostilas tem sido instrumentos únicos no processo ensino-aprendizagem dos sistemas de ensino na série proposta a apreciação, ou seja, no 6º Ano do Ensino Fundamental, e as escolas, pelo menos nos textos dos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Planejamentos Anuais, não tem previsto uso de materiais complementares para a Educação Ambiental.

Assim, as necessidades de apresentação de propostas didáticas ao ensino precisam ser postas e praticadas com apoio das instituições de formação de professores e da busca de um intercâmbio delas com as escolas, dos resultados de pesquisas e da divulgação de ações que já tenham sido produzidas nesse sentido.

Ainda que, algumas dificuldades se interponham a rotina de professores em suas unidades de trabalho, principalmente de recursos financeiros para as redes públicas de ensino, bem como, a multiplicidade de escolas que muitos precisam trabalhar para satisfazer suas necessidades econômicas de sobrevivência pelos baixos salários que pagam, ainda, a educação, mudar as atitudes educacionais é imprescindível para a EA.

Para tanto, aproximá-la da ES para que a sensibilização pela arte desperte para o sentimento de pertencimento ao meio ambiente em que vivem os educandos é primordial para que se desperte a necessidade para a conservação deste, na busca por uma melhor qualidade de vida.

Apêndice B – Imagens³²Imagem 01. Arara Canindé.³³

Fonte: OLIVEIRA, I. (2007).

³² Todas as obras apresentadas neste apêndice foram pintadas por Isaac de Oliveira e estão presentes na obra *Acrílicos = Acrylics*, publicada em 2011, pela Gráfica e Editora Alvorada.

³³ Detalhes da obra: Acrílica sobre tela 100X100 cm.

Imagem 02. Pacu.³⁴



Fonte: OLIVEIRA, I. (2002).

Imagem 03. Piraputanga.³⁵



Fonte: OLIVEIRA, I. (2006).

³⁴ Detalhes da obra: Acrílica sobre tela 110X090 cm.

³⁵ Detalhes da obra: Acrílica sobre tela 200X080 cm.

Imagem 04. Tucano.³⁶



Fonte: OLIVEIRA, I. (2007).

³⁶ Detalhes da obra: Acrílica sobre tela 200x080 cm.

Imagem 05. Ipê Amarelo.³⁷



Fonte: OLIVEIRA, I. (2010).

³⁷ Detalhes da obra: Acrílica sobre tela 200X150 cm.

APÊNDICE C – Diretrizes Curriculares

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COORDENADORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO

ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE GEOGRAFIA

A Geografia é uma ciência rica e inquietante, pois, ajuda o ser humano a compreender a realidade do local e, essa, vai muito além do que o simples decorar nome de ruas e países. A Geografia, por meio de seu objeto de estudo – o espaço geográfico – proporciona um amplo entendimento das relações do ser humano com o meio em que vive, juntamente com suas consequências. Não basta apenas entender aspectos naturais ou econômicos. Esta ciência busca a relação desses diferentes fenômenos (físicos e humanos) que ocorrem na superfície terrestre para ter uma visão holística das relações humanas no espaço geográfico, tendo, assim, uma visão crítica de um todo.

Aquela Geografia que buscava “decorar” nomes de capitais, rios, o produto da indústria de determinado local, entre outros, não é suficiente para entender a realidade atual. A educação geográfica contribui para o reconhecimento de ações culturais e sociais em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. O espaço geográfico absorve as contradições ocasionadas por meio do uso das técnicas, o que pode alterar a cultura da população nos diferentes lugares (Cattelar & Vilhena, 2011).

Sendo assim, se espera que um registro de planejamento em Geografia, contenha atividades diversificadas para que o aluno possa entender a realidade local, aliada aos aspectos globais.

Ano: 6º		Orientações Metodológicas	
Eixo	Conteúdo	Objetivos	
O homem e a construção do espaço	1º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Interpretar e explicar como os seres humanos produzem e organizam seu espaço e de que modo se apropriam dele e, também, como a organização do espaço interfere e define as relações sociais de produção da vida humana; Conhecer os principais movimentos da Terra no espaço e suas influências na vida das pessoas e da paisagem. 	<p>Aconselha-se aqui o uso contínuo de mapas durante as aulas e para a interpretação de situações-problema, para maior compreensão dos fusos horários, conteúdo este abstrato para o sexto ano. Sendo assim, croquis, construção de plantas e mapas, imagens, atividades que levem a interpretação dos fusos em nossa rotina, podem auxiliar a compreensão do assunto. Na avaliação se pode verificar a capacidade do aluno entender e interpretar informações diversas que podem ser mapeadas.</p> <p>Compreensão de textos e imagens que mostrem as modificações causadas no espaço, inclusive impactos ambientais.</p> <p>O professor do sexto ano pode trabalhar com atividades práticas, medindo, por exemplo, a quantidade de chuvas durante um determinado período, atribuindo essa função a um grupo de alunos; intercalando às informações trazidas pelo livro didático, para compreender a realidade local.</p> <p>O uso de filmes curtos é importante, principalmente no que tange aos conteúdos mais abstratos para os alunos, como, por exemplo, deriva continental, vulcões, terremotos, entre outros.</p>
	2º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Introdução à Geografia: conceito; Espaço Natural e Geográfico; Orientação: pontos cardiais e colaterais; Coordenadas geográficas: linhas imaginárias e hemisférios terrestres; Movimentos da Terra: Translação e Rotação. 	
O homem e a construção do espaço	3º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Interpretar e explicar como os seres humanos produzem e organizam seu espaço e de que modo se apropriam dele e, também, como a organização do espaço interfere e define as relações sociais de produção da vida humana; Conhecer os principais movimentos da Terra no espaço e suas influências na vida das pessoas e da paisagem. 	<p>Aconselha-se aqui o uso contínuo de mapas durante as aulas e para a interpretação de situações-problema, para maior compreensão dos fusos horários, conteúdo este abstrato para o sexto ano. Sendo assim, croquis, construção de plantas e mapas, imagens, atividades que levem a interpretação dos fusos em nossa rotina, podem auxiliar a compreensão do assunto. Na avaliação se pode verificar a capacidade do aluno entender e interpretar informações diversas que podem ser mapeadas.</p> <p>Compreensão de textos e imagens que mostrem as modificações causadas no espaço, inclusive impactos ambientais.</p> <p>O professor do sexto ano pode trabalhar com atividades práticas, medindo, por exemplo, a quantidade de chuvas durante um determinado período, atribuindo essa função a um grupo de alunos; intercalando às informações trazidas pelo livro didático, para compreender a realidade local.</p> <p>O uso de filmes curtos é importante, principalmente no que tange aos conteúdos mais abstratos para os alunos, como, por exemplo, deriva continental, vulcões, terremotos, entre outros.</p>
	2º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Introdução Cartográfica: elementos de um mapa e tipos de mapas; Fusos horários; O trabalho do ser humano como agente modificador do espaço: economia formal e informal. 	
O homem e a construção do espaço	3º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Identificar o tempo geológico, as mudanças dos continentes, os processos de formação dos solos, das rochas e do relevo, aspectos importantes para levar o aluno a compreender que a natureza é formada por um conjunto de partes que se relacionam e/ou interagem; Identificar o tempo geológico, as mudanças dos continentes, os processos de formação dos solos, das rochas e do relevo aspectos importantes para levar o aluno a compreender que a natureza é formada por um conjunto de partes que se relacionam 	<p>Aconselha-se aqui o uso contínuo de mapas durante as aulas e para a interpretação de situações-problema, para maior compreensão dos fusos horários, conteúdo este abstrato para o sexto ano. Sendo assim, croquis, construção de plantas e mapas, imagens, atividades que levem a interpretação dos fusos em nossa rotina, podem auxiliar a compreensão do assunto. Na avaliação se pode verificar a capacidade do aluno entender e interpretar informações diversas que podem ser mapeadas.</p> <p>Compreensão de textos e imagens que mostrem as modificações causadas no espaço, inclusive impactos ambientais.</p> <p>O professor do sexto ano pode trabalhar com atividades práticas, medindo, por exemplo, a quantidade de chuvas durante um determinado período, atribuindo essa função a um grupo de alunos; intercalando às informações trazidas pelo livro didático, para compreender a realidade local.</p> <p>O uso de filmes curtos é importante, principalmente no que tange aos conteúdos mais abstratos para os alunos, como, por exemplo, deriva continental, vulcões, terremotos, entre outros.</p>
	3º bimestre	<ul style="list-style-type: none"> Litosfera: origem da Terra (eras geológicas), como se formaram os continentes, processos de formação e transformação do relevo, formas de relevo, solo (formação, ocupação e degradação) e tipos de solos de Mato Grosso do Sul; Hidrosfera: importância da água, oceanos e mares, bacias hidrográficas brasileiras e hidrografia do Mato Grosso do Sul. 	

O homem e a construção do espaço	<p>4º bimestre</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atmosfera: tempo e clima, climas do Brasil; alterações climáticas (efeito estufa, chuva ácida, buraco na camada de ozônio), Protocolo de Kioto e Montreal; • Biomas brasileiros e áreas de preservação do Mato Grosso do Sul. 	<p>e/ou interagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender o funcionamento da natureza, a interdependência dos vários elementos que compõem seu quadro físico e as relações de apropriação que o ser humano estabelece com ela (sendo pertencente à mesma), definindo o ambiente e suas permanentes transformações. 	
----------------------------------	---	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COORDENADORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO

ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE ARTE – 6º AO 9º ANO

Consoante ao Referencial Curricular da REME¹ (2008) e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, o ensino e a aprendizagem da Arte contemplam as linguagens das artes visuais, da música e do teatro. A partir desse entendimento de que o ensino e a aprendizagem da Arte são resultantes da relação/interação de diferentes linguagens, ela não pode ser concebida pelos sujeitos enquanto produção fragmentada, fruto de modelos aleatórios, separados do contexto social, sobretudo, contemplação, cópia, desenho de formas geométricas ou mero entretenimento. Por isso, faz-se de extrema importância o professor pensar a Arte enquanto conhecimento sensível e criador do homem, integrante de diferentes instâncias intelectuais, culturais, estéticas, políticas e econômicas e não como mera decoração do ambiente escolar ou ensaios de apresentações descontextualizadas do conteúdo, pois os sujeitos que a produzem são sujeitos históricos.

A partir do exposto, o material que se segue (conteúdos, divididos por bimestre, de Artes Visuais, Música e Teatro - Pré ao 9º ano) configura-se orientações metodológicas acerca do ensino e da aprendizagem da Arte. Para melhor compreensão do material, os conteúdos foram divididos em dois eixos de aprendizagem: **Eixo I** - compreensão histórico-cultural da Arte (manifestações das linguagens e elementos da linguagem artística) e **Eixo II** - produção artística: formas de expressão artística. No eixo I, evidencia-se a necessidade social de abordar as questões teóricas dos conteúdos em suas dimensões cultural, estética e social, pressupondo o entendimento de como a Arte se instaura dentro da sociedade. Logo, no eixo II, pressupõe-se a prática de formas de expressão artística enquanto necessidade social que envolve o aspecto do fazer, da elaboração estética e do produzir atividades com base no conhecimento dos elementos das linguagens artísticas, bem como das suas formas expressivas. Vale ressaltar que esta prática não pode ser restrita a um fazer técnico, estereotipado ou padronizado, e sim que contribua para que a criança elabore, continuamente, suas possibilidades expressivas e criadoras, aprimorando a compreensão estética.

Por fim, a apresentação dos conteúdos por eixos faz-se uma organização didática que na prática são indissociáveis: a produção artística depende da compreensão histórico-cultural. No tocante às linguagens (artes visuais, música e teatro), são os conteúdos que se articulam e não as linguagens, pressupondo o ensino e a aprendizagem da Arte de forma integrada, cujos conteúdos devem estar articulados entre si. Assim, faz-se de extrema importância que o professor não receba o presente material como algo acabado, haja vista que ele não se esgota em si mesmo, e sim permite, conforme sua formação acadêmica do professor, contextualizá-lo, frente a outras propostas didático-metodológicas, em sua prática docente.

¹ REME: Rede Municipal de Educação, Campo Grande – MS.

CONTEÚDOS DE ARTES VISUAIS - 6º ANO			
Para o planejamento das aulas, propõe-se a organização dos conteúdos de forma horizontal. Esta forma de organização caracteriza-se em ser um encaminhamento metodológico, pois em toda ação pedagógica planejada devem estar presentes conteúdos articulados aos eixos. As linguagens artísticas música e teatro devem ser trabalhadas articuladas aos conteúdos de artes visuais, respeitando a formação do professor.			
CONTEÚDOS		OBJETIVOS	
EIXO I - COMPREENSÃO HISTÓRICA E CULTURAL		EIXO II - PRODUÇÃO E FORMAS DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA	
MANIFESTAÇÕES DAS ARTES VISUAIS NA HISTÓRIA DA ARTE		Figurativa Abstrata Figura-fundo Bidimensional Tridimensional Pintura Desenho Colagem Gravura Escultura Fotografia Semelhanças Contrastes Ritmo visual Estilização Deformação Audiovisual Performance Instalação Land Art, etc.	
1º BIMESTRE	ARTE PRÉ-HISTÓRICA	Ponto Linha Cor Forma Planos Superfície Textura	<ul style="list-style-type: none"> Identificar elementos da linguagem visual na Pré-História. Valorizar os mais diferentes tipos de manifestações artísticas, incluindo as da cultura popular. Entender a arte como forma de construção poética que adquire sentido em um contexto sociocultural. Perceber as semelhanças entre as manifestações artísticas e outras manifestações presentes na cultura local e regional. Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade. Identificar elementos da linguagem visual na produção artística da civilização egípcia.
2º BIMESTRE	ANTIGO EGÍPTO	Volume Luz/sombra Ritmo visual Figura/fundo	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a Arte como fator de transformação social, visando a atuação do sujeito em sua realidade singular e coletiva. Perceber as semelhanças entre as manifestações artísticas e outras manifestações presentes na cultura local e regional. Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade. Identificar elementos da linguagem visual na produção artística greco-romana. Elaborar produções artísticas, utilizando os elementos básicos da linguagem visual, estabelecendo relações de composição. Reconhecer a pluralidade e a diversidade cultural presentes no conjunto de manifestações artísticas produzidas na contemporaneidade e na história. Relacionar semelhanças da produção artística atual com a história, a cultura e as problemáticas contemporâneas, sociais e subjetivas. Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade. Elaborar produções artísticas, utilizando os elementos básicos da linguagem visual: filmes, desenhos animados, comerciais, folders, cartazes, obras de arte, colagem, escultura e desenho.
3º BIMESTRE	ANTIGUIDADE CLÁSSICA (GRECO-ROMANA)	Proporção Harmonia Equilíbrio Simetria	
4º BIMESTRE			

		<p>reproduções de obras de artes, fotografias, entre outros.</p>
	<p>GÊNEROS NA PINTURA: paisagem urbana, retrato, cenas do cotidiano, fotografia, autorretrato e natureza morta.</p> <p>GÊNEROS NA FORMA: arte digital, banda, desenhada, cinema, arquitetura, grafite, desenho, pintura, escultura e fotografia.</p>	

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Para atingir os objetivos do referencial teórico-metodológico é preciso fazer a articulação dos conteúdos por meio de dois eixos de aprendizagem: **Eixo I - compreensão histórico-cultural da Arte e eixo II - produção artística e formas de expressão artística**. A apresentação dos eixos representa uma organização didática e na prática são indissociáveis: a produção artística depende da compreensão histórico-cultural e vice-versa.

O **eixo II - Compreensão histórica e cultural** configura o conhecimento teórico baseado na construção, na elaboração pessoal e na cognição, cuja ênfase pode recair sobre a exploração de materiais expressivos e noções básicas sobre os elementos da linguagem visual. Esse estudo, associado às produções artísticas e às formas de expressão, contribui para que o aluno conheça e identifique a influência de diferentes culturas na constituição de sua identidade cultural, bem como experimentações criativas. Este eixo está dividido em dois: **manifestações das linguagens e elementos da linguagem artística**.

As **manifestações artísticas** o conteúdo é História da Arte, abrangendo a periodização da história, os movimentos artísticos e estéticos, o estudo de transformações e de rupturas artísticas. A partir disso, para o 6º ano, o conteúdo aborda a História da Arte, dos períodos artísticos, Pré-história (Arte rupestre), Egípcia e a Greco-romana, propondo estudar os movimentos artísticos e de artistas relevantes no contexto de aprendizagem. Com este estudo, espera-se que ao aluno desenvolva a capacidade de decodificação, leitura e discussão textos, imagens e informações sobre artistas e suas produções. Neste sentido, é necessário que o professor aborde a produção pictórica, vida e obra dos artistas, por meio de exposição oral, de recursos imagéticos como: imagens impressas, apreciação de vídeos sobre os artistas e questões artísticas. Assim, aliado à História da Arte, é preciso conhecer e quais são os elementos da linguagem que estruturam a imagem.

Os **elementos da linguagem visual** constituem a substância básica daquilo que vemos, são a matéria-prima de toda informação visual. Os elementos visuais Entretanto, esses elementos isolados não representam nada, ou seja, não têm significados preestabelecidos e em nada se definem antes de entrarem num contexto formal. De acordo com o estudo de vários autores, pode-se identificar como principais elementos visuais: o ponto, a linha, a forma, o plano, a textura, e a cor. O professor, para isso, deve elaborar exercícios de observação das obras de Arte, de acordo com cada movimento artístico.

Ao final, espera-se que o aluno conheça e identifique os elementos formais da imagem, observando e discutindo sobre as formas de utilização dos elementos como linha, espessuras, fluidez, função de dar forma às imagens e estruturar a figura. E os estudos relacionais entre os diversos elementos: profundidade, luz, sombra, equilíbrio, simetria, não simetria, expressividade, peso, movimento que cada uma pode ocupar num determinado espaço ou superfície.

Os recursos disponíveis, para tanto, são imagens impressas, vídeos, DVDs, acesso à internet, visita a exposições de Arte. É desejável, também, o contato direto com produções artísticas contemporâneas, a partir de visitas a exposições, museus, galerias, salões de Arte, ou, ainda, artistas convidados.

Um instrumento importante para o conhecimento estético e artístico é a leitura de imagens. A leitura, a partir de elementos específicos da linguagem visual, é uma forma de ler o mundo. Por isso a importância de ensinar a ler. Ler uma imagem é atribuir-lhe sentido, criando distintas formas de interpretação, ao contrário de tentar “decifrá-la”, nem somente falar sobre ela, mas criar um novo discurso para falar dela: gráfico, visual, verbal e até mesmo silencioso.

A leitura contribui para a pesquisa sobre obras de Arte, artistas, movimentos, conceitos e problemáticas relacionadas ao campo de estudos. Cabe salientar que, para entender uma obra, é necessário conhecer o meio no qual ela foi produzida, bem como suas relações com questões históricas, sociais, políticas, econômicas.

Diante disso, o aluno deve ser instigado a pensar e a elaborar suas visões pessoais sobre produções artísticas (sentir e perceber). Para isso, o professor poderá mostrar obras de artistas que deram ênfase ao uso desses elementos e, também, expor as composições dos alunos para apreciação e apropriação dos trabalhos pelos próprios colegas.

Ao final, espera-se que o aluno desenvolva a habilidade de ver, julgar e interpretar imagens da Arte e da cultura visual, levando à apreensão dos elementos visuais (linhas, formas, cores, etc.) e à compreensão das relações estabelecidas entre eles no contexto da imagem. Sobretudo, elaborar formas críticas de pensamento sobre manifestações artísticas e culturais, lançando mão de recursos de análise e interpretativos.

O eixo II - Produção e formas de expressão configura o conjunto de fazeres artísticos, desenvolvidos como meio de construção poética, pessoal e modo de aquisição de saberes sobre Arte e suas diversas formas de constituição. Envolve conhecimentos conceituais, experimentação com diversos materiais, recursos, instrumentos, técnicas para identificar formas de expressão e para criação.

É preciso experimentar, também, o uso de materiais diversos como pincéis, tintas, papéis à disposição. Sabe-se, porém, que a realidade nem sempre permite esta situação. Vale, então, aproveitar os locais disponíveis na escola que vão além da sala de aula. O pátio, uma área coberta, ou a biblioteca constituem-se em bons espaços alternativos. É produtivo formar uma reserva de materiais diversos prontos a serem solicitados à comunidade escolar (caixas, latas, papéis, tecidos, etc.) como um amplo banco de imagens para serem utilizadas em aula.

A sala de informática é um ótimo local para pesquisa e acesso a imagens de obras, sites de museus, galerias e sites educativos que oferecem bons materiais pedagógicos, algumas vezes interativos. O computador pode se tornar uma ferramenta a mais para a produção e a investigação no campo do fazer artístico. Cabe ao professor pesquisar programas e possibilidades de construções poéticas no meio digital.

Elaboração de monotypias, colagem, pintura, desenho, modelagem gravura sobre suportes de diversos tamanhos para exploração das tintas, possibilitando a descoberta de novas cores, tanto adicionando tinta como retirando ou raspando a tinta da matriz.

Abordagem social dos conteúdos.

- Arte, sociedade e diversidade cultural para reconhecer a pluralidade e a diversidade, presentes no conjunto de manifestações artísticas produzidas na contemporaneidade e na história. Para esta atividade pode fazer uma reflexão sobre imagens presentes na mídia e estabelecer relações entre uma produção artística e seu período histórico.
- Pesquisas sobre aspectos específicos da Arte brasileira e suas relações com a história e a sociedade.
- Estudo de artistas contemporâneos brasileiros de sul-mato-grossense.
- Pesquisa de manifestações culturais e artísticas do bairro e da cidade.
- Elaboração de projetos acerca de temas que se articulam com os conteúdos propostos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COORDENADORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO

ORIENTAÇÕES CURRÍCULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

6º ano

Objetivo geral

O ensino e aprendizagem de língua portuguesa, para os anos finais do ensino fundamental, objetiva instrumentalizar o aluno para agir socialmente de forma crítica e autônoma. Haja vista que a escola caracteriza-se instituição, espaço social, onde perpassam diferentes sujeitos, cada um com sua singularidade. Ou seja, ela é o ponto de encontro de culturas, raças, ideologias, crenças, em que, seus atores, os alunos, identificam-se sujeitos sócio-históricos. Esta identificação se estabelece a partir da relação com o "outro" - diretor, professor, alunos, funcionários. A ação do professor neste processo é de fundamental importância. Ele tem a missão de mediar conhecimentos para que o trabalho pedagógico seja efetivo, permitindo que seu aluno compreenda o mundo em que vive, participe, instrumentalizando-o.

Consoante ao Referencial Curricular da REME (2008), é necessário que o aluno se aproprie e desenvolva habilidades e competências, por meio da prática dos quatro eixos da língua portuguesa: linguagem oral, prática de leitura, prática de produção de texto, prática de análise e reflexão sobre a língua para que possibilite a construção do conhecimento significativo para sua vida, adequando a prática pedagógica docente às inúmeras e variadas situações comunicativas, com clareza e objetividade. A **linguagem oral**, junto à **prática de leitura**, são eixos que proporcionam ao aluno do 6º ano apropriar-se e dominar a leitura de diferentes gêneros e suportes textuais, verbais e não verbais. Isto é, ler e compreender o sentido geral do texto, localizando informações e identificando marcas linguísticas, por meio de estratégias de leitura. A partir disso, o aluno deverá identificar e compreender, nos textos, as relações de temporalidade, causalidade, consequência, oposição, comparação, anterioridade, posterioridade e mobilizar o elemento que o explicita, bem como reconhecer e caracterizar, principalmente, estruturas narrativas, desenvolvendo sua habilidade leitora. Na sequência, o eixo da **prática de produção de texto**, possibilita ao

aluno do 6º ano desenvolver capacidades de produzir e reproduzir textos de diferentes gêneros, apresentando domínio básico de ortografia, acentuação, coerência e coesão. Por fim, o eixo da **prática de análise e reflexão sobre a língua** pressupõe que o aluno do 6º ano analise e reflita sobre os diversos tipos e gêneros textuais que circulam socialmente para que sejam problematizados no ambiente escolar e fora dele, construindo e organizando seus pensamentos mais coesos e coerentes, em consonância com estruturas fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas da língua.

Desta feita, os eixos possibilitam que o objeto de estudo da língua portuguesa, a palavra, seja mobilizada de forma harmônica e contextualizada para este segmento, onde suas diferenças complementam-se, proporcionando, ao aluno do 6º ano, um efetivo aprendizado.

CONTEÚDOS	EIXOS ¹				OBJETIVOS/EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
	LO	PL	PPT	PARSL		
<p>1º BIMESTRE</p> <ul style="list-style-type: none"> • TEXTOS NARRATIVOS: narrativa de aventura e suspense, biografias, livros infanto-juvenis, conto, fábula, história em quadrinho, humorísticos e trônicos, charge, entre outros. • Elementos do texto narrativo: • Enredo (situação inicial, estabelecimento de um conflito, desenvolvimento, climax e desfecho); • Personagens (protagonista, antagonista, secundário); • Tempo (cronológico e psicológico); • Narrador (observador, onisciente, personagem). • TEXTOS INFORMATIVOS: resumo, relatório, tabela, gráfico, entre outros. • METODOLOGIA CIENTÍFICA NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS • GRAMÁTICA EM CONTEXTO SEMÂNTICO/INTERATIVO • Fonema e letra; • vogais; • semivogais; • consoantes. 	x	x	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir de que todo texto precisa estar harmônico em suas partes para que se estabeleça uma comunicação efetiva, identificando a interdependência semântica entre seus elementos constituintes. • Ler diferentes textos (verbal, não verbal, oral e escrito); saber escutar, distinguir e reter o essencial do que foi ouvido; reconhecer os diferentes tipos de linguagem; descobrir, pelo contexto, o significado de vocábulos ainda desconhecidos, falar de forma clara e audível, conhecendo as regras da comunicação oral; narrar situações vividas, observadas ou imaginadas; e usar vocabulário diversificado. Sobre tudo, ler, escrever, ouvir e identificar as unidades estruturantes do texto narrativo, por meio de diferentes gêneros textuais e portadores. • Incentivar a pesquisa e propor padrões para elaboração de trabalhos escolares. • Identificar as semelhanças e diferenças entre som e letra, sobretudo as peculiaridades do uso oral e escrito 	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltamos que, os conteúdos elencados, tanto as tipologias textuais quanto os tópicos gramaticais, podem ser trabalhados em bimestres nos quais não estão descritos, conforme a avaliação continua do plano anual, realizada pelo professor, e necessidades específicas identificadas no processo de ensino e aprendizagem. • O professor deve ser autônomo, didaticamente, de que, para este segmento de ensino, o tipo textual predominante é NARRAÇÃO. A partir disso, sugere-se que o discente desenvolva habilidades e competências que priorizem o aprendizado da elaboração, estruturação e construção deste tipo textual. Hája vista que, esta prática não exclui o uso de diferentes gêneros textuais e

¹ Eixos da Língua Portuguesa: linguagem oral (LO), prática de leitura (PL), prática de produção de texto (PPT), prática de análise e reflexão sobre a língua (PARSL). Os eixos foram mobilizados, separadamente, para melhor organização/identificação da proposta dos conteúdos para os anos finais do ensino fundamental. No entanto, o Referencial Curricular da REME (2008), prevê que os referidos eixos devam estar interligados, uma vez que não se excluem e sim complementam-se.

<ul style="list-style-type: none"> • Classificação dos fonemas: orais, nasais, átonos, tônicos, abertos e fechados. • Sílabas (tônica e átona) • Classificação das palavras quanto ao número de sílabas: <ul style="list-style-type: none"> • monossílabas; • dissílabas; • trissílabas; • polissílabas. • Dígrafos: nh, lh, ch, ss, rr, sc, se, xe, qu, gu • Encontros vocálicos: <ul style="list-style-type: none"> • ditongo - crescente e decrescente (oral e nasal); • tritongo (oral e nasal); • hiato. 					<p>das palavras em suas unidades mínimas de construção e relação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a diferença entre sílaba tônica e átona, classificando as palavras quanto ao número de sílabas. • Compreender e identificar que dígrafo é um grupo de letras com a função de representar um fonema. • Reconhecer que os encontros vocálicos são agrupamentos de palavras sem consoantes. 	<p>suportes (orais, escritos, verbais, não verbais, cinematográficos, pictóricos, literários e midiáticos), proporcionando a reflexão de que não há textos puros e sim heterogêneos. A partir do exposto, sugere-se ao professor que utilize diferentes recursos didáticos para trabalhar os diferentes textos: música, <i>internet</i>, filmes, curtas metragem, pinturas, dinâmicas, entre outras atividades que promovam o contato do aluno à prática leitora.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para este segmento, o professor deve propor que os trabalhos a serem entregues e/ou apresentados sigam uma determinada estrutura, ou seja, um padrão. Para que o ensino e aprendizagem se efetivem, é necessário apresentar, de forma clara e objetiva, um modelo, refletindo a importância deste para a prática de ensino.
<p style="text-align: center;">2º BIMESTRE</p> <ul style="list-style-type: none"> • TEXTOS PUBLICITÁRIOS: anúncio, notícia, reportagem, cartaz, propaganda, entre outros. • TEXTOS JORNALÍSTICOS: notícia, classificado, entrevista, comunicado, entre outros. • GRAMÁTICA EM CONTEXTO SEMÂNTICO/INTERATIVO <ul style="list-style-type: none"> • Classes gramaticais • Substantivo - classificação: <ul style="list-style-type: none"> • comum; • próprio; • concreto; • abstrato; • simples; • composto; 					<ul style="list-style-type: none"> • Definir e identificar função, classificação que o substantivo desempenha na língua portuguesa, bem como a relação que estabelece com outras classes gramaticais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os sinais gráficos e sonoros da língua portuguesa de modo que as particularidades de cada um sejam aprendidas. Sobretudo, reconhecer que um fonema pode ser representado por duas letras ou que dois sons podem ser representados

<ul style="list-style-type: none"> • primitivo; derivado; • coletivo. • Substantivo - flexão: <ul style="list-style-type: none"> • gênero (feminino e masculino); • número (singular e plural); • grau (normal, aumentativo e diminutivo - analítico e sintético). • Substantivo uniforme: <ul style="list-style-type: none"> • epicenos, sobrecomum e comum dos dois gêneros. • Substantivo biforme. • Artigo - classificação: <ul style="list-style-type: none"> • definido; • indefinido. • Artigo - flexão: <ul style="list-style-type: none"> • gênero (feminino e masculino); • número (singular e plural). • Adjetivo - flexão: <ul style="list-style-type: none"> • gênero (feminino e masculino); • número (singular e plural); • grau (normal, aumentativo, diminutivo, superlativo, comparativo - analítico e sintético). • grau (normal, aumentativo, diminutivo, superlativo, comparativo - analítico e sintético). • Locução Adjetiva. 	x	x	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e identificar a função, classificação que o artigo desempenha na língua portuguesa, bem como a relação que estabelece com outras classes gramaticais. • Definir e identificar função, classificação que o adjetivo desempenha na língua portuguesa, bem como a relação que estabelece com outras classes gramaticais. • Identificar e reconhecer que locução adjetiva é uma expressão que caracteriza o uso de duas palavras com a função de uma: adjetivo. 	<p>por uma letra. Assim, este conteúdo permite ao professor refletir, junto aos alunos, que não escrevemos como falamos e, tampouco, não falamos do mesmo modo que escrevemos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para um melhor ensino e aprendizagem, o professor deve propor questionamentos acerca do conteúdo, e não ministrá-lo como algo pronto e acabado. Sobretudo, dizer que uma sílaba pode ser composta por apenas uma letra. • É importante o professor diferenciar dígrafo de encontro consonantal. • Para uma melhor compreensão deste conteúdo, sugere-se que o professor construa, antecipadamente, o conceito da palavra "locução". • O trabalho sistemático com a ortografia define-se em todos os momentos do ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Ou seja, propõe-se optar por atividades regulares e frequentes, articuladas à seleção lexical imposta pelo universo temático dos textos selecionados para o segmento. Desse modo, a orientação em trabalhar
<p style="text-align: center;">3º BIMESTRE</p> <ul style="list-style-type: none"> • TEXTOS INSTRUCIONAIS: receita, manual, regulamento, norma, guia, lista telefônica, entre outros. • TEXTOS POÉTICOS: poema (lírico, narrativo, descritivo), canção e paródia. 	x	x	x	x		

<p>• GRAMÁTICA EM CONTEXTO SEMÂNTICO/INTERATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ortografia - trabalho sistemático com a ortografia; • fonema /S/ - s, c, ç, x, xc, z, sc, sc; • fonema /Z/ - z, e x. • Regras de acentuação gráfica: • palavras oxítonas; • palavras paroxítonas; • palavras proparoxítonas. • Numeral: • cardinais; • ordinais; • fracionários; • multiplicativos. • Sinais de pontuação: • ponto final; • ponto de interrogação; • ponto de exclamação; • aspas; • parênteses; • dois pontos; • ponto e vírgula; • travessão; • vírgula; • reticências. • Frase: • nominal e verbal. 	x	x	x	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as regularidades e irregularidades grafo-fonêmicas da língua. • Reconhecer e aplicar, por meio de regras específicas, conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por que as palavras devem ser acentuadas na escrita, bem como os sinais gráficos de acentuação. • Definir e identificar função, classificação que o numeral desempenha na língua portuguesa, bem como a relação que estabelece com outras classes gramaticais. • Identificar o funcionamento e importância de cada sinal gráfico de pontuação para construção sintática e semântica da linguagem escrita. Também, falar e escrever de acordo com a situação de comunicação pretendida, por meio do uso adequado dos sinais de pontuação da língua portuguesa. • Identificar e caracterizar os diferentes tipos de frases (oral e/ou escrita, verbal e/ou nominal, bem como suas singularidades). 	<p>palavras que apresentam os fonemas /S/ e /Z/ é meramente sugestiva, todavia o professor pode introduzir novos vocabulários em seus planejamentos, desde que estejam de acordo com a realidade e necessidade do aluno. Para tanto, sugere-se o uso frequente do dicionário em sala como ferramenta didática para o ensino e aprendizagem da língua, mobilizando novas palavras em seus aspectos grafo - fonêmicos, bem como suas convenções ortográficas. Assim, mais do que investir em atividades intensivas e pontuais, proporcionar ao aluno: dinâmicas com uso do dicionário; projetos que incluam a comunidade escolar como "Soletrando; e atividades de ditado diferenciadas, por meio de diferentes suportes e gêneros: texto (lacunado), música, desafios ortográficos. O professor pode propor uma prática diária, como por exemplo, a "palavra do dia" em sala. Esta atividade caracteriza-se em, a cada encontro, o professor escrever na lousa uma palavra diferente, mobilizando o aluno a construir seu significado, junto ao professor e colegas.</p> <p>• Sugere-se ao professor</p>
<p>4º BIMESTRE</p>	x	x	x	x	x	<p>• Sugere-se ao professor</p>	

<ul style="list-style-type: none"> • TEXTOS EPISTOLARES: cartão-postal, carta familiar, entre outros. • GRAMÁTICA EM CONTEXTO SEMÂNTICO/INTERATIVO • Variedades linguísticas: • histórica; • social; • regional; • formal (culto/padrão); • informal (coloquial, de uso). • Coesão e coerência. • Produção de texto narrativo, oral e/ou escrito, contemplando diferentes gêneros: • história em quadrinhos; • narrativa de ficção; • fábula; • conto • poema; • poesia; • biografia e a auto-biografia; • causos; • narrativas teatrais; • notícia; • carta pessoal; • e-mail; • diário virtual. 	x	x	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e reconhecer as diferentes formas de uso da língua em contextos sociais, históricos e regionais específicos. A partir disso, refletir que há diferentes situações de comunicação e que cada uma exige uma determinada habilidade da língua portuguesa. • Refletir de que todo texto precisa estar harmônico em suas partes para que se estabeleça uma comunicação efetiva, identificando a interdependência semântica entre seus elementos constituintes. • Produzir textos (orais e/ou escritos) que contemplem esquemas estruturais da narração, por meio de diferentes gêneros. Bem como, compreender a função sociocomunicativa para a construção de sentido entre seus interlocutores. 	<p>que o ensino e deste aprendizagem acentuação gráfica, deve ocorrer após o aluno reconhecer e identificar, na palavra, sílabas tônicas e átonas. A partir disso, faz-se necessário o professor caracterizar as diferenças entre acento gráfico, acento para marcar a nasalização da sílaba e acento diferencial para uma melhor apropriação do conhecimento, apresentando quais são os acentos gráficos da língua.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Faz-se necessário o professor explorar gêneros textuais que contemplem, de forma significativa, os sinais de pontuação em suas construções. • Apresentar, de forma clara, que a frase pode ser composta por apenas uma palavra e não um amontoado de palavras. • Neste conteúdo, é importante mobilizar diferentes recursos didáticos para apresentar a diversidade da língua portuguesa: teatro, entrevistas, filmes, entre outros. Sobretudo, que o aluno "experimente" as diferentes formas de uso da língua, bem como compreenda que não há
--	---	---	---	---	--	--

<p>modo de falar ERRADO e sim diferente.</p>	<p>• Sugere-se que o professor trabalhe este conteúdo a partir do texto e não de forma conceitual e pontual. Ou seja, que o aluno reflita acerca do processo de construção do texto entre as partes.</p>	<p>• A produção de texto é produto final de todos os conteúdos mobilizados para o ensino e aprendizado do aluno. Isto é, serve como ferramenta didática para o professor. Consoante a isto, para uma efetiva prática de produção textual para este segmento, faz-se necessário o professor ter clareza que, por exemplo, o gênero notícia pode ser trabalhado em outros segmentos, ou em diferentes momentos do mesmo ciclo, estabelecendo graus de aprofundamentos distintos (semânticos, morfosintáticos, textuais), articulados às possibilidades de aprendizagem e grau de complexidade do objeto. Isso posto, sugere-se a prática da produção textual, oral e/ou escrita, a partir de diferentes atividades: teatros, declamações, relatórios, depoimento filmes (cinema mudo de Charles Chaplin, após</p>

<p>assistirem um determinado episódio, fazer a (re)escritura do texto não verbal), dinâmica "história coletiva" (o professor trabalha um determinado tema e, após isso, combina com os alunos que eles construiram uma história coletiva. Lançado o "tudo começou" pelo professor, por ordem anteriormente acordada, cada aluno dará sequência ao que o colega acabou de construir. O desfecho da história. Após o texto ser construído oralmente, cada aluno materializará, em seu caderno, e lerá para a turma, dando um título ao texto. Por fim, a prática de produção textual pode ser mediada por projetos como <i>Em cena & Ensina</i> (objetiva-se em utilizar a linguagem audiovisual como ferramenta disseminadora da pesquisa, da leitura, da oralidade e da produção textual) e <i>Clube da leitura "Arlequim"</i> (objetiva-se em estimular o interesse por leituras literárias, de maneira que possibilitem um trabalho fortalecido com as produções oral e escrita, avançando para além das suas características de seleção e dominação) oferecidos pela SEMED.</p>					
--	--	--	--	--	--